

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

FERNANDO NITZ DE CARVALHO

**A EVIDENCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DO CAPITAL INTELECTUAL: UMA ANÁLISE
DE CONTEÚDO NOS ANOS 2000, 2002 E 2004 DOS RELATÓRIOS DE
ADMINISTRAÇÃO DE COMPANHIAS BRASILEIRAS, COM MAIOR RECEITA
LÍQUIDA SEGUNDO A BOVESPA**

Florianópolis

2006

FERNANDO NITZ DE CARVALHO

**A EVIDENCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DO CAPITAL INTELECTUAL: UMA ANÁLISE
DE CONTEÚDO NOS ANOS 2000, 2002 E 2004 DOS RELATÓRIOS DE
ADMINISTRAÇÃO DE COMPANHIAS BRASILEIRAS, COM MAIOR RECEITA
LÍQUIDA SEGUNDO A BOVESPA**

**Trabalho de conclusão do curso de Pós-
graduação em nível de mestrado oferecido pela
UFSC como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Contabilidade.**

Orientadora: Prof^a. Sandra Rolim Ensslin, Dr^a.

Florianópolis, 2006.

FERNANDO NITZ DE CARVALHO

**A EVIDENCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DO CAPITAL INTELECTUAL: UMA ANÁLISE
DE CONTEÚDO NOS ANOS 2000, 2002 E 2004 DOS RELATÓRIOS DE
ADMINISTRAÇÃO DE COMPANHIAS BRASILEIRAS, COM MAIOR RECEITA
LÍQUIDA SEGUNDO A BOVESPA**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade no Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 20 de setembro de 2006

Prof. José Alonso Borba, Dr.
Coordenador do Programa

Prof.^a. Sandra Rolim Ensslin, Dr.^a.
Orientadora - Departamento de Ciências Contábeis - UFSC

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ernani Ott, Dr.
Departamento de Ciências Contábeis
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Membro Externo

Prof. Valmor Slomski, Dr.
Departamento de Contabilidade e Atuária
Universidade de São Paulo
Membro Externo

Prof. Darci Schnorrenberger, Dr.
Departamento de Ciências Contábeis
Universidade do Sul de Santa Catarina
Membro Suplente

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus, supremo criador do universo, que tem escrito minha vida de forma esplendorosa, permitindo que eu sempre encontre uma porta para continuar minha jornada, mesmo que algumas vezes não a enxergue de imediato.

Agradeço à minha orientadora professora Sandra, que aceitou o desafio de me orientar no mestrado e mostrou com paciência e insistência como colaborar efetivamente para a construção do conhecimento dentro de preceitos científicos e éticos.

Um agradecimento especial para minha noiva Graciele, que esteve presente durante todo o mestrado e que foi meu porto seguro, de quem sempre obtive apoio, amor, compreensão, atenção e respeito.

Também agradeço à minha mãe Maria Helena, pessoa que me ensinou o que é amar sem medida, sem contrapartida, com infinito carinho e ternura. Ainda estendo meus agradecimentos ao meu pai, Nestor, meu primeiro e maior professor, quem muito me ensinou, não somente com conselhos mas, principalmente, com exemplos em todos os momentos de minha vida. Por fim agradeço à minha irmã Eliziane, demais parentes e amigos que direta ou indiretamente ajudaram na conclusão do mestrado e da presente dissertação.

“Nunca, jamais desanimeis, embora
venham ventos contrários”.

Santa Paulina

RESUMO

A literatura tem salientado o papel do Capital Intelectual (CI) como o principal agente de agregação de valor às organizações e como o elemento capaz de auxiliar as empresas a se tornarem mais competitivas. Diante da relevância do CI, o objetivo geral desta pesquisa, de caráter teórico-empírico, é realizar um estudo longitudinal referente à evidenciação voluntária do CI, nos Relatórios Anuais (RA) de companhias brasileiras, nos anos 2000, 2002 e 2004. Duas hipóteses de pesquisa foram enunciadas: H1 – Os resultados sobre evidenciação voluntária do CI das companhias brasileiras comportam-se de maneira similar àqueles do contexto internacional; H2 – Existe uma tendência ascendente de evidenciação voluntária do CI nos relatórios das companhias brasileiras. Este estudo apresenta os resultados de uma investigação sobre a evidenciação voluntária do Capital Intelectual (CI) nos relatórios de administração das 25 maiores companhias abertas brasileiras (Capital Social), listadas na BOVESPA, divulgadas com data base de 31/12/2004. A metodologia utilizada para a investigação das manifestações de CI foi a técnica da "análise de conteúdo", adaptada por Guthrie e Petty (2000a); o *framework* de classificação - no que concerne as categorias e elementos constituintes do CI - foi o proposto por Sveiby (1997). Esta escolha metodológica se deu em função dos resultados obtidos em uma investigação, no contexto internacional, onde foi possível identificar uma tendência de procedimentos, como tratado no presente trabalho. Confirmaram-se as duas hipóteses de pesquisa, ou seja, a evidenciação voluntária de CI no contexto brasileiro comporta-se de maneira similar àquela observada no contexto internacional; a evidenciação voluntária de CI nos RAs das companhias brasileiras apresenta uma tendência ascendente, ao longo do período estudado. Os resultados do estudo longitudinal apontam para (i) uma incidência alta de divulgação voluntária de CI nos relatórios das empresas brasileiras; (ii) uma significativa tendência para evidenciação em termos qualitativos (narrativa), mas não quantitativos; e, (iii) maior frequência do capital externo como categoria de CI.

Palavras-Chave: capital intelectual; evidenciação voluntária; relatórios da administração; análise de conteúdo; contexto brasileiro.

ABSTRACT

The literature in the field has pointed out the role of Intellectual Capital (IC) as the main value-adding agent to organizations and also as the element able to aid companies to become more competitive. In view of this importance, this theoretical and empirical research aims to carry out a longitudinal study focusing on the voluntary disclosure of IC in the Annual Reports (ARs) of some Brazilian Companies in 2000, 2002 and 2004. Two research hypotheses were formulated: H1 – Results about the voluntary disclosure of IC in Brazilian companies are similar to those of the international context; H2 – There is a rising tendency for voluntary disclosure of IC in Brazilian companies' reports. This study presents the results of an investigation into the voluntary disclosure of IC in the Administration Reports of the first 20 companies listed by BOVESPA (the data refers to the first nine months of 2005), using Net Receipt as the criterion for this ranking. The methodology adopted for the investigation of IC manifestations was based on the technique of "content analysis", adapted by Guthrie and Petty (2000a). The classification framework – as regards the categories and constitutive elements of IC – was the one proposed by Sveiby (1997). It is worth noting that this methodological choice was made based on the results obtained in an investigation within the international context, in which it was possible to identify a tendency of procedures that informs the present study. The two hypothesis formulated here were confirmed, that is, the voluntary disclosure of IC in the Brazilian context is similar to that of the international context observed, and the voluntary disclosure of IC in the ARs of Brazilian companies presents a rising tendency along the period investigated. The results of the longitudinal study point to (i) a high incidence of voluntary disclosure of the IC in the Brazilian companies' reports; (ii) a significant tendency for disclosure in qualitative terms (narrative), but not quantitative; and (iii) a higher frequency of external capital as a category of IC.

Keywords: intellectual capital; voluntary disclosure; administration reports; content analysis; Brazilian context.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: PERÍODOS HISTÓRICOS DA CONTABILIDADE	13
QUADRO 2: CONTRIBUIÇÕES AO ESTUDO DO CI	14
QUADRO 3: DEFINIÇÕES DE CAPITAL INTELECTUAL.....	15
QUADRO 4: METODOLOGIA, FONTE DE DADOS E CLASSIFICAÇÃO UTILIZADA NAS PESQUISAS NACIONAIS	22
QUADRO 5: PERIÓDICOS ONDE OS ARTIGOS FORAM COLETADOS.....	43
QUADRO 6: QUANTIDADE DE EMPRESAS INVESTIGADAS.....	44
QUADRO 7: FONTE DE DADOS UTILIZADA.....	46
QUADRO 8: METODOLOGIA UTILIZADA.....	47
QUADRO 9: CLASSIFICAÇÃO DE CI UTILIZADA.....	51
QUADRO 10: CATEGORIA MAIS REPRESENTATIVA.....	53
QUADRO 11: NATUREZA DA EVIDENCIAÇÃO.....	54
QUADRO 12: PARA QUEM REPORTAR O CI.....	56
QUADRO 13: AMOSTRA DE EMPRESAS SELECIONADAS	60
QUADRO 14: CATEGORIAS DE CI PARA ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	65

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - MATRIZ DESENHADA PARA ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO.....	62
TABELA 2: RESULTADOS DA EMPRESA PETROBRÁS	68
TABELA 3: RESULTADOS DA EMPRESA TELEFÔNICA	69
TABELA 4: RESULTADOS DA EMPRESA BANCO DO BRASIL.....	70
TABELA 5: RESULTADOS DA EMPRESA VALE DO RO DOCE.....	71
TABELA 6: RESULTADOS DA EMPRESA BRADESCO.....	72
TABELA 7: RESULTADOS DA EMPRESA GERDAU.....	73
TABELA 8: RESULTADOS DA EMPRESA ITAÚ.....	74
TABELA 9: RESULTADOS DA EMPRESA TELEMAR.....	75
TABELA 10: RESULTADOS DA EMPRESA AMBEV.....	76
TABELA 11: RESULTADOS DA EMPRESA UNIBANCO.....	77
TABELA 12: RESULTADOS DA EMPRESA USIMINAS.....	78
TABELA 13: RESULTADOS DA EMPRESA PÃO DE AÇÚCAR.....	79
TABELA 14: RESULTADOS DA EMPRESA BELGO MINEIRA.....	80
TABELA 15: RESULTADOS DA EMPRESA SIDERÚRGICA NACIONAL.....	81
TABELA 16: RESULTADOS DA EMPRESA EMBRAER.....	82
TABELA 17: RESULTADOS DA EMPRESA CEMIG.....	83
TABELA 18: RESULTADOS DA EMPRESA EMBRATEL.....	84
TABELA 19: RESULTADOS DA EMPRESA SADIA.....	85
TABELA 20: RESULTADOS DA EMPRESA BANESPA.....	86
TABELA 21: RESULTADOS DA EMPRESA TAM.....	87
TABELA 22: RESUMO DOS RESULTADOS POR EMPRESA.....	88
TABELA 23: RESUMO DOS RESULTADOS POR ELEMENTO.....	90
TABELA 24: ANÁLISE LONGITUDINAL.....	91

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: QUANTIDADE DE EMPRESAS INVESTIGADAS.....	45
GRÁFICO 2: FONTE DE DADOS UTILIZADA.	46
GRÁFICO 3: METODOLOGIA UTILIZADA.	47
GRÁFICO 4: CLASSIFICAÇÃO DE CI EMPREGADA.	52
GRÁFICO 5: CATEGORIA MAIS REPRESENTATIVA.	53
GRÁFICO 6: NATUREZA DA EVIDENCIAÇÃO.....	55
GRÁFICO 7: PARA QUEM EVIDENCIAR O CI.	57
GRÁFICO 8: EVIDENCIAÇÕES DE CI.....	92
GRÁFICO 9: CATEGORIAS DE CI.....	93
GRÁFICO 10: CATEGORIAS DE CI NO BRASIL.....	94
GRÁFICO 11: CATEGORIAS DE CI INTERNACIONAL.....	94

Lista de Abreviaturas e Siglas

Lista de Abreviaturas

Adm. Administração

Lista de Siglas

CI Capital Intelectual
RA Relatório Anual

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	1
1.2 TEMA E PROBLEMA.....	4
1.3 QUESTÃO DE PESQUISA	4
1.4 OBJETIVOS	5
1.4.1 Objetivo Geral.....	5
1.4.2 Objetivos Específicos:.....	5
1.5 HIPÓTESES DE PESQUISA.....	6
1.6 JUSTIFICATIVA.....	6
1.7 AUDIÊNCIA DO TRABALHO.....	8
1.8 LIMITAÇÕES.....	9
1.9 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 A CONTABILIDADE E O CAPITAL INTELECTUAL.....	12
2.2 O CAPITAL INTELECTUAL NO CONTEXTO NACIONAL.....	19
2.3 REVISÃO DA LITERATURA INTERNACIONAL INVESTIGADA.....	23
2.3.1 Pesquisa publicada em 2000: Austrália.....	23
2.3.2 Pesquisas publicadas em 2001	25
2.3.2.1 Irlanda.....	25
2.3.2.2 Holanda.....	26
2.3.2.3 Nova Zelândia.....	27
2.3.3 Pesquisas publicadas em 2003.....	28
2.3.3.1 Itália.....	28
2.3.3.2 África do Sul.....	29
2.3.3.3 Canadá.....	30
2.3.4 Pesquisas publicadas em 2004.....	31
2.3.4.1 Malásia.....	31
2.3.4.2 Espanha - Modelo 3R.....	32
2.3.4.3 Japão.....	33
2.3.4.4 Estados Unidos.....	34
2.3.4.5 Sri Lanka.....	35
2.3.4.6 Turquia.....	36
2.3.5 Pesquisas publicadas em 2005.....	37
2.3.5.1 Holanda, França e Alemanha.....	37
2.3.5.2 Índia.....	38
2.3.5.3 Espanha.....	38
2.3.5.4 Grécia.....	39
2.3.5.5 Hong Kong.....	40
2.3.5.6 Holanda, Suécia e Reino Unido.....	41
2.3.5.7 Portugal.....	42
2.4 ANÁLISE DAS PESQUISAS.....	42

3 METODOLOGIA.....	58
3.1 UNIVERSO E AMOSTRA.....	59
3.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS RELATÓRIOS DE ADMINISTRAÇÃO.....	61
3.3 PROPOSTA DE ANÁLISE.....	63
4 EVIDENCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DO CI NOS RAs DE COMPANHIAS BRASILEIRAS NOS ANOS 2000, 2002 E 2004	67
4.1 DESCRIÇÃO DA PESQUISA.....	67
4.2 RESULTADOS.....	67
4.2.1 Petrobrás.....	68
4.2.2 Telefônica.....	69
4.2.3 Banco do Brasil.....	70
4.2.4 Vale do Rio Doce.....	71
4.2.5 Bradesco.....	72
4.2.6 Gerdau.....	73
4.2.7 Itaú banco.....	74
4.2.8 Telemar.....	75
4.2.9 Ambev.....	76
4.2.10 Unibanco.....	77
4.2.11 Usiminas.....	78
4.2.12 Pão de Açúcar.....	79
4.2.13 Belgo Mineira.....	80
4.2.14 Siderúrgica Nacional.....	81
4.2.15 Embraer.....	82
4.2.16 Cemig	83
4.2.17 Embratel.....	84
4.2.18 Sadia.....	85
4.2.19 Banespa.....	86
4.2.20 TAM.....	87
4.3 RESUMO DOS RESULTADOS.....	88
4.4 ANÁLISE LONGITUDINAL.....	91
4.5 ANÁLISE COMPARATIVA.....	93
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	96
REFERÊNCIAS.....	100

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Em uma organização, podem ser encontrados três tipos de capital: o capital financeiro, representado, por exemplo, pelos valores monetários e ações; o capital físico, incluindo, estoques e equipamentos; e, finalmente, o capital intelectual, do qual pode-se citar como exemplos, o espírito empreendedor, os processos administrativos e as carteiras de clientes (CHEN GOH; PHENG LIM, 2004). É, exatamente este último tipo de capital – Capital Intelectual (CI) – objeto desta pesquisa.

Ao investigar a literatura sobre o tema, constatou-se que diversas são as terminologias utilizadas para identificar o CI e diversos são os conceitos associados a estas terminologias. Quanto às terminologias empregadas, encontra-se destaque para: intangíveis, ativos intangíveis, capital intangível, recursos intangíveis, capital intelectual e propriedade intelectual (GUTHRIE; PETTY 2000a; LEV, 2001; KAUFMANN; SCHNEIDER, 2004). Um amplo espectro de conceitos para cada termo na literatura foi encontrado.

Entretanto, estes conceitos podem ser associados, basicamente, a dois eixos de pesquisa: aquele que investiga o CI como produto (sua materialização) e aquele que investiga a origem e formação (análise conceitual) do CI. No primeiro eixo, o mais explorado, alguns autores relacionam o CI, diretamente, ao valor econômico e à produção de riqueza que este gera; outros o associam à questão da agregação de valor e promoção de competitividade e de sustentabilidade (STEWART, 1998, 2001; GUTHRIE; PETTY, 2000a).

Já no segundo eixo, o menos explorado, alguns autores entendem o CI como o resultado do aprendizado e conhecimento organizacional (ROOS et al, 1997; SÁNCHEZ; CHAMINADE; OLEA, 2000; PABLOS, 2004); outros pesquisadores o associam à tecnologia da informação (DAVENPORT; PRUSAK, 1998); ainda outros entendem o CI como um aspecto sinérgico resultante de elementos inter-relacionados (BUKN; LARSEN; MOURITSEN, 2001). Em síntese, enquanto no primeiro eixo o debate em torno do capital intelectual tem sido uma busca pela

materialização de suas propriedades, quer seja em termos quantitativos ou qualitativos, o segundo eixo sugere que o capital intelectual pode ser entendido como uma coesão entre uma variedade de elementos heterogêneos, compreendidos como práticas inter-relacionadas (CARVALHO; ENSSLIN, 2006b; CARVALHO *et al*, 2006c).

Duas outras constatações são verificadas na leitura sobre CI: o propósito das informações e o estágio de desenvolvimento da pesquisa em CI. Quanto ao propósito das informações sobre o CI, este depende do uso que a organização quer fazer desta informação: ela pode desejar investigar o CI para oferecer informações aos usuários internos ou externos. No primeiro caso, objetiva saber quais são os intangíveis críticos da organização que precisam ser monitorados para o alcance dos objetivos estratégicos ou para a melhoria das competências centrais (SÁNCHEZ; CHAMINADE; OLEA, 2000), ou ainda, para seu gerenciamento de forma pró-ativa (KAUFMANN; SCHNEIDER, 2004). No segundo caso, trata-se da necessidade de oferecer a terceiros informações úteis sobre as práticas organizacionais (GUTHRIE *et al*. 1999; BRENNAM, 2001; CHEN GOH; PHENG LIM, 2004; PABLOS, 2005). Quanto ao estágio de desenvolvimento da pesquisa em CI, este pode ser associado a dois momentos: o primeiro é aquele em que os pesquisadores/teóricos/práticos têm direcionado esforços à conscientização da importância de reconhecer o potencial do capital intelectual na criação e gestão de uma vantagem competitiva (EDVINSSON; MALONE, 1997; STEWART, 1998; SVEIBY, 1998); o segundo é aquele em que se busca validar e legitimar a pesquisa sobre CI partindo de suas bases epistemológicas (BUKN; LARSEN; MOURISTSEN, 2001).

Neste contexto, cumpre estabelecer a afiliação do presente estudo em termos de: (i) terminologia - será adotada a expressão Capital Intelectual (CI), para se referir ao tema, face ao entendimento de que esta terminologia está mais vinculada ao enfoque gerencial que esta pesquisa possui (observe-se que, por possuir um enfoque gerencial, esta investigação não se deterá a nenhum tipo de discussão dos aspectos relativos à legislação vigente); (ii) conceito - entende-se, no contexto desta pesquisa, que CI se refere às descrições das atividades de gestão que a gerência inicia e apóia, em busca da agregação de valor organizacional e promoção de sua continuidade; (iii) propósito das informações - tem-se os usuários externos como aqueles a quem a pesquisa está destinada; e, (iv) estágio de desenvolvimento da

pesquisa em CI - focaliza o primeiro momento por acreditar que o fato de evidenciar voluntariamente o CI promove, aos olhares externos, a organização que tem esta prática.

Neste contexto, a literatura tem salientado o papel do Capital Intelectual como o principal agente de agregação de valor às organizações (MEER-KOOISTRA; ZIJLSTRA, 2001; LEV, 2001; BRENNAN, 2001; APRIL *et al.* 2003) e como o elemento capaz de auxiliar as empresas a se tornarem mais eficientes, efetivas, produtivas e inovadoras (LOW, 2000; CHEN GOH; PHENG LIM 2004). A partir destas afirmações, é possível argumentar que aquelas organizações que mensuram, relatam/evidenciam e gerenciam seu CI de forma efetiva acabam por ter uma vantagem competitiva, uma vez que conseguem identificar todos os ativos à sua disposição (tangíveis e intangíveis), estando, portanto, em condições de fazer uso máximo de seu potencial.

A preocupação sistematizada com CI teve início no eixo prático - no contexto organizacional - onde a iniciativa de evidenciação de CI é atribuída à Companhia de Seguros sueca Skandia (a qual publicou, em 1994, o primeiro relatório contemplando ativos intangíveis) e ao Grupo Konrad (que desenvolveu, em 1993, o “balanço invisível”) (PABLOS, 2005; BUKH; LARSEN; MOURITSEN, 2001). O eixo teórico se seguiu a esta iniciativa prática, tendo a literatura sobre CI emergido em 1997, quando da divulgação das pesquisas pioneiras de Brooking (1996), Edvinsson (1997), Edvinsson; Malone (1997), Sveiby (1997 e 1998) e Stewart (1998) (CARVALHO; ENSSLIN, 2006b).

A partir destas iniciativas práticas e teóricas, mais especificamente, nos últimos sete anos, a literatura internacional tem devotado esforços para apresentar como os pesquisadores estão procedendo para mapear as formas de evidenciação de CI nos diversos países: Austrália (GUTHRIE; PETTY, 2000a), Irlanda (BRENNAM, 2001), Holanda (MEER-KOOISTRA; ZIJLSTRA, 2001), Nova Zelândia (GUTHRIE, 2001), Itália (BOZZOLAN; FAVOTTO; RICCERI 2003), África do Sul (APRIL; BOSMA; DEGLON, 2003), Canadá (BONTIS, 2003), Malásia (CHEN GOH; PHENG LIM, 2004), Espanha (PABLOS, 2004), Japão (MAVRIDIS, 2004), Estados Unidos (CHIANG; MENAH, 2004), Sri Lanka (ABEYSEKERA, 2004), Turquia (BOZBURA, 2004), Holanda, França e Alemanha (VERGAUWEN; ALEM, 2005), Índia (PABLOS, 2005), Espanha (GALLEGO; RODRIGUEZ 2005), Grécia (HEVAS, 2005), Hong Kong (PETTY; CUGANESAN 2005), Holanda, Suécia e Reino Unido

(VANDEMAELE; VERGAUWEN; SMITS 2005) e Portugal (GOMES; SERRA; FERREIRA 2005).

Os primeiros 10 (dez) anos de vida do CI constituem uma experiência interessante, que pode inspirar tanto empresas interessadas em identificar, mensurar, evidenciar e gerenciar seus intangíveis, quanto pesquisadores interessados em sistematizar e estabelecer as bases para este campo disciplinar emergente.

Cumprido, agora, identificar e definir a problemática desta pesquisa, apresentar a questão de pesquisa, seu objetivo geral e seus objetivos específicos, as hipóteses estabelecidas, bem como a justificativa; na seqüência, apresentar a metodologia, a audiência deste trabalho para, finalmente, limitar o escopo da investigação e apresentar a estrutura da presente dissertação.

1.2 TEMA E PROBLEMA

No Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (PPGC), a área de concentração "Controladoria" inclui um projeto de pesquisa intitulado "Gestão de Intangíveis", ao qual o tema desta dissertação se vincula. Deste modo, os principais tópicos trabalhados na dissertação são: capital intelectual, evidenciação voluntária; relatórios da administração; análise de conteúdo; contexto brasileiro.

Segundo Severino (1996), a primeira etapa do trabalho científico é a "determinação do tema-problema do trabalho".

Assim, o tema a ser desenvolvido é uma investigação sobre a evidenciação voluntária do CI nos relatórios anuais de companhias brasileiras.

Silva e Menezes (2000, p.77) explicam que "a pesquisa é fundamentada e metodologicamente construída objetivando a resolução ou esclarecimento de um problema". Deste modo, o problema é o ponto de partida da pesquisa. O problema pode ser definido como uma questão que a pesquisa pretende responder. Assim, a sub-seção seguinte apresenta a questão de pesquisa desta dissertação.

1.3 QUESTÃO DE PESQUISA

Considerando-se que o CI agrega valor à organização e aceitando-se sua existência como ativo intrínseco, seria de se esperar que as empresas se

preocupassem em evidenciar seus intangíveis, em algum tipo de relatório. Por que construir relatórios de Capital Intelectual ? A razão é que estes relatórios contribuem para o gerenciamento dos recursos intangíveis e, também, oferecem aos 'stakeholders' um quadro holístico dos recursos organizacionais. Neste cenário, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: *Qual é o comportamento das companhias brasileiras em relação à evidenciação voluntária de seu Capital Intelectual ?*

1.4 OBJETIVOS

Para nortear a pesquisa, faz-se necessário o estabelecimento de um objetivo geral, o ponto central do trabalho.

1.4.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é realizar um estudo longitudinal referente à evidenciação voluntária do Capital Intelectual (CI) nos Relatórios Anuais (RAs) de companhias brasileiras, nos anos 2000, 2002 e 2004.

Para alcançar o objetivo geral almejado, elaboraram-se os seguintes objetivos específicos.

1.4.2 Objetivos Específicos:

- Apresentar as pesquisas sobre a evidenciação voluntária do CI no contexto internacional, por meio de um estudo revisionista, compreendido entre 2000 e 2005;
- Identificar os grupos e atributos do CI evidenciado, voluntariamente, nos RAs de companhias brasileiras, nos anos 2000, 2002 e 2004, por meio da análise de conteúdo;
- Comparar os resultados identificados longitudinalmente, no cenário nacional, com aqueles do cenário internacional, para verificar a evolução da evidenciação do CI .

1.5 HIPÓTESES DE PESQUISA

Para explicitar as duas hipóteses estabelecidas nessa pesquisa, cumpre identificar o contexto no qual os intangíveis têm sido investigados, na última década. Por razões históricas, o contexto internacional tem demonstrado ser pautado por uma cultura de maior preocupação com CI e de busca por sua evidenciação nos relatórios anuais das companhias, de forma já estabelecida haja vista o grande número de publicações sobre o tema em periódicos internacionais, em oposição à escassez de artigos e livros explorando estes intangíveis no Brasil. É neste cenário que emergiram as hipóteses elaboradas nesta pesquisa:

- H1 – Os resultados sobre evidenciação voluntária do CI das companhias brasileiras tendem a comportar-se de maneira similar àqueles do contexto internacional;
- H2 – Existe uma tendência ascendente de evidenciação voluntária do CI nos relatórios das companhias brasileiras.

1.6 JUSTIFICATIVA

O presente estudo reconhece a centralidade daqueles recursos internos que agregam valor à organização (GUTHRIE; PETTY, 2000a; LEV, 2001; KAUFMANN; SCHNEIDER, 2004). O CI, cada vez mais, passa a ser considerado no cenário econômico mundial (LEV, 2001, p.11-15). O mesmo entendimento é evidenciado no argumento de Alan Greenspan - presidente do Federal Reserve Board – banco central americano: se fosse possível colocar em uma balança toda a produção física dos Estados Unidos da América (EUA), seu peso hoje seria igual ao de 100 anos atrás; porém, o valor do PIB ajustado pela inflação é 20 (vinte) vezes superior ao da época. E esta diferença é atribuída aos recursos Intangíveis (STEWART, 2002, p.35).

Desta forma, afirma Stewart (2002, p.35,158, 383), percebe-se uma inversão da relevância dos recursos organizacionais (ativos). Enquanto na década de 1970 os recursos financeiros e físicos (ativos tangíveis) mereciam toda a atenção gerencial e o capital intelectual (ativos intangíveis) representava, apenas, 5% do valor de

mercado da organização, hoje, em alguns casos, este valor chega a superar o percentual de 95%, deslocando, assim, o foco da agregação de valor organizacional dos ativos tangíveis para os ativos intangíveis (LEV, 2001; BRENNAN, 2001).

Aceitando-se que os recursos intangíveis são responsáveis pela maior parte do valor atribuído às organizações, seria de se esperar que esforços para sua identificação, avaliação e gerenciamento se constituíssem como práticas gerenciais cotidianas. Entretanto, esta atitude não parece conferir com a realidade (MEER-KOOISTRA; ZIJLSTRA, 2001; APRIL; BOSMA; DEGLON, 2003). Conforme a literatura na área, o que se observa é uma tentativa das organizações de enquadrar sua especificidade em abordagens (“*frameworks*”) (GUTHRIE; PETTY, 2000a; BRENNAN, 2001; CHEN GOH; PHENG LIM, 2004) que alegam conseguir tratar o Capital Intelectual. Entretanto, não se observa uma preocupação, por parte das organizações, em identificar e evidenciar seu CI. Como consequência, as informações oferecidas aos ‘*stakeholders*’ não se configuram em um quadro holístico dos recursos organizacionais; além disto, o gerenciamento de tais recursos corre o risco de ficar comprometido.

Cumpra, finalmente, esclarecer uma decisão de pesquisa tomada nesta dissertação. Trata-se da decisão de contribuir para alavancar a investigação de CI no contexto brasileiro, por meio da disponibilização, em língua portuguesa, dos estudos internacionais, veiculados na língua inglesa, e distribuídos em diferentes periódicos internacionais. Decidiu-se alocar grande parte dos esforços para uma resenha mais detalhada dos estudos internacionais, não apenas para subsidiar a presente pesquisa, mas, sobretudo, para trazer ao pesquisador brasileiro informações sobre o percurso da investigação sobre evidenciação de CI, em vários contextos internacionais.

Além disto, o fato de este tema já ter originado cinco publicações¹ em congressos nacionais, evidencia a importância dada à questão da evidenciação

¹ Carvalho, Fernando Nitz de; Ensslin, Sandra Rolim. A Evidenciação Voluntária do capital intelectual: um estudo revisionista do contexto. 6º Congresso USP Controladoria e Contabilidade. p.658 – 671. São Paulo. 2006.

Carvalho, Fernando Nitz de; Ensslin, Sandra Rolim. Evidenciação voluntária do capital intelectual no contexto brasileiro: cotejamento com os contextos internacional e australiano. 30º Encontro ANPAD. Salvador. 2006.

Carvalho, Fernando Nitz de; Ensslin, Sandra Rolim; Igarashi, Deisy Cristina Corrêa; Borba, José Alonso. Evidenciação do Capital Intelectual nos Relatórios de Administração: Uma Investigação no Contexto Brasileiro. XXIV Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica. Gramado. 2006.

voluntária do Capital Intelectual, bem como a contribuição teórica que esta dissertação pode oferecer no avanço da investigação sobre CI.

1.7 AUDIÊNCIA DO TRABALHO

A presente pesquisa se destina, sobretudo, a 05 (cinco) categorias de leitores, quais sejam: (i) os usuários externos das informações contábeis, uma vez que o conhecimento dos ativos tangíveis oferece apenas um quadro parcial e dificulta a tomada de decisão; (ii) as empresas, uma vez que o conhecimento sobre os CIs permite um gerenciamento organizacional diferenciado, imprescindível no contexto competitivo da atualidade; (iii) a comunidade científica, uma vez que se constata a escassez de estudos na área dos intangíveis, principalmente, sob um foco teórico-empírico; (iv) os profissionais contábeis, uma vez que a dimensão dos intangíveis pode contribuir para aumentar a relevância dos serviços prestados; e, (v) a Ciência Contábil, uma vez que o CI afeta o patrimônio organizacional, objeto de estudo da contabilidade.

No que diz respeito aos usuários externos, as informações sobre o CI ainda são insuficientes e dispersas. Considerando-se a importância do CI para o incremento do valor da empresa, esta escassez dificulta decisões sobre investimentos e financiamentos, limitando consideravelmente a análise. Neste ponto, o estudo contribui para demonstrar como as empresas iniciam a evidenciação espontânea do CI nos RAs, destacando-se a transparência e comprometimento da organização com os usuários externos da informação contábil.

A aceitação da importância do gerenciamento do CI para o sucesso empresarial ainda se depara com resistências por alguns gestores. Parte desta resistência reside na dificuldade de implementar metodologias objetivas de gerenciamento de tal dimensão intangível. Neste aspecto, a pesquisa contribui para destacar o crescente número de empresas conscientes do gerenciamento do CI,

Carvalho, Fernando Nitz de; Ensslin, Sandra Rolim; Igarashi, Deisy Cristina Corrêa; Borba, José Alonso. A evidenciação voluntária do capital intelectual no contexto brasileiro: Uma investigação informada pelo contexto internacional. III Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Niterói. 2006.

Carvalho, Fernando Nitz de; Ensslin, Sandra Rolim. A Revisionist Study of Intellectual Capital Disclosure in the International Context. IX Congresso Internacional de Custos, XII Congresso Brasileiro de Custos e II Congresso Mercosul de Custos e Gestão. Itapema. 2005.

sobretudo empresas do conhecimento, cujos ativos tangíveis contribuem menos para seu valor do que os ativos intangíveis.

Para a comunidade científica, uma parte do estudo visa compendiar algumas pesquisas dispersas sobre o assunto da evidenciação do CI, podendo auxiliar pesquisadores em futuros estudos e sugerindo novas investigações em outros países. Ressalta-se a importância das pesquisas científicas para a construção do conhecimento; neste sentido, comparar diversas pesquisas relacionadas torna-se pertinente na construção do conhecimento, para sistematização e teorização em busca de deduções plausíveis.

Quanto aos profissionais contábeis, estes podem se beneficiar dos resultados da pesquisa em termos de sua colaboração para corporação à qual prestam serviços, no que tange a consideração dos ativos intangíveis.

Para a Ciência Contábil, a importância da pesquisa é central, considerando-se que esta deveria oferecer instrumentos que possibilitassem a oferta de informações completas sobre o patrimônio da organização, aos seus usuários – quer internos ou externos.

Na seqüência, destacam-se as limitações da pesquisa.

1.8 LIMITAÇÕES

Como limitações da pesquisa pode-se destacar que o tema, apesar de ser de grande importância, como já citado anteriormente, é incipiente; portanto, a proposta que se delineia não busca esgotar o assunto, mas, somente, ser um pequeno passo para aprimorar o entendimento do CI organizacional, no contexto brasileiro.

Ainda, como limitação da pesquisa, no estudo revisionista, pode-se citar o número reduzido de artigos e periódicos analisados. Diante desta limitação, não é possível fazer generalizações sobre o contexto internacional, sendo apenas possível mencionar tendências.

Outra limitação do estudo diz respeito ao número de empresas e de anos analisados, pois são analisadas apenas 20 (vinte) empresas, durante o período de 03 (três) anos – 2000, 2002 e 2004: o ano 2000 emergiu, no contexto internacional, como sendo um marco na evidenciação voluntária de CI; sendo assim, este foi o ano inicial na pesquisa no contexto brasileiro; além disso, os RAs, no Brasil, são divulgados, tipicamente, no início do ano subsequente ao período relatado – como

esta pesquisa teve seu término previsto para 2006, não foi possível o resgate das informações dos RAs referentes a este período.

Observe-se, ainda, que por não ser esta uma amostra probabilística, não se pode realizar generalizações, apenas discorrer sobre os resultados do grupo analisado. A seguir, apresenta-se a estrutura do trabalho.

1.9 ESTRUTURA DO DISSERTAÇÃO

A dissertação iniciou-se neste presente capítulo, Capítulo 1, Introdução, onde se abordou: a contextualização, os objetivos, as hipóteses da pesquisa, a justificativa, a metodologia e as limitações. No Capítulo 2, Fundamentação Teórica, são abordados os seguintes tópicos: as definições de Capital Intelectual, a revisão das pesquisas, a análise das pesquisas, a técnica de Análise de Conteúdo e a proposta de análise desta pesquisa. No Capítulo 3 apresenta-se a Metodologia de Pesquisa proposta no presente estudo. No Capítulo 4, Descrição e Análise da Pesquisa, encontra-se a descrição dos dados da pesquisa, os resultados, a análise longitudinal e a análise comparativa. Por fim, as Conclusões e Recomendações, são feitas considerações finais e são tecidas as recomendações para futuras pesquisas. Na seqüência, apresenta-se uma representação gráfica da estrutura da dissertação.

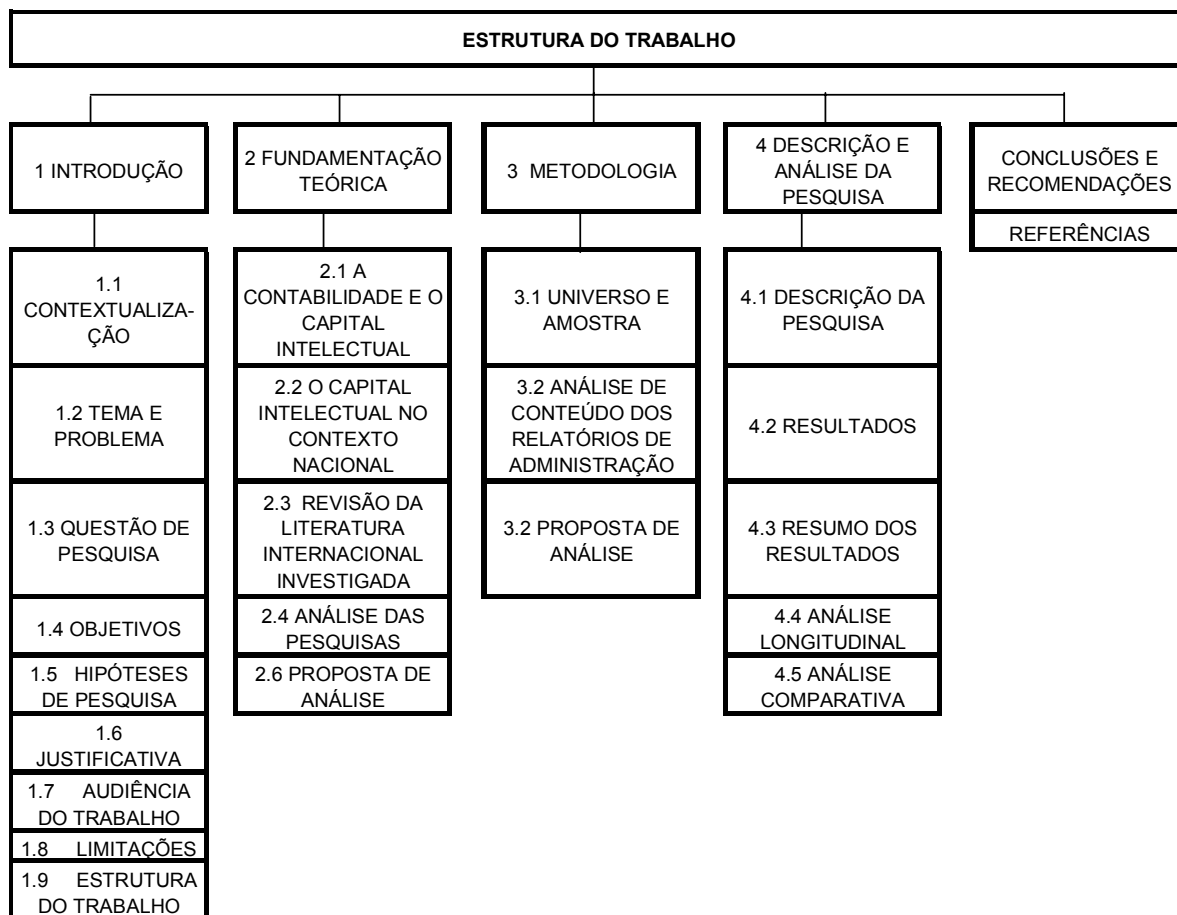


FIGURA 1 - ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Fonte: Elaborada pelo autor.

Nesta estrutura, pode-se obter um panorama geral do desenvolvimento da pesquisa e pode-se observar o encadeamento das idéias, buscando-se alcançar os objetivos e confirmar ou refutar as hipóteses de pesquisa, de forma consistente.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, apresenta-se a fundamentação teórica pertinente ao assunto proposto. Inicialmente, discute-se, brevemente, a Contabilidade e o Capital Intelectual, dando-se ênfase aos aspectos históricos. Na seqüência, apresenta-se um breve sumário das pesquisas investigadas e a análise das mesmas para dar suporte à presente proposta. Por fim, destaca-se um tópico sobre análise de conteúdo para aprofundamento da metodologia e um tópico sobre a proposta de análise.

2.1 A CONTABILIDADE E O CAPITAL INTELECTUAL

Na informação contábil, em uma abordagem positiva da informação, encontra-se uma preocupação, de caráter estratégico, com o intuito de gerar informações relevantes para os diversos usuários (gestores, acionistas, colaboradores, credores, fornecedores, entre outros). Entretanto, frente ao novo contexto empresarial, onde os ativos intangíveis correspondem a grande parte do valor das organizações, percebe-se que a contabilidade tradicional não está voltada para as questões relativas à evidenciação do CI das organizações. Esta situação fica mais evidente ao ser observada a evolução da Contabilidade, o que é apresentado na seqüência por meio do Quadro 1 que evidencia um resumo dos principais períodos da história da Contabilidade, segundo Lopes de Sá:

Início	Períodos principais da história da Contabilidade
pré-história	I. INTUITIVO PRIMITIVO: foi vivido no períodos líticos, da pré-história da humanidade, dedicado à simples memória rudimentar da riqueza.
4.000 AC	II. RACIONAL-MNEMÔNICO: de disciplina dos registros, com o estabelecimento de métodos de organização da informação, iniciou-se cerca de 4.000 A.C.
Séc. XI	III. LÓGICO RACIONAL: preocupou-se com a evidência de causa e efeito dos fenômenos organizados em sistemas primários, deu-se origem a partida dobrada, iniciou-se, segundo provas, a partir da segunda metade do século XI.
Séc. XV	IV. LITERATURA: em que a evolução defluiu da produção da matéria escrita de difusão do conhecimento, com a preocupação de ensinar por meio de livros escritos por autores preocupados com a forma dos registros; acelerou-se no Ocidente a partir do século XV.
Séc. XVI	V. PRÉ-CIENTÍFICO: em que a intensa busca de raciocínios, definições e conceitos em matéria não só de registros, mas, especialmente, de fatos ou ocorrências com a riqueza, ensejou a disciplina das contas; surgimento das primeiras teorias empíricas; tal período começa a viver-se a partir dos fins do século XVI.
Séc. XIX	VI. CIENTÍFICO: nele apareceram as primeiras obras científicas e estabeleceram-se as bases da escola do pensamento contábil, passou-se a estudar a essência dos fenômenos patrimoniais, tendo sido vivido a partir das primeiras décadas do século XIX.
Séc. XX	VII. FILOSÓFICO-NORMATIVO: vivido a partir da década de 50 do século passado até os dias atuais, onde existe a preocupação de normatizar as informações e simultaneamente o entendimento profundo e holístico dos fenômenos patrimoniais.

QUADRO 1: PERÍODOS HISTÓRICOS DA CONTABILIDADE.

Fonte: adaptado de Sá (1997, p.15-59).

Observe-se que a história da Contabilidade mescla e relaciona-se com a própria história da humanidade, sendo afetada pelos avanços econômicos, culturais e pelas grandes invenções. Portanto, pode-se afirmar que a Contabilidade deve ser influenciada pelas novas tendências geradas pela “Era do conhecimento”. Entretanto, comparando-se os dados do Quadro 2 com os aspectos cronológicos dos estudos do CI, é possível notar que a trajetória da Contabilidade não caminha na mesma direção percorrida pelas investigações do Capital Intelectual. Na seqüência, evidencia-se um resumo de uma revisão cronológica das contribuições ao estudo do CI.

Revisão cronológica de significantes contribuições ao estudo do CI	
Período	Progresso
Início da década de 1980	Noção geral de ativos intangíveis (genericamente chamado de goodwill)
Metade da década de 1980	A "era da informação" corresponde à diferença entre o valor de mercado e valor contábil
Final da década de 1980	Iniciam-se concepções para construir modelos de mensurar o CI (Sveiby, 1988)
Início da década de 1990	Iniciativas sistemáticas de mensurar e reportar o CI de companhias por ações para usuários externos
	Em 1990, Skandia AFS aponta Leif Edvinsson com "Diretor do CI". Esta é a primeira vez utiliza-se o gerenciamento do CI para elevar a posição formal e dar status para a corporação.
	Kaplan e Norton introduzem a concepção do Balanced Scorecard (1992).
Metade da década de 1990	Nonaka e Takeuchi (1995) geram grande influência no trabalho "A criação do conhecimento empresarial". O livro concentra no conhecimento, a distinção entre conhecimento e o CI.
	Celemi lança a ferramenta de simulação em 1994. Destacando-se na educação executiva a importância dos intangíveis.
	Também em 1994, um complemento do Relatório Anual da Skandia é produzido com o foco na apresentação do CI.
	Outra sensação foi causada em 1995 quando a Celemi utilizou o termo "auditoria do conhecimento" oferecendo o aspecto de assessoria ao CI.
	Pioneiros do movimento do CI publicam diversas obras (Kaplan e Norton, 1996; Edvinsson e Malone, 1997; Sveiby, 1997)
Final da década de 1990	O CI torna-se um tópico popular para os pesquisadores e acadêmicos
	Ocorre um incremento no número de projetos de larga escala e introduz um maior rigor acadêmico na pesquisa do CI.
	Em 1999 ocorre o Simpósio Internacional do CI em Amsterdã.
Início da década de 2000	Criação do <i>Journal of Intellectual Capital</i> (JIC), primeiro periódico específico sobre o CI

QUADRO 2: CONTRIBUIÇÕES AO ESTUDO DO CI

Fonte: Adaptado de Guthrie e Petty (2000b)

Diante do quadro exposto, pode-se perceber o descompasso entre a recente pesquisa acerca do CI e a trajetória da Contabilidade.

Por muito tempo a Contabilidade procura avançar para a contabilização do CI dentro da teoria, porém um resultado bem sucedido parece remoto. Argumenta-se que a Contabilidade deveria incluir novas normas e metodologias para tratar, especificamente, o CI, ao invés de tentar adaptar as antigas.

Nas primeiras tentativas da Contabilidade para contabilizar o CI, este capital era denominado ativos intangíveis. Para Hendriksen e Breda (1999, p.388), “os ativos intangíveis não deixam de ser ativos simplesmente porque não possuem substância. Seu reconhecimento deve obedecer, portanto, as mesmas regras válidas para todos os ativos”. As regras válidas são: ter uma definição apropriada, ser mensurável, ser relevante e ser preciso; como qualquer ativo, o CI deve atender os quatro aspectos.

Entretanto, pela falta de uma metodologia para dar precisão ao valor do ativo intangível, a Contabilidade Financeira pouco tem avançado em sua contabilização. De acordo com Sá (2000, p. 40), “os ativos intangíveis têm sido vítimas ou de excessos de rigores em seus cálculos, ou de um repúdio radical para que não se insiram os mesmos nas demonstrações contábeis”.

Com a ausência de uma normatização específica e ampla para a contabilização do CI, e com um anseio pela evidenciação destes componentes pelas organizações, várias empresas apresentam aspectos referentes ao CI nos Relatórios Anuais, de forma espontânea.

Esta forma de evidenciação ocasiona algumas dificuldades, como a falta de padronização que permitiria a comparabilidade e a credibilidade das informações. Todavia, existem diversos estudos empíricos que analisam os relatórios anuais, destacando-se os resultados encontrados sobre a evidenciação do CI.

Nos estudos empíricos em que se analisam os RAs das companhias com relação a evidenciação do CI, é de extrema importância observar a transparência das organizações aos usuários externos; caso uma tendência seja verificada, tal fato pode vir a incentivar uma futura normatização contábil. Na seqüência (Quadro 3) evidenciam-se alguns termos/conceitos e definições sobre o CI, pois considera estas definições pertinentes para este ponto do estudo.

Autor	Ano	Termos/conceitos	Definição
Burkh, P.N.; Larsen, H.T.; Mourtsen, J..	2001	Capital Intelectual	CI "não é uma coisa, é um construto frágil, que necessitam continuamente ser amparado e mantido junto por todo um conjunto de elementos inter-relacionados".
Burkh, P.N.; Johanson, U..	2003	Capital Intelectual	Nenhuma definição: os autores se concentram em relatar
Brennan, N.; Connell, B..	2000	Capital Intelectual	"é um direito (equit) baseado em conhecimento de uma Cia"
Edvinsson, L..	1997	Capital Intelectual	Nenhuma definição
Harrison, S.; Sullivan, P.H..	2000	Capital Intelectual	"Conhecimento que pode ser convertido em lucro"
Heisig, P.; Vorbeck, J.; Niebuhr, J..	2001	Capital Intelectual	"O Capital Intelectual tem valor mas é invisível"
Mouritsen, J.; Bukh, P.N.; Larsen, H.T.; Johansen, M.R..	2002	Capital Intelectual	"Capital Intelectual não é uma contabilidade convencional ou um termo econômico. Ele pode ser um efeito, pode ser uma estratégia departamental, pode ser uma fórmula matemática"
Petty, R.; Guthrie, J..	1999	Capital Intelectual	Não há definição própria; os autores declaram "que o gerenciamento do conhecimento significa gerenciamento do capital intelectual controlado por uma Cia"
Edvinsson, L.; Malone, M.S..	1997	Capital Intelectual e Ativos Intangíveis	"Ativos intangíveis são aqueles que não têm existência física mas ainda assim têm valor para a Cia"
Pablos, P.O..	2003	Capital Intelectual	"Uma definição ampla de Capital Intelectual afirma que ele é a diferença entre o valor de mercado da Cia e seu valor contábil. Recursos baseados em conhecimento que contribuem para a vantagem competitiva sustentável de uma empresa formam o Capital Intelectual"
Petty, R.; Guthrie, J..	2002	Capital Intelectual	Capital Intelectual "como o valor econômico de duas categorias de ativos intangíveis de uma Cia". Os autores nomeiam como categorias organização e capital humano.
Rastogi, P.N..	2003	Capital Intelectual	"Capital Intelectual pode ser visto como a capacidade holística ou meta-nível de uma empresa de coordenar, orquestrar, e usar seus recursos de conhecimento para a criação de valor na busca de sua visão futura"
Stewart, T.A..	1998	Capital Intelectual	"Capital Intelectual é o conhecimento material, a informação, a propriedade intelectual, experiências que podem ser colocadas em uso para criar riqueza e poder intelectual coletivo"

Sullivan, P.H..	2000	Capital Intelectual	"Capital Intelectual é conhecimento que pode ser convertido em lucro"
Wood, J..	2003	Capital Intelectual	Não há definição; o autor declara que o capital intelectual é a informação nas mentes das pessoas.
Bonfour, A..	2003	Intangíveis	Não há definição; o autor declara que a definição tem uma influência forte sobre a mensuração e a avaliação de intangíveis.
Bontis, N.; Dragonetti, N.C.; Jacobsen, K.; Roos, G..	1999	Recursos Intangíveis, Capital Intelectual como uma sub-categoria	Capital Intelectual "é, de uma maneira simples, o conjunto de recursos intangíveis e seus fluxos"; recursos intangíveis "qualquer fator que contribui para os processos geradores de valor da Cia"
Canibano, L.; Sanchez, P.; Chaminade, C.; Olea, M.; Escobar, C.G; Garcia-Ayuso, M..	1999	Intangíveis	Intangível é o adjetivo que acompanha vários conceitos tais como recursos e investimentos; os autores citam definições existentes.
Daum, J.H..	2002	Ativos Intangíveis e Capital Intelectual	Não há definição; o autor nomeia tipos diferentes de intangíveis tais como, capital humano e conhecimento.
Funk, K..	2003	Intangíveis	Não há definição; o autor menciona credibilidade do gerenciamento, inovatividade, identidade da marca, habilidade para atrair talentos, liderança na pesquisa, responsabilidade ambiental e social.
Garcia-Ayuso, M..	2003	Intangíveis	Não há definição
Johanson, U.; Martensson, M.; Skoog, M.I..	2001	Intangíveis	Não há definição própria; os autores nomeiam e comparam definições existentes.
Lev, B..	2001	Intangíveis	"Um ativo intangível é uma declaração de benefícios futuros que não tem uma corporação física ou financeira - ação ou dividendo".
Gu, F.; Lev, B..	2001	Ativos Intangíveis	Intangíveis são definidos por suas principais forças impulsoras: pesquisa e desenvolvimento, propaganda, tecnologia da informação e práticas de recursos humanos.
Sveiby, K.E..	1997	Ativos Intangíveis	Define intangíveis com base em suas três categorias, todas derivadas dos recursos humanos organizacionais.
N.N..	2001	Ativos Intangíveis	Ativos intangíveis "são declarações - não financeira, não atuais - de benefícios futuros que não têm uma forma física ou financeira"
Yang, S.; Brynjolfsson, E..	2001	Ativos Intangíveis	Não há definição; os autores declaram apenas que ativos intangíveis demoram para ser criados e geram um fluxo de benefícios esperados em um período de tempo.

Michalisin, M.I.D.; Kline, D.M.; Smith, R.D..	2000	Recursos Intangíveis	Não há definição clara, apenas diferenciação entre termos; os intangíveis não podem ser copiados/imitados.
Sanchez, P.; Chaminade, C.; Olea, M..	2000	Intangíveis	Diferenciação entre recursos intangíveis que podem ser medidos em algum momento e atividades intangíveis que surgem durante um período de tempo.
Granstrande, O..	1999	Propriedade Intelectual	Propriedade Intelectual é a propriedade diretamente relacionada com a criatividade, conhecimento e a identidade de um indivíduo.
Günther, T..	2001	Valores Imateriais	Não há definição; o autor cita tipos diferentes de intangíveis tais como marcas e patentes.
Kriegbaum, C..	2001	Valores Imateriais	O autor declara que valores imateriais não são bens financeiros incorporados como entidades físicas. Sua natureza é não monetária. Constituem uma vantagem econômica para a Cia.
AK "Immaterielle Werte im Rechnugswesen" der SG	2001	Valores Imateriais	Descrição negativa: valores não monetários sem aparência física.
Grant, R.M..	1997	Sem termos	Nenhum termo
Kaplan, R.S.; Norton, D.P..	2001	Sem termos	Não há definição; a discussão cobre apenas o conhecimento.
Chan, L.K.; Lakonishok, J.; Sougiannis, T..	2001	Sem termos	Não há definição, apenas discussão de medida de performance financeira e medidas de performance não financeiras.
Brennan, N.; Connell, B..	2001	Sem termos	Não há definição, os autores tratam apenas da pesquisa e desenvolvimento e da propaganda.

QUADRO 3: DEFINIÇÕES DE CAPITAL INTELECTUAL

Fonte: Schnorrenberger (2005) *apud* Kaufmann; Schneider (2004)

Os autores referenciados no Quadro 3 são apenas uma parcela de uma série de autores que objetivam conceituar capital intelectual ou termos semelhantes. Ainda não existe um conceito amplamente aceito na academia, apenas noções destes termos. Observam-se muitas divergências entre os conceitos, mas também se destacam algumas convergências. Diante do exposto, buscou-se categorizar em quatro abordagens distintas, não sendo esta a única forma possível de categorização.

A primeira abordagem, a qual denominou-se fenomenológica, descreve CI como algo relevante, mas abstrato, invisível, de tal forma que não é passível de

definição, onde se pode apenas observar os efeitos correlacionados com o CI. (BURKH; JOHANSON, 2003; HEISIG ; VORBECK ; NIEBUHR 2001)

A segunda abordagem, classificou-se como Contábil, onde o CI é a diferença entre o valor patrimonial e de mercado e partindo deste pressupostos realiza-se a análise, onde se busca normalmente uma forma de tentar mensurar e evidenciar estes ativos. (LEV 2001; SANCHEZ; CHAMINADE; OLEA 2000)

Uma outra abordagem observada é a econômica, ela aproxima-se da contábil, entretanto ao invés da simples equação valor de mercado reduzido do valor contábil, utiliza-se de modelos econométricos, principalmente da análise de regressão para derivar as conclusões. Muito utilizada em artigos, normalmente não trabalha com conceitos qualitativos, mas sim quantitativos. (KRIEGBAUM, 2001; SULLIVAN, 2000)

Por fim, a quarta abordagem deriva das práticas gerenciais e busca formas da gestão organizacional desenvolver e ampliar o CI da organização e dos indivíduos relacionados de forma sinérgica para agregar valor à instituição. Este conceito é amplo, pois tudo que agregar valor à organização seja mercadológico, humano ou estrutural afeta o CI da organização nesta abordagem. Conforme mencionado no capítulo introdutório, é esta abordagem a utilizada nesta dissertação, pois se busca destacar a evidenciação voluntária do CI de uma forma ampla nas organizações. (SVEIBY 1997; STEWART 1998; EDVINSSON; MALONE 1998)

2.2 O CAPITAL INTELECTUAL NO CONTEXTO NACIONAL

No cenário nacional ainda são escassas as publicações sobre CI; as publicações existentes relacionam-se com a gestão do conhecimento. Esta afirmativa baseia-se em uma busca preliminar nos periódicos científicos (Nacionais, Área Administração / Turismo com classificação A, B e C – CAPES – Triênio 2004 – 2006), no período de janeiro de 2000 a abril de 2006. Entretanto, torna-se possível encontrar alguns importantes trabalhos onde os tópicos CI e Contabilidade caminham juntos. Neste ponto do presente trabalho não se pretende cobrir todos os trabalhos existentes; para fins desta pesquisa selecionaram-se três, considerados relevantes: o primeiro pelo pioneirismo, o segundo pela metodologia empregada e o terceiro pelos resultados empíricos.

Antunes e Martins, no ano de 2002, publicaram um trabalho intitulado “Capital Intelectual: Verdades e Mitos” num dos principais periódicos brasileiros de Contabilidade, sendo que Antunes (2000) já havia escrito um livro sobre o tema. No artigo, menciona-se que o CI, mistificado por muitas pesquisas e dito esquecido pela contabilidade, na verdade nada mais é que o *Goodwill* ou ativos intangíveis seculares nos estudos contábeis.

Segundo Antunes e Martins (2002, p. 41), “os elementos intangíveis sempre foram abordados pela Contabilidade e, da mesma forma, como nunca se desprezou a sua importância, nunca se subestimou a sua complexidade.” Os mesmos autores (2002, p. 41) acrescentam que “qualquer que seja o rótulo atribuído aos elementos intangíveis, que sempre fizeram parte das organizações, entende-se e se aceita que hoje, cada vez mais, o conhecimento e o gerenciamento desses elementos são relevantes para a gestão das empresas”. Neste trabalho, considera-se como principal relevância a quebra de resistências sobre o tema entre os contadores e pesquisadores. Portanto, pode ser considerado como um marco no contexto nacional. Os autores trouxeram para o contexto brasileiro um tema de relevância para as organizações que trata de aspectos conflitantes, parte integrante das mesmas.

No ano de 2005, Backes, Wiethaeuper e Ott publicaram um trabalho em um congresso internacional, onde foram analisadas as informações sobre capital intelectual evidenciadas nos relatórios de administração de companhias abertas brasileiras, divulgados com data-base de 31/12/2003. Utilizou-se, assim como no presente trabalho, a técnica de análise de conteúdo; entretanto, a amostra utilizada foi constituída pelos relatórios das companhias listadas pela BOVESPA em nível 1 de governança corporativa. Outra diferença percebida entre a presente pesquisa e a publicação de 2005 acima referida reside na categorização: nesta, foi utilizada uma adaptação de Edvinsson e Malone (1998), enquanto que, na presente pesquisa, utilizou-se uma adaptação de Sveiby (1997). Quanto à codificação pela técnica de análise de conteúdo, a publicação de 2005 utilizou-se de frequência acumulada; nesta pesquisa, utilizou-se a codificação do 0 e 1 (elemento presente ou não).

Portanto, não são comparáveis devido às diferenças metodológicas, entretanto, cabe destacar-se os resultados de classificação da frequência da pesquisa de 2005: com maior frequência, a categoria de Capital Estrutural (com destaque para a subcategoria responsabilidade social); em segundo lugar, a

categoria capital humano (na qual apresentou-se com maior número de sentenças a subcategoria treinamento e desenvolvimento dos funcionários) e, por fim, a categoria capital de clientes (com evidência para a subcategoria imagem da empresa).

O terceiro trabalho analisado, Perez e Fama (2006), também publicado em um periódico nacional, com o objetivo de analisar o impacto da presença de ativos intangíveis não contabilizados no desempenho das empresas, verificou estatisticamente se esses ativos podem realmente ser responsáveis por uma maior criação de valor aos seus acionistas. O trabalho, de cunho estatístico, cuja metodologia relaciona dois bancos de dados, inclui centenas de empresas norte-americanas e apresenta resultados que são significativos por demonstrarem a existência de importantes diferenças de desempenho entre as empresas intangível-intensivas e as empresas tangível-intensivas.

Concluem que a contabilidade precisa direcionar esforços para registrar esses ativos intangíveis (estratégicos) e desenvolver uma forma de evidenciá-los. Este trabalho tem como mérito provar, estatisticamente, que os ativos intangíveis, realmente, acrescentam valor para o acionista, conforme mencionado em uma série de trabalhos, porém sem ser comprovado pela maioria deles. Lembre-se que este trabalho, apesar de nacional, utiliza empresas americanas e sugere sua replicação no Brasil, para verificar se, no contexto brasileiro, resultados similares são obtidos.

Conforme mencionado, na presente pesquisa, realizou-se uma busca preliminar nos periódicos científicos (Nacionais, Área Administração / Turismo com classificação A, B e C – CAPES – Triênio 2004 – 2006), no período de janeiro de 2000 a abril de 2006, para verificar, inicialmente, como os pesquisadores com pesquisas publicadas no Brasil estavam procedendo para estudar o CI das organizações. Buscaram-se as palavras-chaves “capital intelectual” e/ou “ativos intangíveis” nos títulos e resumos dos artigos publicados, disponíveis na Internet.

Realizou-se a análise apenas nos artigos que demonstravam evidências empíricas, em outras palavras, artigos de natureza teórica não foram analisados. A busca resultou em apenas doze artigos, cujos procedimentos são demonstrados a seguir, de maneira sintetizada:

Ano	Periódico	Empresas investigadas	Fonte de dados utilizada	Procedimentos Metodológicos	Classificação de CI utilizada
2001	RAE	1 Empresa (ocultada)	Indicadores de desempenho	Análise de regressão	Klein (1998) e Winter (1998).
2002	RAE Eletrônica	2 Empresas Brasileiras	Notícias publicadas	Fenomenológica	Nenhuma
2002	RAC	3 Empresas Brasileiras privadas do setor de serviço	Diretores de: Operações, Recursos Humanos, Marketing e Finanças.	Questionários e entrevistas	Edvinsson e Malone (1997) e Sveiby (1997).
2003	Ciência da Informação	1 Instituição Pública brasileira	Recursos Humanos	Mapeamento do fluxo de informação	Nenhuma
2003	RAC	1 Empresa hospitalar Brasileira	Diretores da organização	Entrevista	Sveiby (1997), Edvinsson e Malone (1988), Stewart (1997)
2003	RAC	1 Empresa Financeira Pública Brasileira	Programa de Gestão e Excelência do Banco do Brasil	Fenomenológica	Nenhuma
2003	Contabilidade & Finanças	1 Empresa Brasileira Industrial	Em diversos setores	Entrevista	Wernke (2002)
2003	Contabilidade & Finanças	2 Empresas de Capital Aberto	Diretores	Entrevista	Sveiby (1997), Edvinsson e Malone (1988), Stewart (1997)
2004	REAd	8 Centros de P&D Mexicanos	Diretores de P&D	Questionários	Edvinsson & Malone (1998)
2004	RAUSP	699 Empresas americanas não-financeiras	Banco de dados	Análise de regressão	Nenhuma
2006	Contabilidade & Finanças	699 Empresas americanas não-financeiras	Banco de dados	Análise de regressão	Nenhuma
2006	Contabilidade & Finanças	3 Empresas Brasileiras	Alta direção e coordenadores	Entrevistas, questionários, observação e documentação	Nenhuma

QUADRO 4: METODOLOGIA, FONTE DE DADOS E CLASSIFICAÇÃO UTILIZADA NAS PESQUISAS NACIONAIS

Fonte: Elaborado pelo autor

Destaca-se que as fontes de dados são diversas; os procedimentos metodológicos são principalmente a entrevista e o questionário; e a maioria dos trabalhos não utiliza uma classificação de CI específica.

Na ausência de uma tendência clara no contexto brasileiro no que tange a fonte de dados para a investigação de intangíveis, os procedimentos metodológicos

para seu estudo e um arcabouço classificatório de CI disponibilizado, julgou-se pertinente realizar uma busca sobre o tratamento dado ao CI no contexto internacional. Os resultados desta busca são apresentados a seguir. Cumpre lembrar que este movimento discursivo está em consonância com as duas hipóteses de pesquisa: H1 – Os resultados sobre evidenciação voluntária do CI das companhias brasileiras tendem a comportar-se de maneira similar àqueles do contexto internacional; H2 – Existe uma tendência ascendente de evidenciação voluntária do CI nos relatórios das companhias brasileiras.

2.3 REVISÃO DA LITERATURA INTERNACIONAL

Diante dos fatores elencados acima, sentiu-se a necessidade de uma busca no contexto internacional com vistas à emergência de uma possível tendência. Os 20 (vinte) trabalhos investigados são apresentados de forma mais detalhada do que os trabalhos nacionais, em função da preocupação com a disponibilização de seu conteúdo na língua portuguesa.

2.3.1 Pesquisa publicada em 2000: Austrália

Em seu artigo de 2000a, Guthrie e Petty partem da premissa de que os elementos de CI evidenciados nos relatórios anuais das empresas refletem a maneira como estas organizações consideram o gerenciamento do conhecimento. Para dar suporte a esta premissa, apontam o exemplo europeu, em que há evidências nos relatórios anuais das empresas da década de 90 de um nível nunca antes observado de manifestação pública de CI.

Com base nestas premissas e na ilustração do contexto europeu, os autores buscam por meio do método de "análise de conteúdo" dos relatórios anuais, promover um melhor conhecimento de como as organizações australianas respondem ao desafio de relatar o CI. Ao responder a pergunta "O que entendemos por CI?", os autores sugerem uma definição do conceito, como sendo "os aspectos financeiros e não financeiros que geram valor para a organização", definição esta compartilhada por eles próprios (2000b), por Bernnan e Connell (2000) e pelo autor desta dissertação. Para a condução dos aspectos empíricos de sua pesquisa, Guthrie e Petty adotam o framework de classificação de Sveiby (1997), qual seja,

estrutura interna, estrutura externa e competência dos funcionários. Sua metodologia - utilizada para identificar e evidenciar CI nos relatórios anuais - consistiu (i) para a coleta de dados, foram examinados os relatórios anuais de 20 (vinte) empresas australianas; (ii) para a análise dos dados foi utilizada a "análise de conteúdo", informada por categorias pré-definidas, que possibilitaram a observação da emergência de padrões na apresentação e relato das informações (o *framework* de Sveiby (1997) foi modificado segundo a realidade das empresas australianas, permanecendo, então, 24 (vinte e quatro) elementos distribuídos ao longo das 3 (três) categorias originais).

A tarefa foi dividida entre os dois autores, como se segue: um dos pesquisadores leu os relatórios e registrou a manifestação (ou ausência) de cada elemento; o segundo pesquisador confirmou a manifestação e, com base nas informações registradas, construiu um quadro apresentando os elementos para cada empresa. Na seqüência, os quadros individuais foram agrupadas em uma matriz, cujo objetivo era oferecer um diagnóstico geral da manifestação de CI nos relatórios anuais das empresas australianas. Os resultados do trabalho são apresentados em dois níveis; um nível mais geral e um nível mais específico.

No que se refere aos resultados gerais, observa-se: (i) ausência de *frameworks* sistematizados para relatar CI - apenas 2 (duas), das empresas australianas incluía uma adaptação do "Monitor de Intangíveis" do modelo de Sveiby (1998); (ii) tendência para manifestação por meio discursivo e não numérico; (iii) variação na extensão e tipo de relatório de CI em cada organização individual; (iv) aparente conscientização quanto à importância do CI como alavancador do sucesso organizacional. No que se refere aos resultados específicos, (i) a categoria "estrutura externa" foi a que se fez mais presente, correspondendo a 40% do CI; as categorias "estrutura externa" e "competência dos funcionários" apresentaram a mesma incidência, qual seja, 30 % cada; (ii) o elemento mais freqüente para referência a CI foi "espírito empreendedor"; os elementos menos representados foram "direitos autorais", "relações financeiras", "contratos favoráveis", "acordos de *franchising*" e "qualificação vocacional".

2.3.2 Pesquisas publicadas em 2001

2.3.2.1 Irlanda

Em seu artigo de 2001, Brennan apresenta um estudo sobre a evidenciação de CI em empresas irlandesas baseadas em conhecimento. Seu estudo replica a investigação de Guthrie *et al* (1999), no que diz respeito à técnica de “análise de conteúdo” e no que se refere à estrutura das "categorias" e “elementos” de CI, bem como na análise de frequência de ocorrência de CI nas empresas investigadas. Os resultados do estudo mostram algumas peculiaridades. Por exemplo, considerando-se os elementos utilizados como framework de busca de CI, verifica-se que nenhum deles foi evidenciado nos relatórios das 11 (onze) empresas analisadas.

Os elementos que mais se fizeram presentes foram "acordos de licenciamento" e "cliente", ambos evidenciados em 5 (cinco) empresas; os demais elementos tiveram evidenciação decrescente. Após apresentar os seus resultados, o autor os compara àqueles de Guthrie *et al*. Diferentemente do padrão de evidenciação observado no contexto irlandês, nas empresas australianas alguns elementos foram evidenciados em quase todas as empresas, por exemplo "espírito empreendedor", em 19 (dezenove) das 20 (vinte) empresas analisadas e "clientes", em 16 (dezesesseis) das 20 (vinte) empresas analisadas.

Desta comparação, Brennan concluiu que, no contexto irlandês, há menos manifestações voluntárias de CI nos relatórios das empresas do que no contexto australiano. Cabe aqui uma observação: a seleção de empresas que constituíram a amostragem nos dois estudos é informada por variáveis diferentes, quais sejam, empresas baseadas no conhecimento (Brennan) e empresas de maior faturamento (Guthrie *et al*). Num segundo momento do estudo, Brennan, por meio da abordagem de mensuração de CI calcada na comparação entre o valor-de-mercado e o valor-contábil, identificou diferenças significativas em 9 (nove) das 11 (onze) empresas analisadas, nas quais o valor agregado variou entre 57% e 93%. Curiosamente, duas delas apresentaram valor-de-mercado e valor-contábil equivalentes. Em suas considerações finais, Brennan torna a sinalizar a existência substancial de CI nas empresas irlandesas, mas aponta para a escassez de sua evidenciação voluntária nos relatórios anuais, nos quais, segundo o autor, o CI é evidenciado em termos qualitativos.

2.3.2.2 Holanda

Em seu artigo de 2001, Meer-Kooistra e Zijlstra realizam um estudo, formado por três vertentes - uma revisão da teoria sobre a definição de CI, e os componentes que constituem o relatório de CI; uma visão prática da questão, representada pela percepção de gerentes de 3 (três) empresas holandesas baseadas em conhecimento (usuários internos da informação sobre CI); uma terceira vertente, a perspectiva de usuários externos da informação sobre CI, representada pela percepção de 4 (quatro) analistas financeiros - com o objetivo de propor as bases sobre as quais um relatório de CI deveria ser construído. Tais bases são apresentadas em termos de premissas e em termos da natureza e conteúdo dos relatórios, o que é vinculado à utilização interna ou externa das informações de CI.

A metodologia utilizada no trabalho subdivide-se em procedimentos para o estudo de cada vertente, a saber: (i) para a vertente teórica foi feita uma revisão da literatura com base nas características similares dos *frameworks* de modelos atuais, comparando-se sua perspectiva gerencial, a base de sua construção (o Balanced Scorecard) e a natureza da unidade de medida utilizada na mensuração do CI (qualitativa, quantitativa, financeira e não-financeira); (ii) para a vertente prática, os seguintes procedimentos foram utilizados: inicialmente, foram feitas sessões de "*brainstorming*" com os gerentes das empresas, para encorajá-los a refletir sobre CI e levar à identificação daqueles componentes ligados à estratégia da empresa que a ela mais agregavam valor; a partir daí, foram construídos indicadores com base no modelo "Danish" (1997) e foram identificados os elementos com base no modelo "Skandia" (1994).

Munidas deste conhecimento gerado, as empresas foram levadas a preencher o modelo de relatório de CI interno; (iii) para a perspectiva de usuários externos, foi perguntado aos analistas financeiros que tipo de informação deveria constar de um relatório de CI (indicadores) para fins de subsidiar seu processo de tomada de decisão. Simultaneamente, foi discutido, tanto com os gerentes (instância interna) quanto com os analistas financeiros (instância externa), a relevância de se considerar o CI e a forma de implementação (interna e externa) de um modelo de relatório de CI.

Os resultados com relação às premissas levaram os autores a elencarem as seguintes considerações: o CI é o agente principal de criação de valor para a empresa; um relatório de CI deve ser construído sob uma perspectiva gerencial pró-ativa; o gerenciamento do CI deve fazer parte da estratégia da empresa, por ser ela que determina quais componentes de CI interessam à organização; como consequência, o modelo de relatório de CI deve ser baseado em uma relação de causa-e-efeito; e, existe uma relação entre os componentes de CI alavancados pelo "capital humano". Os resultados com relação à natureza e ao conteúdo dos relatórios levaram os autores a fazer uma distinção entre relatórios para usuários internos e para usuários externos, afirmando que os primeiros visam o gerenciamento do CI, devendo, portanto, serem mais detalhados e construídos *ad hoc*, segundo a estratégia organizacional; para os usuários externos, há uma manifestação da necessidade de se padronizar as informações, de tal forma a permitir uma comparabilidade entre as empresas.

2.3.2.3 Nova Zelândia

O estudo de Guthrie (2001) mostra uma associação positiva entre atributos de capital intelectual, especificamente práticas de envolvimento no trabalho, rotatividade e a produtividade de empresas na Nova Zelândia. Existe na literatura uma focalização do impacto das relações humanas nas firmas industriais e na performance organizacional.

Um grande número de textos apareceu nos anos recentes, promovendo as vantagens de se utilizar práticas de alto envolvimento dos recursos humanos para ampliar as habilidades, motivação e empregabilidade; buscam-se, nestes estudos, as evidências empíricas entre as práticas e as performances.

Como metodologia, foi enviado um questionário para 701 empresas com mais de 100 funcionários; destas, obteve-se 190 respostas (27,1%), dentre as quais foram validados como dados suficientes para análise apenas 164 respostas (23,4%); a técnica utilizada foi a análise de regressão múltipla, com o controle das variáveis. Os resultados evidenciaram que as firmas competitivas utilizavam práticas de alto envolvimento dos funcionários, incrementando, assim, seu capital intelectual; pois o estudo comportou-se de forma similar a outros estudos, como o de Arthur (1994),

mostrando uma correlação positiva com a produtividade organizacional e uma correlação negativa com a rotatividade.

Diante dos resultados, fica demonstrada a importância de informações não financeiras na tomada de decisão. Como sugestões para novas pesquisas, os autores recomendam estudos em outros países, analisando comportamentos e atitudes dos colaboradores em relação com a produtividade, o que vem a dar suporte à importância dos ativos intangíveis no sucesso organizacional.

2.3.3 Pesquisas publicadas em 2003

2.3.3.1 Itália

Em seu artigo de 2003, Bozzolan, Favotto e Ricceri partem da premissa da inadequação dos relatórios financeiros tradicionais para atender às necessidades informacionais dos acionistas, especialmente em uma economia baseada em conhecimento. Tal inadequação tem gerado uma tendência, por parte das empresas italianas, para a evidenciação voluntária de CI.

Neste contexto, os autores buscaram responder a 2 (duas) Perguntas de Pesquisa (PP), quais sejam: PP1 - qual é a *quantidade* e o *conteúdo* da evidenciação voluntária de CI; PP2 - quais são os fatores que influenciam e podem explicar os diferentes comportamentos organizacionais, no que se refere a evidenciação voluntária. Os autores fizeram uma seleção de 30 (trinta) empresas dentre as 201 (duzentos e uma) listadas no "*Italian Stock Exchange*", seleção esta calcada nas variáveis, "tamanho" e "tipo" de segmento. As fontes de dados para o estudo foram os relatórios anuais do ano de 2001.

Para dar conta da PP1, o método utilizado foi a "análise de conteúdo", que os autores executaram em 4 (quatro) fases distintas: escolha do *framework* a ser usado para classificar as informações; definição da unidade de registro (a sentença); codificação; avaliação do nível de confiabilidade alcançado. Para a PP2, a técnica utilizada foi a "análise de regressão", constituída de dois testes, a saber, o Test-T e o teste Chi-Square. Os resultados do trabalho são apresentados em relação às duas PPs. Com relação à PP1, foi evidenciado que a categoria "estrutura externa" respondeu por 49% das informações relacionadas a CI, seguida da categoria

"estrutura interna" com 30%, e da categoria "capital humano", que respondeu por 21% da evidenciação. Na "estrutura externa", os elementos mais freqüentes foram "clientes", "canais de distribuição", "parcerias" e "marcas".

Com relação à PP2, os resultados são assim formulados: os fatores "indústria" e "tamanho" não mostraram ser importantes na determinação do *conteúdo* das informações de CI manifestadas; entretanto, estes fatores são importantes para explicar diferenças na *quantidade* de informações evidenciadas, ou seja, para organizações vinculadas à área social e ambiental há uma evidenciação de 61 (sessenta e um) elementos a mais do que em organizações de outros segmentos. Cumpre esclarecer que, em nível geral, e na média, as organizações italianas evidenciaram 51 (cinquenta e um) elementos de CI, o que sugere que estão conscientes da importância de CI.

2.3.3.2 África do Sul

Em seu artigo de 2003, April, Bosma e Deglon partem de 2 (duas) premissas: (i) as organizações que mensuram, relatam e gerenciam efetivamente seu CI têm uma vantagem competitiva e (ii) o conhecimento do valor real de todos os ativos reflete, de forma mais precisa, o valor de uma organização, o que fornece suporte aos objetivos organizacionais de transparência para os usuários externos da informação. No contexto destas premissas, os autores buscaram responder a seguinte Pergunta de Pesquisa (PP): "O CI é realmente relevante ou significativo para as empresas de mineração africanas e, em caso positivo, o que elas estão fazendo a este respeito?"

A metodologia do estudo consiste na combinação de 3 (três) técnicas, quais sejam: a "análise de conteúdo" dos relatórios anuais de 2001 das 20 (vinte) maiores empresas africanas, em termos de capitalização de mercado; "entrevistas" individuais com os gerentes daquelas empresas - dentre as 20 (vinte) - que se dedicavam à atividade de mineração (em número de sete); e, "questionários", aplicados também às estas mesmas 7 (sete) empresas. As entrevistas foram, sempre que possível, de cunho presencial, ou, quando impossível, por telefone. O questionário foi subdividido em duas partes, sendo a primeira dedicada à percepção dos entrevistados quanto à utilidade dos 24 (vinte e quatro) elementos do *framework*

de Sveiby (1997) usado, e a segunda dedicada à identificação da unidade de medida real usada para quantificar estes elementos.

Os resultados são apresentados de duas formas: (i) em relação às 20 (vinte) empresas e (ii) em relação às 7 (sete) empresas de mineração. Com referência a (i), dois aspectos são salientados, a saber, em relação à incidência de ocorrência dos *elementos* de CI e em relação à incidência de ocorrência de categorias de CI. No que concerne aos elementos, "parcerias" ocorreu em todas as 20 (vinte) empresas (100%), seguido de "competências relacionadas ao trabalho" e "processos gerenciais" (80%); os elementos de ocorrência mais baixa foram "patentes" e "acordos de *franchising*" (5%); o elemento "direitos autorais" teve ocorrência zero.

No que concerne às categorias - estrutura externa, estrutura interna e capital humana - "estrutura externa" foi a de maior incidência (40%), seguida de "estrutura interna" e "capital humano" (30%). Vale salientar que nenhuma das 20 (vinte) organizações contemplou os 24 (vinte e quatro) elementos do *framework* usado no estudo; a empresa que mais se aproximou deste total evidenciou 18 (dezoito) elementos. Com referência a (ii), os autores verificaram que o CI é relevante para as empresas de mineração africanas, uma vez que a análise dos resultados obtidos por meio da investigação combinada das 3 (três) vertentes (análise de conteúdo, entrevistas e questionários) demonstra que houve 68% de ocorrência dos 24 (vinte e quatro) elementos de CI. Apesar da constatação da relevância de CI, apenas 43% de incidência de CI são evidenciados nos relatórios anuais. Mais drástico ainda, destes elementos evidenciados nos relatórios, apenas 36% são mensurados, ou seja, as empresas estão apenas evidenciando uma parte de seu CI (embora, nas entrevistas tenha havido manifestação de outros elementos de CI que não foram capturados nos relatórios anuais).

Estas considerações apresentam as respostas para a PP que informa o estudo.

2.3.3.3 Canadá

Bontis (2003) destaca que, atualmente, tem aumentado a atenção para a importância da evidenciação do capital intelectual. Várias companhias se aventuraram ao publicarem declarações sobre seus intangíveis importantes; porém,

apesar da atração global e convicções cercando o valor do capital intelectual, ele continua sendo excluído dos relatórios anuais das corporações canadenses. A metodologia utilizada é a análise de conteúdo administrada nos relatórios anuais de 10.000 corporações canadenses.

Uma lista de palavras-chave relacionadas com o capital intelectual foi encontrada nos relatórios anuais, tais como: conhecimento empresarial, produtividade de empregado, propriedade intelectual, reputação da companhia, habilidade do empregado, recursos intelectuais, inteligência competitiva, valor do empregado, aprendizagem incorporada, redes especialistas, ativos do conhecimento, universidade incorporada, equipes especialistas, administração de conhecimento, diversidade cultural, ativos humanos, conhecimento compartilhado, capital do cliente, capital humano, ação de conhecimento, valor humano, qualidade de administração, cliente do conhecimento, cultura organizacional, valor econômico agregado, sistemas de informação, aprendizagem organizacional, habilidades de empregados, ativos intelectuais, capital relacional, experiência do empregado, capital intelectual, capital estrutural, material intelectual e provedor de conhecimento.

Destaca-se o número significativamente pequeno, na perspectiva do autor referenciado, de exemplos nos quais ocorreu a evidenciação do capital intelectual. O autor recomenda que corporações preocupadas com a sua relação com o mercado de capitais deveriam desenvolver iniciativas estratégicas e táticas para a evidenciação voluntária do CI.

2.3.4 Pesquisas publicadas em 2004

2.3.4.1 Malásia

Em seu artigo de 2004, Chen Goh e Pheng Lim apresentam um estudo da evidenciação de CI nos relatórios anuais de 20 (vinte) empresas da Malásia, que foram investigadas para fins de verificação da presença qualitativa e/ou quantitativa de CI. Foi adotada a metodologia de Guthrie e Petty (2000a) e a definição de CI proposta por Sveiby (1997), bem como seus 24 (vinte e quatro) elementos para classificação de CI. Os relatórios anuais examinados não apresentavam uma seção complementar relacionada a CI; em face disto, os pesquisadores adotaram o seguinte procedimento: os relatórios foram lidos em sua totalidade - tanto as

informações contábeis, como as informações explicativas extras - e, a partir desta leitura, a cada manifestação de um dos 24 (vinte e quatro) elementos da lista de Sveiby (1997) os pesquisadores registravam sua ocorrência.

Ao final, verificaram o número de ocorrências de cada elemento, o que foi registrado por somatório na coluna "Total". Após o levantamento dos dados, os pesquisadores verificaram que 3 (três) elementos foram mencionados em todos os relatórios anuais, quais sejam, "filosofia de gerenciamento", "cultura corporativa" e "espírito empreendedor". Dentre os 24 (vinte e quatro) elementos de Sveiby, 6 (seis) foram mencionados apenas em um ou dois relatórios, quais sejam "patente", "direitos autorias", "marca", "acordo de *franchising*", "*know-how*" e "qualificação vocacional". Os resultados demonstram que, com relação à presença qualitativa e/ou quantitativa de CI, a manifestação foi apenas qualitativa, sendo o aspecto quantitativo não mencionado.

2.3.4.2 Espanha - Modelo 3R

Em seu artigo de 2004, Pablos apresenta diretrizes para a construção de um Relatório de CI, sistematizadas no que ela denomina o "Modelo - 3R" (**R**elatório de CI (1R), o **R**elatório de Fluxo de CI (2R) e **R**elatório Memo (3R)). Esta proposta é resultado da maturação das reflexões anteriores desenvolvidas no âmbito de um projeto de pesquisa iniciado em 1997, no qual a autora faz uma análise longitudinal de relatórios de CI publicados em vários países. Da análise, emergiu a necessidade de um modelo que apresentasse, de forma sistematizada, os elementos de CI com seus respectivos indicadores, de tal forma a permitir comparabilidade entre as empresas e uma linguagem comum entre os pesquisadores da área.

A metodologia utilizada para a proposta das diretrizes incluiu: análise das diferenças, em forma e conteúdo, entre os relatórios investigados; consideração da natureza *ad hoc* dos relatórios; explicitação das variáveis que os diferenciam. A partir destas variáveis e sendo informada por 3 (três) questões - quantos indicadores, elementos ou categorias deveriam ser incluídas no relatório de CI; como apresentar estes indicadores; a possibilidade de a empresa adicionar seus próprios indicadores, elementos e categorias - a autora construiu seu "Modelo-3R".

No âmbito de 1R, são apresentadas informações quanto às possíveis categorias de CI (humano, interna, externa), em termos de seus elementos e indicadores, segundo a necessidade organizacional, e informações quanto ao desempenho da empresa em relação a cada um desses elementos, no ano corrente e no anterior.

No âmbito de 2R, a proposta é acrescentada das variações de desempenho dos indicadores constituintes do 1R, em termos do ano corrente em comparação com o ano anterior. Adicionalmente, são especificadas as metas e as submetas, em termos de curto e longo prazo, para cada um destes indicadores.

No âmbito de 3R deverão ser apresentadas justificativas e explicações em forma descritiva, das informações constantes de 1R e 2R; além disto, deverão ser incluídas informações sobre as atividades da empresa, as normas de avaliação para CI e os eventos que ocorreram após o fechamento dos relatórios. As conclusões apresentadas apontam para: (i) a existência de um grupo de empresas pioneiras que estão mais avançadas, no que diz respeito ao relatório e à mensuração de CI, do que organismos regulatórios contábeis e o mundo acadêmico; (ii) a necessidade do desenvolvimento de linhas gerais para construção de relatórios de CI, que sejam consensualmente aceitas pelas empresas, para permitir a sua comparabilidade; (iii) a proposta de 3 (três) documentos - Relatório de CI, o Relatório do Fluxo de CI e o Relatório descritivo de CI - para a composição do relatório, com vistas a oferecer subsídios para o gerenciamento interno e para divulgação externa das informações de CI.

2.3.4.3 Japão

No estudo de Mavridis (2004), é analisada a performance do capital intelectual no setor bancário japonês. O resultado econômico das entidades é tema de muitas pesquisas no mundo, mas em muitas não se consideram os ativos intelectuais; isto também acontece porque muitos pesquisadores afirmam que o estudo do capital intelectual é recém iniciado. O autor utilizou a metodologia do valor agregado do capital intelectual (VAIC), desenvolvido pelo Centro de Pesquisa do Capital Intelectual da Austrália, correlacionando-o com outros indicadores.

O VAIC é calculado somando-se o valor agregado ao patrimônio líquido com o valor agregado aos gastos com treinamento de funcionários, como demonstra a equação: $[VAIC=(VA/PL)+(VA/CH)]$. A amostra utilizada foi composta por 141 (cento e quarenta e um) bancos assim classificados: 9 (nove) Bancos Municipais; 64 (sessenta e quatro) Bancos Regionais; 57 (cinquenta e sete) membros secundários da associação de bancos; 9 (nove) Bancos de crédito e 3 (três) Bancos de altos créditos. Estas informações foram coletadas no endereço eletrônico da Associação dos Bancos Japoneses, e o período de análise foi de abril de 2000 a março de 2001.

O autor realizou uma análise de resultado onde se obteve um valor descritivo e preditivo; preditivo em função da correlação observada entre os coeficientes do modelo (tornando possível elaborar projeções dentro de certas limitações); descritivo, em função de apresentar um quadro dos grupos de bancos que obtiveram um maior VAIC, possuindo uma performance melhor no mercado, quando analisados por outros indicadores. Os autores também esboçaram uma comparação deste resultado com aqueles de outros estudos feitos na Áustria e na Grécia; na comparação os bancos japoneses mostraram melhor performance.

2.3.4.4 Estados Unidos

No seu estudo, Chiang e Mensah (2004) investigaram as determinantes dos investidores na avaliação dos investimentos em capital intelectual, especificamente em pesquisa e desenvolvimento na indústria de *software*. É explorada, empiricamente, a relevância que a contabilização da pesquisa e desenvolvimento tem para o mercado; além disso, os autores estudaram as determinantes para avaliação heterogênea sob a perspectiva do mercado. Atualmente, inúmeras críticas são feitas quanto ao tratamento que a contabilidade tradicional dá à pesquisa e desenvolvimento, principalmente, para empresas de alta tecnologia, como a indústria de *software*.

A premissa dos autores é que a contabilidade tradicional surgiu para atender à manufatura e possui uma série de limitações em situações em que a propriedade intelectual (intangível) é predominantemente maior que os tangíveis. As hipóteses que informaram o estudo foram confirmadas: H1, relativo à expectativa de produtividade descrita pelo número de empregado na pesquisa e desenvolvimento;

H2, referente à atuação de seus produtos no mercado; H3, referente, ao ciclo de vida médio dos produtos; e, H4, referente à alta diversificação dos produtos dentro do setor de *software*.

O estudo utilizou como fonte de dados uma amostra de 54 (cinquenta e quatro) empresas de *software* nos anos de 1994 a 1998, empregando a análise de regressão com o controle de variáveis. Os resultados obtidos evidenciaram o fato de que o mercado não avalia de forma homogênea os gastos com pesquisa e que as informações não contábeis são extremamente importantes, frente às limitações das informações contábeis para indústrias de *software*. Os autores recomendam, como sugestões para novas pesquisas, formas de avaliação dos intangíveis pelo mercado de capitais.

2.3.4.5 Sri Lanka

No trabalho de Abeysekera publicado em 2004, são explorados os resultados encontrados em 30 (trinta) empresas baseadas no conhecimento, no contexto de Sri Lanka, sobre a evidenciação do capital intelectual. As normas contábeis do Sri Lanka permitem a evidenciação do CI como suplemento, como uma prática não obrigatória. Conforme os autores, estudos passados mostraram que grandes empresas no mundo reportam voluntariamente seu capital intelectual; portanto, apontam esta lacuna e buscam supri-la utilizando como base estudos similares ocorridos em outros países. Neste estudo, o CI é classificado em capital humano, capital interno e capital externo; analisa-se a informação qualitativa e a frequência de informação numérica; utiliza-se o *framework* proposto por Guthrie e Petty (2000b), em sua pesquisa na Austrália, bem como a técnica à análise de conteúdo, aplicada no relatório anual das companhias.

Contrariando a expectativa de que a categoria mais representativa fosse o capital externo, os resultados apontam para o capital humano como sendo a categoria mais representativa: nos relatórios, destacam-se os programas de treinamento e o espírito empreendedor dos colaboradores, como as subcategorias com maior frequência. Em seguida à categoria capital humano, aparece a categoria do capital externo, sendo a reputação o item listado com maior frequência; por fim, em último lugar, a categoria de capital interno, tendo como processos o principal item listado.

Os resultados referentes a dados quantitativos não surpreenderam, pois já havia a expectativa de escassez de informações em valores monetários. Observe-se que o Sri Lanka, enquanto nação em desenvolvimento, preocupa-se com o CI em termos qualitativos e não quantitativos.

2.3.4.6 Turquia

O autor Bozbura, em seu trabalho de 2004, propõe definir os elementos do capital intelectual das firmas na Turquia e investigar, empiricamente, a relação entre o capital intelectual e o valor de mercado das companhias na Bolsa de Valores de Istambul. Foi realizada uma pesquisa na literatura para criar um modelo satisfatório de mensuração do CI. Na maioria dos modelos de capital intelectual são utilizadas três categorias de classificação (capital humano, estrutural e relacional). Para o estudo de Bozbura, quatro hipóteses são definidas: H1 - existe uma correlação positiva entre o capital humano e o valor de mercado sobre o contábil da companhia.; H2 - existe uma correlação positiva entre o capital relacional e o valor de mercado sobre o contábil da companhia; H3a - existe uma correlação positiva entre o capital interno e o capital humano; H3b - existe uma correlação positiva entre o capital interno e o capital relacional.

Como metodologia, a escala proposta por Bontis (1998) foi utilizada para analisar os dados obtidos por meio dos seguintes instrumentos: questionários, entrevistas, reuniões e informações obtidas junto à bolsa de valores de Istambul. Os questionários continham 21 (vinte e uma) questões, sendo 9 (nove) sobre capital humano, 5 (cinco) de capital organizacional e 7 (sete) de capital relacional.

Foram enviadas cartas para 280 (duzentos e oitenta) companhias listadas na bolsa de valores de Istambul e criado um site na Internet para as companhias responderem o questionário, obtendo-se 71 (setenta e um) respostas validadas. Os resultados desta pesquisa apontam para: o capital relacional e o capital humano possuem uma correlação forte e positiva com a relação valor de mercado sobre o valor contábil nas empresas turcas, confirmando, portanto, as hipóteses H1 e H2; o capital organizacional possui uma correlação forte e positiva com o capital humano e relacional, confirmando, portanto, as hipóteses H3a e H3b.

2.3.5 Pesquisas publicadas em 2005

2.3.5.1 Holanda, França e Alemanha

Em seu artigo de 2005, Vergauwen e van Alen apresentam uma expansão da pesquisa de Bontis (2002), com o objetivo de mapear a manifestação de termos relacionados a CI em uma amostragem de organizações holandesas, francesas e alemãs. Seu trabalho se distingue da pesquisa de Bontis por investigar os relatórios anuais *totais* das empresas - em oposição à concentração apenas nos relatórios *financeiros* - em busca da presença do CI em tais documentos.

A amostra selecionada incluiu 89 (oitenta e nove) empresas dos 3 (três) países, das quais foram examinados os relatórios dos períodos de 2000 e 2001, totalizando 178 (cento e setenta e oito) relatórios anuais. Para fins de busca da presença de CI nestes documentos, os autores lançaram mão da lista de agrupamentos de preocupações - traduzidas nos 38 (trinta e oito) elementos relacionados a CI - sugerida por Bontis.

Na pesquisa, foram identificadas 458 (quatrocentos e cinquenta e oito) ocorrências de manifestações de CI; após um refinamento da análise destas manifestações, os autores perceberam que elas expressavam uma idéia similar, redigida de forma diferente, o que os levou a reduzir o número para 180 (cento e oitenta) preocupações; agrupando estas preocupações por afinidade, os autores chegaram a 23 (vinte e três) elementos.

O resultado da pesquisa evidenciou os 15 (quinze) elementos da lista de Bontis que estavam ausentes nos RAs investigados. Os elementos mais freqüentes para referência a CI foram "sistema de informação", "gestão de conhecimento" e "propriedade intelectual". Curiosamente, dentre os ausentes estão os termos "capital relacional" e "capital estrutural", que, tipicamente, constituem-se como categorias de CI (ver Edvinsson e Malone, 1994).

2.3.5.2 Índia

Em seu artigo de 2005, Pablos apresenta os resultados de um estudo de caso longitudinal em relatórios anuais de organizações indianas, visando compará-los com o modelo europeu de construção de documentos similares. Seu objetivo foi examinar a evolução dos relatórios indianos para verificar se existiam diferenças entre os dois modos de construir o relatório anual - o europeu e o indiano. Como a resposta foi positiva, a autora passou a verificar que idéias poderiam advir da identificação de tais diferenças.

Para tanto, fez um estudo do relatório anual de 3 (três) empresas, no período compreendido entre 1997 e 2001. O resultado da pesquisa evidenciou as seguintes diferenças: enquanto o estilo europeu é focado em questões relacionadas à missão e à visão organizacionais e/ou em questões de gestão de conhecimento - seguindo um modelo padronizado com elementos e indicadores específicos de CI (capital humano, estrutura interna e estrutura externa) - o estilo indiano tem caráter "narrativo", ignorando a dimensão de quantificação nos relatórios - que, basicamente, descreve o CI da empresa e analisa seus elementos, sem a preocupação com indicadores específicos para mensurá-los.

Esta é a característica diferenciadora dos relatórios Indianos, frente aos europeus. Quanto às idéias que podem advir da identificação de tais diferenças, a autora aponta (i) o caráter didático do estudo - os resultados podem ajudar outras empresas a construir o relatório de CI, decidindo qual estilo melhor se adapta às suas organizações; e, (ii) as necessidades de as empresas indianas desenvolverem indicadores mais específicos para cada elemento de CI.

2.3.5.3 Espanha

Em seu artigo de 2005, Gallego e Rodriguez apresentam um estudo empírico cujos dados são coletados a partir das respostas a questionários sobre os intangíveis, enviados a diretores financeiros de 39 (trinta e nove) empresas espanholas. É interessante observar que neste estudo não foram investigados os relatórios anuais *per se*, como nos estudos descritos anteriormente, mas, sim, as percepções dos gerentes das empresas.

Os questionários aplicados foram construídos com base em seis grandes grupos, a saber: aspectos gerais de CI segundo as percepções dos diretores financeiros das empresas; os intangíveis mais relevantes nas organizações; os indicadores que representavam o CI nas organizações; os relatórios de CI; a compilação dos levantamentos; a definição dos fatores decisivos para o sucesso das empresas. A análise das respostas dos questionários levou aos seguintes resultados: (i) segundo a percepção dos diretores, os CIs podem ser explicados como despesas (38,5%), como ativos (33,3%), ambos (20,5%) e 7,7% dos questionários não apresentaram resposta; (ii) as empresas reconhecem que os CIs não são suficientemente bem evidenciados nas declarações financeiras existentes; (iii) a maioria das organizações é de opinião que deve haver um relatório adicional, embora poucas produzam tal documento, que deveria ser constituído de indicadores financeiros e não-financeiros; (iv) a maioria das organizações usou de 1 a 20 indicadores para evidenciar o CI; (v) os elementos e indicadores específicos encontrados na pesquisa no âmbito espanhol - diferentemente do perfil encontrado em outros países - são "tempo de serviço dos funcionários" (em número de anos) e "cursos de treinamento" (em número de cursos realizados nos últimos 2 (dois) anos); (vi) os fatores de sucesso evidenciados foram "experiência e perfil profissional dos funcionários" e "fidelidade do cliente".

Curiosamente, "inovação" e "relações com fornecedores", elementos tipicamente encontrados em outras empresas, não são representados no cenário espanhol, conforme o universo investigado no trabalho. A pesquisa evidenciou a necessidade de elementos e indicadores homogêneos e comparáveis, para permitir o estudo das várias empresas e sua evolução quanto à criação de valor para a organização em termos de CI.

2.3.5.4 Grécia

Em seu artigo de 2005, Hevas apresenta um estudo empírico sobre a relevância de diferir alguns gastos relacionados com o capital intelectual organizacional, para amortizá-los conforme permitem as normas gregas, especificamente, para itens de pesquisa e desenvolvimento. O autor considera que os informes financeiros ajudam todos os integrantes do mercado em suas decisões financeiras; entretanto, os ativos intangíveis merecem um tratamento especial. O

artigo destaca que, a princípio, os ativos reconhecidos no Balanço Patrimonial devem relacionar-se com futuros benefícios econômicos do empreendimento e que um ativo não deve ser reconhecido no caso de improvável benefício além do período corrente.

Na metodologia, a amostra utilizada pelo autor é constituída por empresas listadas na Bolsa de Valores de Atenas, entre os anos de 1994 e 1997, excluindo-se instituições financeiras, totalizando uma amostra de 220 (duzentos e vinte) elementos. Através da análise de regressão, os resultados empíricos da pesquisa mostram que a capitalização dos custos reflete, negativamente, no mercado de capitais e que esta prática deve ser seriamente questionada ou, mesmo, abandonada. Os resultados mostraram-se consistentes. O autor demonstra que os usuários externos (mercado de capitais) respondem, negativamente, àqueles itens contábeis que possuem um certo grau de subjetividade, tais como provisões e diferimento de despesas; todavia, não foi analisada a evidenciação voluntária desses itens nas notas explicativas ou nos relatórios da administração, a não ser no Balanço Patrimonial.

2.3.5.5 Hong Kong

Em seu trabalho, Petty e Cuganesan (2005) investigaram a evidenciação voluntária do CI das companhias listadas na bolsa de Hong Kong. Os autores utilizaram dados de 1992, 1998 e 2002, sendo observadas, em cada ano, as mesmas 53 (cinquenta e três) empresas, para pesquisar-se, longitudinalmente, a evidenciação voluntária do CI. O tamanho (porte) da empresa e o tipo de setor foram testados, assim como o efeito do nível de evidenciação ao longo destes anos, bem como o sucesso financeiro da organização. Foram consideradas como variáveis dependentes o nível de evidenciação do CI e o crescimento da organização, e como variáveis independentes o tempo, o setor, o tamanho, em uma análise de regressão múltipla.

Como principal limitação do trabalho, observa-se que não foi considerada a qualidade da informação, mas somente a quantidade. Os resultados apontam: (i) um baixo nível de evidenciação voluntária de CI, mas uma tendência ascendente no decorrer dos anos; (ii) no ano de 1992, o tamanho da companhia e o setor teve um significativo impacto na evidenciação do capital interno, mas não do capital humano e do capital externo; (iii) no ano de 1998, o tamanho da empresa não foi significativo

nos resultados, mas o setor o foi para o capital externo e interno; e, (iv) no ano de 2002 o tamanho teve efeito significativo na média e nos atributos do capital interno, mas não no capital externo e no capital humano.

Destaca-se a correlação positiva entre o sucesso financeiro da instituição e a evidenciação voluntária. As conclusões apontam para a necessidade de formulação de políticas e práticas relacionadas com a divulgação do CI.

2.3.5.6 Holanda, Suécia e Reino Unido.

Na pesquisa de Vandemaele, Vergauwen e Smits em 2005, com a proposta de investigar a evidenciação do capital intelectual em 3 (três) anos, os autores observaram a evolução e, posteriormente, as diferenças entre a Holanda, Suécia e Reino Unido.

A metodologia aplicada consiste na análise de conteúdo aplicada ao relatório anual das companhias: 180 relatórios anuais - da Holanda (20 empresas), Suécia (20 empresas) e Reino Unido (20 empresas) - foram analisados em três anos específicos (1998, 2000 e 2002), para realizar uma comparação entre países. Observou-se a evolução da evidenciação no decorrer dos anos.

O *framework* utilizado é similar a Bozzolan *et al* (2003), formulado por Guthrie e Petty (2000a), onde se classifica em estrutura interna, externa e capital humano, proposto por Sveiby. O resultados revelam que as empresas suecas possuem, na média, um maior nível de evidenciação, quando comparadas com as empresas holandesas e britânicas. Em geral, ocorre um aumento na média de evidenciação de CI no período analisado; entretanto, na Suécia, ocorre uma ligeira reversão entre os anos de 2000 e 2002.

A originalidade e relevância da pesquisa residem em mostrar a convergência das práticas de evidenciação do CI entre os países analisados, o que pode sugerir que o comportamento emergente pode vir a se constituir como normas, de evidenciação do CI. Os resultados são relevantes para as firmas que já evidenciam o CI ou estão pensando em fazê-lo.

Como limitação do estudo, destaca-se que a amostra pode simplificar e reduzir a representação do universo pesquisado, limitação esta que pode ser apontada como recomendação para futuras pesquisas, por meio da ampliação do número de países investigados e anos analisados.

2.3.5.7 Portugal

No estudo realizado por Gomes, Serra e Ferreira (2005), verifica-se a medida e divulgação do capital intelectual por empresas portuguesas cotadas na Euronext. O estudo empírico baseou-se na análise dos Relatórios e Contas referentes ao exercício econômico de 2003, com especial destaque na Mensagem do Presidente e no Relatório de Gestão, das empresas portuguesas cotadas no mercado primário da Euronext. A amostra foi constituída por 48 (quarenta e oito) empresas, das 49 empresas listadas, possuindo, portanto, muita representatividade.

A metodologia de interpretação dos dados foi definida com base no estudo elaborado por Rodrigues e Oliveira (2001), que se reporta à análise do relato dos intangíveis das empresas portuguesas em 1999. A avaliação dos dados foi efetuada segundo a metodologia adotada por Guthrie *et al.* (1999), que utiliza a seguinte codificação: 0 se o atributo não é divulgado; 1 se o atributo é divulgado de uma forma meramente descritiva; 2 se a descrição é acompanhada de uma quantificação numérica; 3 se a descrição é acompanhada de uma quantificação monetária.

Relativamente às empresas portuguesas, cotadas na Euronext em 2003, verificou-se, ainda, uma grande diversificação nas práticas de divulgação, sendo a informação relatada predominantemente de carácter descritivo. Observa-se uma tendência para o aumento da informação numérica e monetária, essencialmente no Capital Relacional.

O Capital Estrutural é o componente que apresenta maior índice de divulgação, contrariamente ao Capital Humano, que é o menos divulgado. Os autores destacam que a necessidade da formalização da “Demonstração de Capital Intelectual” revela-se urgente, para a melhorar as políticas de divulgação deste tipo de informação.

Após a apresentação do sumário de cada artigo examinado, passa-se a uma análise comparativa e crítica dos artigos, análise de conteúdo e proposta de análise, bem como a considerações e reflexões a partir dos resultados da comparação.

2.4 ANÁLISE DAS PESQUISAS

Com o intuito de analisar as tendências sobre a evidenciação do CI no contexto internacional, buscaram-se artigos empíricos, relacionados com diversos

países e com um foco na evidenciação voluntária. A amostra incluiu os seguintes autores: Guthrie e Petty (2000a) – Austrália; Brennan (2001) – Irlanda; Meer-Kooistra e Zijlstra (2001) – Holanda; Guthrie (2001) – Nova Zelândia; Bozzolan, Favotto e Ricceri (2003) – Itália; April, Bosma e Deglon (2003) – África do Sul; Bontis (2003) – Canadá; Chen Goh e Pheng Lim (2004) – Malásia; Pablos (2004) – Espanha; Mavridis (2004) – Japão; Chiang e Menah (2004) – Estados Unidos; Abeysekera (2004) Sri Lanka; Bozbura (2004) – Turquia; Vergauwen e Alem (2005) – Holanda, França e Alemanha; Pablos (2005) – Índia; Gallego e Rodriguez (2005) – Espanha; Hevas (2005) – Grécia; Petty e Cuganesan (2005) – Hong Kong; Vandemaele, Vergauwen e Smits (2005) – Holanda, Suécia e Reino Unido; Gomes, Serra e Ferreira (2005) – Portugal. A amostra totaliza 20 (vinte artigos), no período compreendido entre 2000 e 2005, em diversos periódicos. A seguir, apresentam-se os periódicos onde os artigos foram coletados (quadro 4):

Índice	País Investigado	Periódico
1	Austrália	Journal of Intellectual Capital
2	Irlanda	Accounting, Auditing & Accountability Journal
3	Holanda	Accounting, Auditing & Accountability Journal
4	Nova Zelândia	Academy of Management Journal;
5	Itália	Journal of Intellectual Capital
6	África do Sul	Journal of Intellectual Capital
7	Canadá	Jornal of human resource costing and accounting
8	Malásia	Journal of Intellectual Capital
9	Espanha	Journal of Intellectual Capital
10	Japão	Journal of Intellectual Capital
11	Estados Unidos	Review of Quantitative Finance and Accounting
12	Sri Lanka	Financial Management
13	Turquia	The Learning Organization
14	Holanda, França e Alemanha	Journal of Intellectual Capital
15	Índia	Journal of Intellectual Capital
16	Espanha	Journal of Intellectual Capital
17	Grécia	Managerial Finance
18	Hong Kong	Australian Accounting Review
19	Holanda, Suécia e Reino Unido	Journal of Intellectual Capital
20	Portugal	Congresso Internacional de Custos

QUADRO 5: PERIÓDICOS ONDE OS ARTIGOS FORAM COLETADOS

Fonte: Extraído de Carvalho e Ensslin (2006a; p.660).

Observa-se uma predominância dos artigos do periódico *Journal of Intellectual Capital*. Este fenômeno já era esperado, considerando-se que este periódico especializa-se em estudos sobre o CI. Este fato pode ser considerado uma limitação da análise, pois a amostra aleatória concentra-se muito em um periódico, o

que tem um certo impacto nos resultados. Outro ponto relevante diz respeito ao número de empresas investigadas em cada artigo analisado (quadro 5).

Índice	País Investigado	Ano de publicação	Empresas Investigadas
1	Austrália	2000	20 organizações
2	Irlanda	2001	11 organizações do conhecimento
3	Holanda	2001	3 empresas do conhecimento
4	Nova Zelândia	2001	164 organizações
5	Itália	2003	30 organizações
6	África do Sul	2003	30 organizações
7	Canadá	2003	10.000 organizações
8	Malásia	2004	20 organizações
9	Espanha	2004	3 organizações
10	Japão	2004	141 organizações financeiras
11	Estados Unidos	2004	54 empresas de software
12	Sri Lanka	2004	30 empresas do conhecimento
13	Turquia	2004	71 organizações
14	Holanda, França e Alemanha	2005	89 organizações
15	Índia	2005	3 organizações
16	Espanha	2005	39 organizações
17	Grécia	2005	55 organizações
18	Hong Kong	2005	53 organizações
19	Holanda, Suécia e Reino Unido	2005	60 organizações
20	Portugal	2005	48 organizações

QUADRO 6: QUANTIDADE DE EMPRESAS INVESTIGADAS

Fonte: Extraído de Carvalho e Ensslin (2006a; p.660-661).

Para aprimorar a análise, os dados foram agrupados, classificando-se em pesquisadores que investigaram: até 20 empresas, entre 21 e 40 empresas, entre 41 e 60 empresas, e acima de 60 empresas. Ressalva-se que, neste agrupamento, a preocupação foi a quantidade de empresas, não se levando em conta o tipo de organização. Tal agrupamento é evidenciado no gráfico 1:

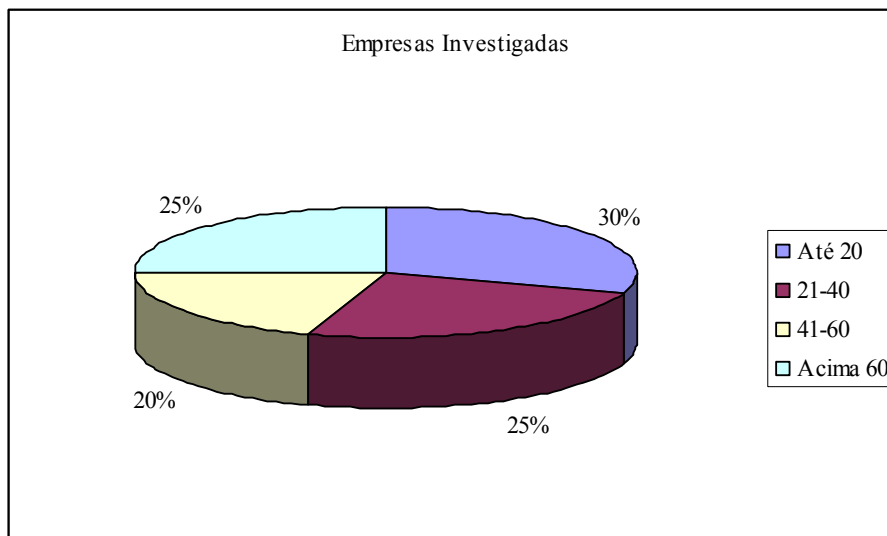


GRÁFICO 1: QUANTIDADE DE EMPRESAS INVESTIGADAS.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme evidenciado no Gráfico 1, os resultados estão relativamente equilibrados entre todos os intervalos formulados. Além disso, pode-se afirmar que a quantidade de empresas está relacionada com a metodologia utilizada, por exemplo, pesquisadores que empregaram a análise de conteúdo como metodologia, investigaram menos empresas que pesquisadores que se serviram da análise de regressão, em geral. Cumpre observar que, em um aparente paradoxo, o estudo do Canadá (item 7) inclui 10.000 organizações. Entretanto, uma análise detalhada deste estudo mostra que a análise de conteúdo aqui feita é reducionista e simplificadora, pois se limita a investigar, por meio de simples buscas eletrônicas, apenas os itens de CI, não havendo participação interpretativa de todas as sentenças por parte do pesquisador.

Os quadros e gráficos a seguir apresentam a emergência de outros aspectos analisados no estudo, quais sejam: (i) a fonte de dados utilizada pelo pesquisador; (ii) a metodologia empregada; (iii) a classificação de CI; (iv) a categoria de CI mais representativa; e (v) a natureza da evidenciação e para quem é importante reportar o CI.

Na seqüência, no Quadro 7, apresenta-se a fonte de dados utilizada:

Índice	País Investigado	Ano de publicação	Fonte de dados utilizada
1	Austrália	2000	Relatório Anual da Organização
2	Irlanda	2001	Relatório Anual da Organização
3	Holanda	2001	Relatório Anual da Organização + Percepção dos gestores
4	Nova Zelândia	2001	Percepção dos gestores
5	Itália	2003	Relatório Anual da Organização
6	África do Sul	2003	Relatório Anual da Organização + Percepção dos gestores
7	Canadá	2003	Relatório Anual da Organização
8	Malásia	2004	Relatório Anual da Organização
9	Espanha	2004	Relatório Anual da Organização
10	Japão	2004	Relatório Anual da Organização
11	Estados Unidos	2004	Relatório Anual da Organização
12	Sri Lanka	2004	Relatório Anual da Organização
13	Turquia	2004	Percepção dos gestores
14	Holanda, França e Alemanha	2005	Relatório Anual da Organização
15	Índia	2005	Relatório Anual da Organização
16	Espanha	2005	Percepção dos gestores
17	Grécia	2005	Relatório Anual da Organização
18	Hong Kong	2005	Relatório Anual da Organização
19	Holanda, Suécia e Reino Unido	2005	Relatório Anual da Organização
20	Portugal	2005	Relatório Anual da Organização

QUADRO 7: FONTE DE DADOS UTILIZADA

Fonte: Extraído de Carvalho e Ensslin (2006a; p.661-662).

Apenas com a observação do Quadro 6 apresentado já se identifica a predominância do Relatório Anual (RA) da organização como fonte de dados. Entretanto, para quantificar esta predominância, elaborou-se um gráfico, apresentado a seguir:

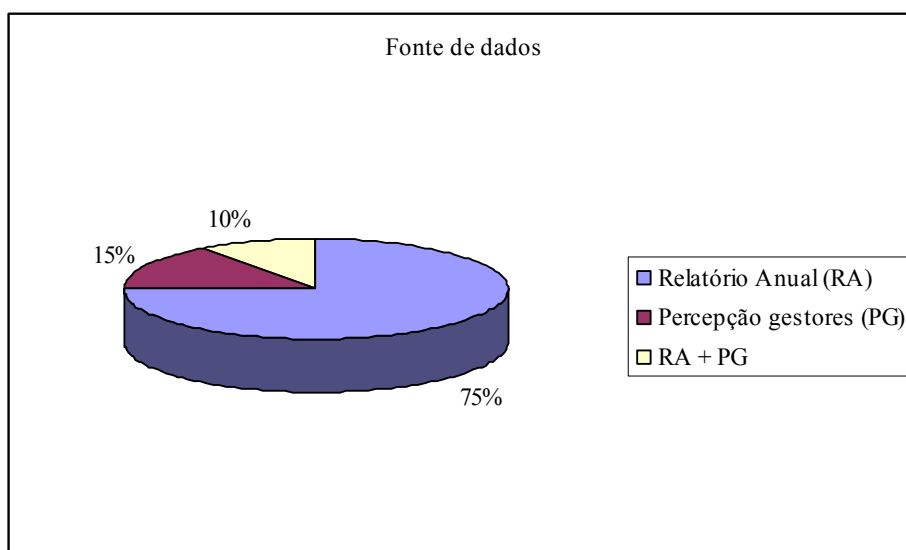


GRÁFICO 2: FONTE DE DADOS UTILIZADA

Fonte: Elaborado pelo autor.

No gráfico apresentado percebe-se em 75% dos trabalhos utilizou-se apenas o relatório anual como fonte de dados da pesquisa, provavelmente pela facilidade de acesso. Em 15% dos trabalhos utilizou-se a percepção dos gestores; este número pode ser explicado pela dificuldade de se obter respostas em questionários ou entrevistas; em 10% foram combinadas as duas fontes de dados, o que gerou trabalhos mais holísticos, com menor amplitude e, provavelmente, implicando em maior dificuldade na coleta dos dados. Outro aspecto relevante é a metodologia utilizada na pesquisa, destacada no Quadro 8.

Índice	País Investigado	Ano de publicação	Metodologia
1	Austrália	2000	Análise de Conteúdo
2	Irlanda	2001	Análise de Conteúdo
3	Holanda	2001	Revisão da literatura, "brainstorming", entrevistas
4	Nova Zelândia	2001	Questionário
5	Itália	2003	Análise de Conteúdo e Análise de Regressão
6	África do Sul	2003	Análise de Conteúdo, entrevistas e questionários
7	Canadá	2003	Análise de Conteúdo
8	Malásia	2004	Análise de Conteúdo
9	Espanha	2004	Análise Longitudinal
10	Japão	2004	Análise de Regressão
11	Estados Unidos	2004	Análise de Regressão
12	Sri Lanka	2004	Análise de Conteúdo
13	Turquia	2004	Questionário
14	Holanda, França e Alemanha	2005	Análise de Conteúdo
15	Índia	2005	Estudo Longitudinal
16	Espanha	2005	Questionário
17	Grécia	2005	Análise de regressão
18	Hong Kong	2005	Análise de regressão e Análise Longitudinal
19	Holanda, Suécia e Reino Unido	2005	Análise de Conteúdo e Estudo Longitudinal
20	Portugal	2005	Análise de Conteúdo

QUADRO 8: METODOLOGIA UTILIZADA

Fonte: Extraído de Carvalho e Ensslin (2006a; p.662-663).

Da mesma forma procedida anteriormente, os dados foram agrupados em um gráfico para facilitar a análise. Na seqüência evidencia-se o Gráfico 3, onde se destacam as metodologias empregadas:

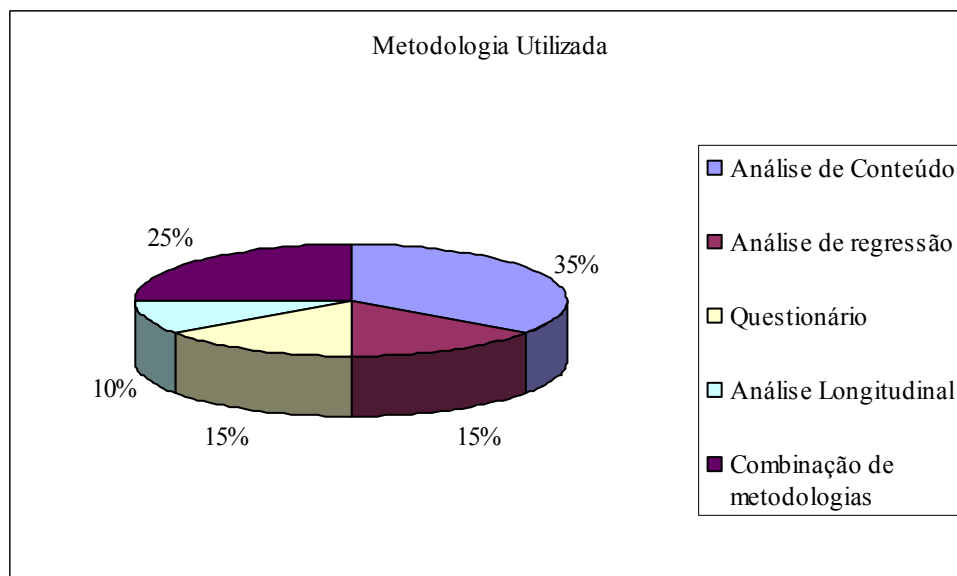


GRÁFICO 3: METODOLOGIA UTILIZADA.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pode-se perceber que a análise de conteúdo é a metodologia mais empregada para pesquisar a evidenciação do CI. Uma possível explicação para isto reside na dificuldade de mensuração: muitas vezes, analisam-se dados qualitativos dos relatórios. Neste contexto, a análise de conteúdo emerge como uma boa técnica. Uma outra metodologia muito empregada é a combinação dos métodos, para a qual, muitas vezes, a análise de conteúdo também fornece subsídios. Quando utilizada somente a análise de regressão, normalmente, os estudos limitam-se a gastos com pesquisas, com treinamento ou indicadores financeiros, sendo esta uma análise limitada do CI de uma organização.

Como a Análise de Conteúdo é a técnica utilizada para o levantamento de evidenciação de CI na presente pesquisa e como tal técnica não é muito difundida em pesquisas contábeis, possivelmente por seu caráter qualitativo, optou-se por apresentar uma breve discussão desta técnica, antes de prosseguir com a análise dos dados.

A Análise de Conteúdo não é recente no rol dos recursos metodológicos. Conforme aponta Franco (2003, p.7), “a preocupação com a Análise de Conteúdo das mensagens, dos enunciados do discurso e das informações é muito mais antiga que a reflexão científica que se ocupa da formalização de seus pressupostos epistemológicos, teóricos e de seus procedimentos operacionais”. Entretanto, o

mesmo autor (2003, p.9) menciona que “apesar de uma considerável quantidade de trabalhos sobre o tema, a Análise de Conteúdo mostrou-se, e mostra-se ainda hoje, envolta de muitas controvérsias”. As principais controvérsias mencionadas remetem-se ao enquadramento e delimitação do método, pois estes procedimentos são baseados em interpretações de carácter subjetivo, baseadas nas respostas dos pesquisadores às formulações lingüísticas dos relatórios.

Apesar das controvérsias, observa-se uma crescente utilização de tal técnica, em uma diversidade de situações. Franco (2003) sinaliza para a conexão da análise de conteúdo com outras técnicas, bem como para a possibilidade de utilização de programas computacionais.

Segundo Franco (2003, p.13), “o ponto de partida da Análise de Conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (escrita ou oral), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”. O mesmo autor (*ibid.*, p.14) afirma que “a Análise de Conteúdo assenta-se nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica de linguagem”, no âmbito da qual ele (*ibid.*, p.20) define os elementos constituintes de toda e qualquer comunicação: “toda comunicação é composta por cinco elementos básicos: uma fonte ou emissão; um processo codificador que resulta em uma mensagem e se utiliza um canal de transmissão; um receptor, ou detector da mensagem, e seu respectivo processo decodificador”.

Todavia, para aplicação da Análise de Conteúdo em um trabalho científico, Bardin (2004, p.89) destaca a existência de três fases: “(i) a pré-análise; (ii) a exploração do material; (iii) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”. Nesta breve revisão do conceito, há uma concentração na fase (ii) exploração do material, que é justificada em vista do contexto disciplinar da presente pesquisa.

A pré-análise envolve: a) a leitura flutuante; b) a escolha dos documentos; c) formulação das hipóteses e dos objetivos; d) a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores. Franco (2003, p.25) afirma que “tal como um detetive, o analista trabalha com índices cuidadosamente postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos”. O mesmo autor (*ibid.*, p.27) destaca o papel das inferências na AC: “diríamos que produzir inferências em análise de conteúdo tem um significado bastante explícito e pressupõe a comparação dos dados obtidos mediante discursos e símbolos, com pressupostos teóricos de diferentes concepções de mundo, de indivíduo e de sociedade”.

Completada a pré-análise, a segunda fase – exploração do material – pode ser feita por meio de “procedimentos aplicados manualmente ou de operações efetuadas pelo computador, o decorrer do programa completa-se mecanicamente” (BARDIN, 2004, p.95). Uma pré-análise é fundamental para o sucesso da análise propriamente dita, uma vez que a falta de planejamento pode prejudicar todo o esforço. Uma analogia sobre a importância do planejamento pode ser descrita. De acordo com Franco (2003, p.33), “a casa resultante de gastos talvez inúteis, de esforços desnecessários e de materiais inadequados é muito provável que venha a ser disfuncional. Tanto em relação à casa quanto em análise de conteúdo sem um bom plano, antecipado e consistente, pode ser difícil descobrir qualquer uso para o produto final”.

Ainda no contexto da exploração do material, cumpre definir as unidades de análise. Estas dividem-se em unidades de registro e unidades de contexto. Nas primeiras incluem-se a palavra, o tema (considerado o mais útil pelo autor), o personagem e o item; as unidades de contexto funcionam como pano de fundo das unidades de análise (FRANCO, 2003).

Dentre as unidades de registro, Bardin (2004, p. 73) ressalta o tema: “se nos servimos da análise temática – quer dizer, da contagem de um ou vários temas ou itens de significação, numa unidade de codificação previamente determinada – apercebemo-nos de que se torna fácil escolhermos, neste discurso, a frase como unidade de codificação”. No âmbito da análise temática, entre as várias técnicas, um destaque é dado na análise por categorias. Para Franco (2003, p. 51), “a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos”. Entre os requisitos para o agrupamento, o autor destaca a exclusão mútua, a pertinência, a objetividade e a fidedignidade.

Com relação à terceira fase - tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação - Bardin (2004, p. 95) considera que “os resultados em bruto são tratados de maneira a serem significativos e válidos. Operações estatísticas simples ou mais complexas permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise”.

Diante do exposto, considera-se que a Análise de Conteúdo é um recurso metodológico que atende às necessidades do presente trabalho.

Após a discussão sucinta da técnica de Análise de Conteúdo é possível dar seqüência à discussão da análise da pesquisa de CI, no contexto internacional. Serão discutidos os seguintes aspectos: (i) o framework utilizado para a classificação dos elementos de CI; (ii) a categoria de CI mais representativa; (iii) a natureza da evidenciação; e, (iv) o destinatário final do relatório de CI (para quem relatar).

Com relação ao primeiro aspecto cumpre salientar que a análise apontou para uma ausência de consenso quanto ao conceito de CI: diferentes teóricos apresentam diferentes arcabouços, classificações e elementos constitutivos. Portanto, dependendo do autor que for utilizado como *framework*, a análise pode variar consideravelmente. Na seqüência, apresenta-se, no Quadro 9, a classificação utilizada pelos diferentes pesquisadores, nos diversos países, no contexto internacional.

Índice	País Investigado	Classificação
1	Austrália	Proposta por Sveiby (1997)
2	Irlanda	Proposta por Sveiby (1997)
3	Holanda	Categorias do modelo "Skandia" (1997) e elementos do modelo "Danish"(1997)
4	Nova Zelândia	Não era o foco da pesquisa
5	Itália	Proposta por Sveiby (1997) + FASB
6	África do Sul	Proposta por Sveiby (1997)
7	Canadá	Modelo próprio
8	Malásia	Proposta por Sveiby (1997)
9	Espanha	Modelo próprio
10	Japão	Proposta pelo Centro de Pesquisa do CI da Austrália
11	Estados Unidos	Não era o foco da pesquisa
12	Sri Lanka	Proposta por Sveiby (1997)
13	Turquia	Proposto por Bontis (1998)
14	Holanda, França e Alemanha	Proposto por Bontis (2002)
15	Índia	Não era o foco da pesquisa
16	Espanha	Modelo próprio
17	Grécia	Proposta por Sveiby (1997)
18	Hong Kong	Proposta por Sveiby (1997)
19	Holanda, Suécia e Reino Unido	Proposta por Sveiby (1997)
20	Portugal	Proposta por Sveiby (1997)

QUADRO 9: CLASSIFICAÇÃO DE CI UTILIZADA
Fonte: Extraído de Carvalho e Ensslin (2006a; p.664).

Percebe-se, claramente, uma predominância do modelo proposto por Sveiby (1997). O modelo divide o CI em três grupos: Capital Interno, Capital Humano e Capital Externo. Este *framework* inicial foi adaptado por Guthrie e Petty (2000a) e

seguido por uma série de pesquisas posteriores que utilizaram a análise de conteúdo. Destaca-se esse resultado no Gráfico 4, a seguir:

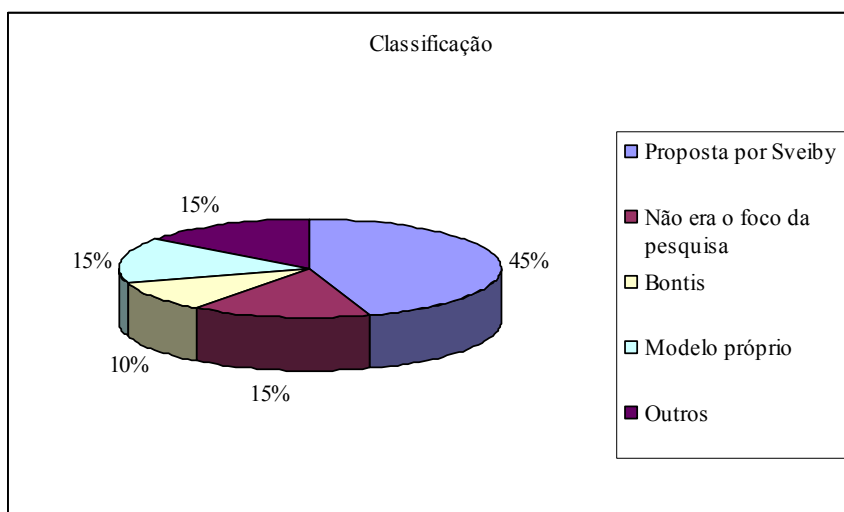


GRÁFICO 4: CLASSIFICAÇÃO DE CI EMPREGADA
Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que 45% dos trabalhos analisados utilizaram a classificação proposta por Sveiby (1997); 15% dos trabalhos não tiveram este foco de pesquisa; em 10% a classificação de Bontis foi utilizada; o restante ou criou um modelo próprio de análise ou utilizou outros modelos, com freqüência observada em apenas um trabalho.

No modelo proposto por Sveiby, o CI é dividido em três grupos: o capital interno corresponde às tecnologias e processos empregados; o capital externo corresponde, principalmente, ao relacionamento com os clientes; e o capital humano corresponde às competências e habilidades dos colaboradores. Portanto, em vários trabalhos ocorrem divergências entre quais categorias são mais evidenciadas e representativas, como se apresenta no Quadro 10:

Índice	País Investigado	Categoria mais representativa
1	Austrália	Capital Externo
2	Irlanda	Capital Externo
3	Holanda	Não era o foco da pesquisa
4	Nova Zelândia	Não era o foco da pesquisa
5	Itália	Capital Externo
6	África do Sul	Capital Externo
7	Canadá	Não identificado
8	Malásia	Capital Externo
9	Espanha	Não era o foco da pesquisa
10	Japão	Não era o foco da pesquisa
11	Estados Unidos	Não era o foco da pesquisa
12	Sri Lanka	Capital Humano
13	Turquia	Não era o foco da pesquisa
14	Holanda, França e Alemanha	Não identificado
15	Índia	Não era o foco da pesquisa
16	Espanha	Capital Humano
17	Grécia	Não era o foco da pesquisa
18	Hong Kong	Capital Interno
19	Holanda, Suécia e Reino Unido	Não Identificado
20	Portugal	Capital Interno

QUADRO 10: CATEGORIA MAIS REPRESENTATIVA

Fonte: Extraído de Carvalho e Ensslin (2006a; p.665).

Novamente, com o objetivo de facilitar a análise, agruparam-se os dados no Gráfico 5, onde se pode observar, dentro das três categorias (Capital Externo, Capital Humano e Capital Interno), aquela que emergiu com maior representatividade.

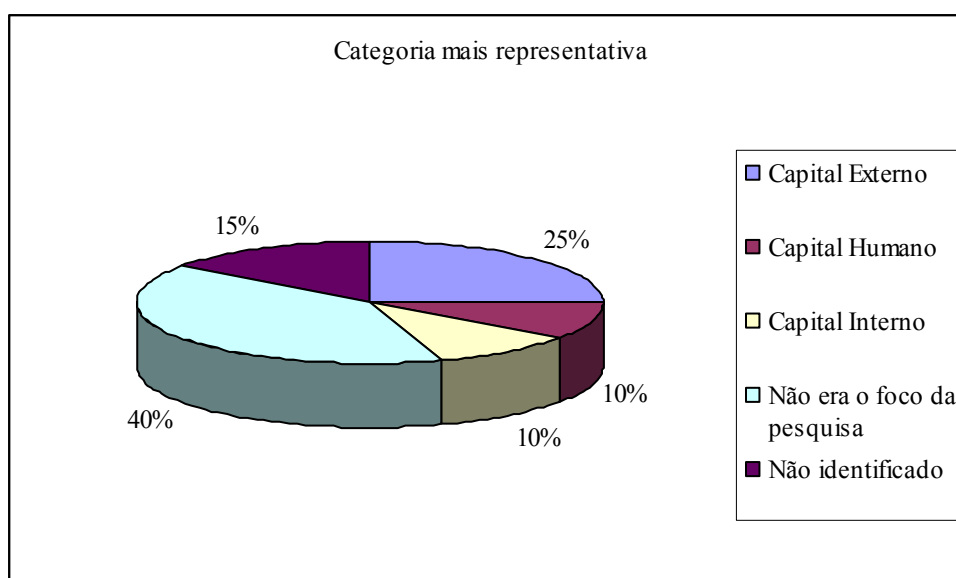


GRÁFICO 5: CATEGORIA MAIS REPRESENTATIVA

Fonte: Elaborado pelo autor

No Gráfico 5 pode-se observar que, entre os trabalhos que identificaram uma das três categorias, o Capital Externo obteve 25%, ou seja, as informações sobre os clientes e mercados estão sendo mais evidenciadas pelas companhias do que as informações sobre os funcionários, conhecimentos, processos e tecnologias. Um aspecto interessante é a influência da metodologia no resultado, pois, normalmente, através de questionários, o capital humano emerge como mais representativo, já pela análise de conteúdo, emerge o capital externo.

O próximo ponto analisado se refere à natureza da evidenciação do CI, pois ela pode ser em tom narrativo (qualitativo), onde se discorre sobre os elementos do CI, ou pode ser quantitativo (monetário ou não), onde são apresentados números que tentam, de alguma forma, mensurar o CI ou alguma parte dele. Os resultados dessa análise são destacados no Quadro 11:

Índice	País Investigado	Natureza da evidenciação
1	Austrália	Narrativo
2	Irlanda	Narrativo
3	Holanda	Quantitativo
4	Nova Zelândia	Quantitativo
5	Itália	Narrativo
6	África do Sul	Narrativo
7	Canadá	Narrativo
8	Malásia	Narrativo
9	Espanha	Quantitativo
10	Japão	Quantitativo
11	Estados Unidos	Quantitativo
12	Sri Lanka	Narrativo
13	Turquia	Narrativo
14	Holanda, França e Alemanha	Narrativo
15	Índia	Narrativo
16	Espanha	Quantitativo
17	Grécia	Narrativo
18	Hong Kong	Narrativo
19	Holanda, Suécia e Reino Unido	Narrativo
20	Portugal	Narrativo

QUADRO 11: NATUREZA DA EVIDENCIAÇÃO

Fonte: Extraído de Carvalho e Ensslin (2006a; p.666-667).

Um fato curioso fica evidenciado no Quadro 11. Apesar da natureza numérica, em termos monetários, da Contabilidade no tópico CI, a mensuração parece não existir na evidenciação destes intangíveis. A grande maioria das evidenciações se dá em tom narrativo, seja de uma forma geral, ou sobre os elementos do CI; as

tentativas de mensuração evidenciadas pelas organizações são, ainda, incipientes. Tal análise é visualizada no Gráfico 6:

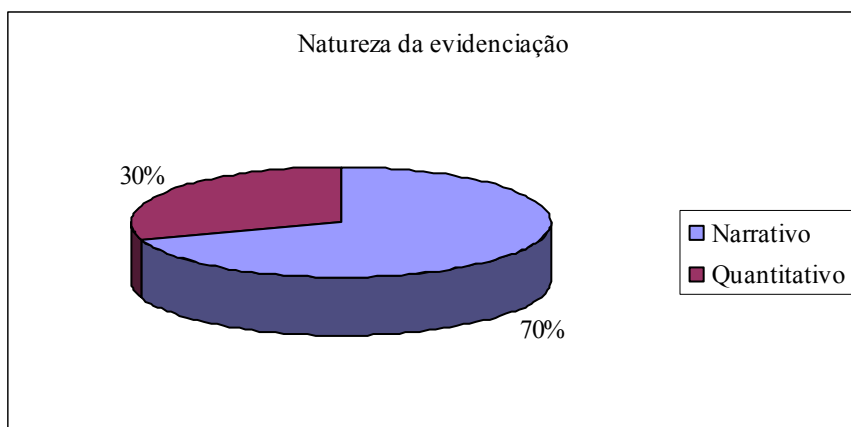


GRÁFICO 6: NATUREZA DA EVIDENCIAÇÃO
Fonte: Elaborado pelo autor.

No Gráfico 6, constata-se que nos trabalhos analisados, 70% da natureza da evidenciação do CI é em tom narrativo, principalmente no relatório da administração, onde, por meio de redações, expõe-se os ativos intangíveis da entidade. Nos trabalhos em que a natureza da evidenciação de CI mostra-se quantitativa, isto não significa que, necessariamente, o CI está sendo mensurando, pois na maioria das pesquisas trabalha-se, apenas, com alguns elementos, sejam estes gastos com treinamento, gastos com pesquisa e desenvolvimento; os indicadores são também, eventualmente, examinados. Por exemplo, a relação do valor de mercado e o valor contábil.

Nos artigos investigados, alguns autores concluem que o CI deve ser evidenciado principalmente para os usuários externos; outros autores argumentam que o CI só deve ser evidenciado para os usuários internos; um terceiro grupo destaca que o CI tem que ser transparente para usuários internos e externos. Esses dados estão expostos no Quadro 12:

Índice	País Investigado	Para quem reportar o CI
1	Austrália	Usuários externos
2	Irlanda	Usuários externos
3	Holanda	Usuários internos e externos
4	Nova Zelândia	Usuários internos
5	Itália	Usuários externos
6	África do Sul	Usuários internos e externos
7	Canadá	Usuários externos
8	Malásia	Usuários externos
9	Espanha	Usuários internos e externos
10	Japão	Usuários internos
11	Estados Unidos	Usuários internos
12	Sri Lanka	Usuários externos
13	Turquia	Usuários internos
14	Holanda, França e Alemanha	Usuários internos e externos
15	Índia	Usuários externos
16	Espanha	Usuários internos e externos
17	Grécia	Usuários externos
18	Hong Kong	Usuários externos
19	Holanda, Suécia e Reino Unido	Usuários externos
20	Portugal	Usuários externos

QUADRO 12 PARA QUEM REPORTAR O CI

Fonte: Extraído de Carvalho e Ensslin (2006a; p.668).

O principal argumento dos autores que argumentam que o CI só deve ser reportado para os usuários internos diz respeito a ser este um elemento estratégico que, caso evidenciado, pode correr o risco de ser utilizado por seus concorrentes. Os pesquisadores que argumentam que o CI deve ser reportado, principalmente, para os usuários externos, baseiam-se na premissa de que os usuários internos já possuem um conhecimento razoável dos ativos intangíveis, o mesmo não acontecendo com os acionistas, o que pode gerar dificuldade nas decisões de investimento. O terceiro grupo argumenta que a evidenciação do CI das organizações ainda é uma lacuna e que, frente à sua importância, este deve ser reportado para os usuários externos e internos. Os resultados são apresentados no Gráfico 7.

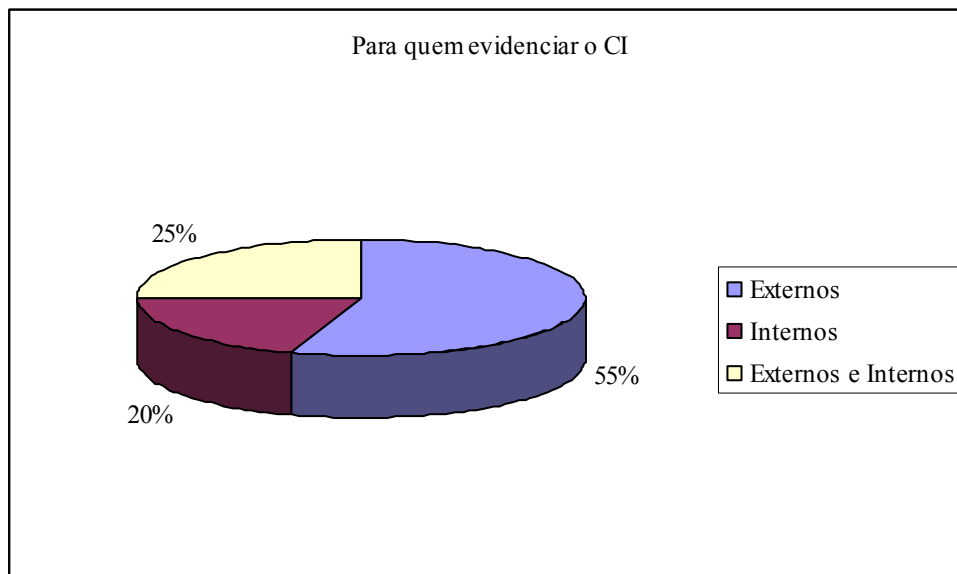


GRÁFICO 7: PARA QUEM EVIDENCIAR O CI

Fonte: Elaborado pelo autor.

No Gráfico 7, identifica-se que 55% dos autores argumentam ser importante a evidenciação do CI para os usuários externos; em 25% das pesquisas, os autores enfatizam a importância do reporte para os usuários externos e internos e, em 20% dos artigos analisados, os pesquisadores são a favor de os ativos intangíveis serem apenas reportados para os usuários internos, como uma informação gerencial e limitada.

Na percepção do autor desta dissertação, a evidenciação do CI deve ser ampliada para os usuários internos e externos, pois ambos necessitam desta informação para a tomada de decisão. Ressalta-se que a empresa que visa reportar o CI mostra-se com transparência e comprometimento com os acionistas, fornecedores, financiadores e clientes.

Diante da análise dos estudos empíricos, é possível identificar uma tendência nos procedimentos, tendência esta que se constitui na proposta que conforma o objetivo da presente dissertação, qual seja: realizar um estudo longitudinal referente à evidenciação voluntária do Capital Intelectual (CI) nos Relatórios Anuais (RAs) de companhias brasileiras, nos anos 2000, 2002 e 2004.

Na capítulo seguinte, explicita-se a metodologia empregada na dissertação que será aplicada no quarto capítulo.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A busca pelo conhecimento é uma característica proeminente de todo ser humano, parte pela necessidade de solucionar problemas inerentes da sociedade, parte pela própria curiosidade pertencente aos indivíduos. Todavia, a construção do conhecimento faz-se de forma gradual, normalmente com curtos passos e sistematicamente. Uma forma de construir o conhecimento é por meio de trabalhos científicos; porém, para preservar a cientificidade, faz-se necessário empregar uma metodologia de pesquisa.

Este capítulo preocupa-se em apresentar a metodologia da presente pesquisa, no que concerne: aos objetivos, aos procedimentos, a coleta de dados, o universo pesquisado e amostra e a técnica utilizada - análise de conteúdo.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa se caracteriza como exploratório-descritiva. Classifica-se como uma pesquisa exploratória, por objetivar uma visão geral sobre o tema, um aprofundamento do estudo, ou seja, por possibilitar a investigação do estado atual da evidência voluntária do CI no contexto internacional e no contexto nacional, quando um problema é pouco conhecido, ou seja, quando as hipóteses ainda não foram claramente definidas, estamos diante de uma pesquisa exploratória.

Além disto, esta pesquisa, quanto aos objetivos, também se classifica como uma pesquisa descritiva. Na pesquisa descritiva, o principal objetivo é descrever características de determinada população ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 1999). Assim, este estudo busca descrever as características do CI conforme o contexto internacional, estabelecendo relações entre os resultados lá verificados e aqueles encontrados no contexto nacional. Para Marconi e Lakatos (1982, p.20), estudos descritivos são aqueles que “descrevem um fenômeno ou situação, mediante um estudo realizado em determinado espaço-tempo”.

Quanto aos procedimentos, são utilizados diversos recursos metodológicos consorciados para atender aos objetivos específicos, buscando-se uma abordagem holística ao tema. Inicialmente, para a realização do estudo revisionista da evidência do CI no contexto internacional, o procedimento utilizado é a pesquisa bibliográfica.

Na pesquisa revisionista foram coletados vinte artigos empíricos referentes à evidência voluntária do CI, desenvolvidos nos seguintes países: Austrália,

Irlanda, Holanda, Nova Zelândia, Itália, África do Sul, Canadá, Malásia, Japão, Estados Unidos, Sri Lanka, Turquia, França, Alemanha, Índia, Espanha, Grécia, Hong Kong, Suécia, Reino Unido e Portugal. O período de análise delimita-se com artigos publicados entre os anos 2000 a 2005, sendo a amostra aleatória e não estatística, portanto, não se permitindo inferir generalizações.

Os periódicos onde os artigos foram coletados são: *Journal of Intellectual Capital; Accounting, Auditing & Accountability Journal; Academy of Management Journal; Journal of Human Resource Costing and Accounting; Review of Quantitative Finance and Accounting; Financial Management; The Learning Organization; Managerial Finance; Australian Accounting Review* e os *Anais do Congresso Internacional de Custos*. A pesquisa bibliográfica torna-se relevante para resgatar e comparar pesquisas anteriores e estruturar o conhecimento, visando construir um arcabouço conceitual fundamental para a ciência. Na seqüência, apresenta-se o universo pesquisado e a amostra selecionada.

3.1 UNIVERSO E AMOSTRA

Os dados foram coletados junto à Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), o universo compreende as companhias abertas brasileiras com ações negociadas na BOVESPA. Para a amostra de empresas selecionadas, utilizou-se como critério a Receita Líquida das organizações, excluindo-se as do mesmo grupo empresarial. Os dados se referem aos primeiros nove meses de 2005, sendo referentes às seguintes empresas: Petrobrás, Telefônica, Banco do Brasil, Vale do Rio Doce, Bradesco, Gerdau, Itaú Banco, Telemar, Ambev, Unibanco, Usiminas, Pão de Açúcar, Belgo Mineira, Siderúrgica Nacional, Embraer, Cemig, Embratel, Sadia, Banespa e TAM.

Observe-se que a amostra selecionada é não probabilística, não sendo, portanto, possível realizar inferências sobre todo o universo, mas somente sobre a própria amostra, apresentada no quadro 13.

Empresa	Data	Período	Receita Líquida
PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	30/9/2005	9m	97.967.115
TELEFONICA S.A.	30/9/2005	9m	50.409.000
BANCO DO BRASIL S.A.	30/9/2005	9m	25.107.937
CIA VALE DO RIO DOCE	30/9/2005	9m	25.077.316
BANCO BRADESCO S.A.	30/9/2005	9m	23.760.872
METALURGICA GERDAU S.A.	30/9/2005	9m	16.359.441
BANCO ITAU HOLDING FINANCEIRA S.A.	30/9/2005	9m	13.188.295
TELEMAR PARTICIPACOES S.A.	30/9/2005	9m	12.571.382
CIA BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV	30/9/2005	9m	11.310.219
UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A	30/9/2005	9m	11.208.008
USINAS SIDERÚRGICA DE MINAS GERAIS S.A.- USIMINAS	30/9/2005	9m	10.072.167
CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO	30/9/2005	9m	9.640.410
BELGO MINEIRA S.A.	30/9/2005	9m	7.751.533
CIA SIDERURGICA NACIONAL	30/9/2005	9m	7.630.040
EMBRAER-EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S.A.	30/9/2005	9m	6.405.682
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	30/9/2005	9m	6.333.043
EMBRATEL PARTICIPACOES S.A.	30/9/2005	9m	5.628.308
SADIA S. A.	30/9/2005	9m	5.353.439
BANCO ESTADO DE SAO PAULO S.A. - BANESPA	30/9/2005	9m	4.718.305
TAM S.A.	30/9/2005	9m	4.066.858

QUADRO 13: AMOSTRA DE EMPRESAS SELECIONADAS

Fonte: Adaptado de <http://www.bovespa.com.br> (acesso em 15 de janeiro de 2006).

Estas empresas são analisadas em 03 (três) momentos, com intervalo de dois anos cada, ou seja, respectivamente, os anos de 2000, 2002 e 2004, para uma investigação longitudinal², em que foi realizada uma análise de conteúdo nos RAs das companhias.

A seguir apresenta-se a técnica utilizada para verificação da evidenciação voluntária do CI nos RAs: técnica de "análise de conteúdo".

² Uma abordagem longitudinal envolve observar o desenvolvimento de um fenômeno, coletando-se dados a intervalos periódicos, ao longo de um espaço de tempo. Tal abordagem pode ser caracterizada por, pelo menos, três atributos: tem caráter naturalista (em oposição a experimental), é orientada para o processo (acontece ao longo do eixo temporal) e não é generalizável (os resultados aplicam-se apenas ao caso estudado) (NUNAN, 1992, p.76).

3.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS RELATÓRIOS DE ADMINISTRAÇÃO

A seleção da técnica de análise de conteúdo para o estudo realizado no contexto brasileiro, se deve à uma tendência verificada em estudos similares, desenvolvidos no contexto internacional (Quadro 8) (2.3 e 2.4): em tais estudos observou-se uma incidência significativa e bem sucedida de tal técnica. Assim, replica-se aqui o uso desta técnica.

Segundo Franco (2003, p.13), “o ponto de partida da Análise de Conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”. Para Bardin (2004, p.27), “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações...não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos...”. O mesmo autor (2004, p.45) menciona que “a maior parte das técnicas propostas são do tipo temático e freqüencial (o método mais fácil, mais conhecido e mais útil numa primeira fase de abordagem da maioria dos materiais)”.

Uma análise do conteúdo dos RAs das empresas listadas na amostra foi realizada, utilizando-se a metodologia de Guthrie e Petty (2000a), por meio de um sistema de quatro códigos numéricos conforme descrito abaixo, para apontar a existência (ou não) da evidenciação do elemento, e da forma como este estava sendo divulgado:

- 0 = Item não apareceu no relatório anual;
- 1 = Item apareceu no relatório anual em forma narrativa;
- 2 = Item recebeu um valor numérico no relatório anual;
- 3 = Item recebeu um valor monetário no relatório anual.

Observe-se que em seu estudo empírico, Guthrie e Petty (2000a) verificaram que os itens referentes ao capital intelectual foram relatados em forma discursiva, em, praticamente, todos os casos, aplicando-se, então, somente o sistema de códigos 0:1. O mesmo foi verificado nos relatórios de administração da amostra selecionada para o presente estudo (conforme se pode constatar no Capítulo 4, seção 3.2), sendo o código numérico também limitado a 0:1.

Guthrie e Petty (2000a), Brennam (2001), Chen Goh e Pheng Lim (2004) utilizaram, em seus estudos empíricos, a classificação proposta por Sveiby (1997), tanto em termos das categorias (3), quanto em termos dos elementos (24), conforme a Tabela 1.

		Empresas				Total	%
		1	2	...	25		
Capital Intelectual							
1	Capital Interno						
1.1	Propriedade intelectual						
1.1.1	Patentes	0	0		0	2	8%
1.1.2	Direitos Autorais	0	0		0	0	0%
1.1.3	Marcas registradas	1	0		0	11	44%
1.2	Recursos de infra-estrutura						
1.2.1	Filosofia gerencial	0	0		0	14	56%
1.2.2	Cultura corporativa	0	0		0	15	60%
1.2.3	Processos gerenciais	0	0		0	13	52%
1.2.4	Sistemas de informações	1	1		0	21	84%
1.2.5	Sistemas de relacionamentos	1	1		1	23	92%
1.2.6	Relações financeiras	1	1		1	19	76%
2	Capital Externo						
2.1	Tipos de Produtos e Serviços	1	1		1	25	100%
2.2	Clientes	1	1		1	25	100%
2.3	Fidelidade de clientes	0	0		0	13	52%
2.4	Nome de companhia	1	0		0	16	64%
2.5	Canal de distribuição	1	1		0	21	84%
2.6	Colaboração dos negócios	1	1		1	22	88%
2.7	Acordo licenciado	1	1		1	13	52%
2.8	Contrato favorável	1	1		0	20	80%
2.9	Acordo de franchising	0	0		0	1	4%
3	Competência dos funcionários						
3.1	Know-how	0	1		0	13	52%
3.2	Educação	1	1		0	18	72%
3.3	Qualificação vocacional	0	1		0	14	56%
3.4	Conhecimento relacionado ao trabalho	0	0		0	17	68%
3.5	Competências relacionadas ao trabalho	0	1		0	17	68%
3.6	Espírito empreendedor	0	1		0	13	52%
Total		12	14	6	14,64	61%

TABELA 1 - MATRIZ DESENHADA PARA ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO.

Fonte: Extraído De Carvalho E Ensslin, (2006b, P.5).

Para a coleta de dados deste estudo, o autor contou com o apoio de colegas pesquisadores do Grupo de Estudos sobre Capital Intelectual (GECI), que colaboraram da seguinte maneira: o autor e um componente do grupo, separadamente (sem conhecimento do trabalho um do outro), leram os relatórios anuais (RA) e registraram as informações relacionadas a cada elemento, utilizando a matriz desenhada da Tabela 1. Para o registro, procederam da seguinte forma: quando o elemento era mencionado explicitamente no relatório de administração, este era assinalado com o valor 1 (um), caso contrário, era marcado o valor 0 (zero). Após este estágio do levantamento, um terceiro membro do GECI (no caso a

orientadora da dissertação) procedeu à verificação da pontuação atribuída a cada empresa, confirmando o trabalho feito.

Para ilustrar o processo de registro das informações relacionadas a cada elemento, exemplifica-se com a Empresa 1. Como pode ser observado na coluna referente à Empresa 1, o valor 1 foi sinalizado 12 (doze) vezes, o que significa que 12 elementos de CI foram identificados no RA. Para demonstrar o processo de extração deste valor 1 na intersecção com o elemento – Nome da Companhia, remete-se ao RA de 2004 da Empresa 1, na página 13, que apresenta a seguinte declaração: “A *marca* (...) foi considerada, novamente, a mais valiosa do país, (...), que avalia a importância e força da *marca* na geração de resultados futuros da empresa, levando em conta a sua performance, sua relação com o mercado e a capacidade de atuar em cenários altamente competitivos”. Neste segmento, o elemento “nome da companhia” se fez presente, fato este que levou os pesquisadores a assinalá-lo na matriz.

Após o processo de atribuição dos valores (0:1), foi feito um somatório no eixo vertical dos elementos presentes na divulgação de cada empresa (no caso da Empresa 1, doze elementos se fizeram presente). Simultaneamente, foi feito um somatório no eixo horizontal para verificação do número total de ocorrência de cada elemento.

Na seqüência, os pesquisadores calcularam a frequência, em termos percentuais, com que cada elemento foi divulgado.

3.3 PROPOSTA DE ANÁLISE

Nesta seção, apresenta-se a proposta de análise da evidenciação voluntária do CI realizada no Capítulo 4. Para tanto, retomam-se alguns resultados da análise revisionista apresentada para fundamentar a presente proposta. Serão abordadas, principalmente, a classificação e a categorização de CI a serem utilizadas, uma vez que esta discussão conduz à tendência observada no contexto internacional, que virá por informar o estudo no contexto brasileiro.

A classificação de CI utilizada no trabalho, em consonância com os resultados do estudo revisionista, é aquela proposta por Sveiby (1997, p.11): “os ativos invisíveis constantes no balanço patrimonial de uma organização podem ser classificados como um grupo de três elementos: competência do funcionário, estrutura interna e estrutura externa”.

Segundo Sveiby (ibid.), “a competência do funcionário envolve a capacidade de agir em diversas situações para criar tanto ativos tangíveis como intangíveis (...)”. Neste sentido, busca-se identificar características pessoais que poderão vir a gerar ativos – tangíveis e intangíveis - , de maneira fundamental para o sucesso das organizações.

A estrutura interna, segundo Sveiby (1997, p.12), “inclui patentes, conceitos, modelos e sistemas administrativos (...) além disso, a cultura ou espírito organizacional também é uma estrutura interna”. Observe-se que a estrutura interna origina-se na ação das pessoas para ser construída. Entretanto, a estrutura interna pertence à empresa, o que evidencia a sinergia entre a estrutura interna e a competência do funcionário.

Quanto à estrutura externa, Sveiby (ibid.) explica que esta “inclui relações com clientes e fornecedores, bem como marcas, marcas registradas e a reputação ou a imagem da empresa”. Observe-se que, tal como ocorre com a estrutura interna, existe, novamente, uma dimensão sinérgica entre a competência do funcionário e a estrutura externa, uma vez que está diretamente vinculada às mobilizações das pessoas.

Vale salientar que a terminologia utilizada por Sveiby coexiste com uma outra terminologia aceita na comunidade científica, qual seja, capital humano, capital interno e capital externo, respectivamente (STEWART, 2002).

Tanto a proposta de Sveiby (1997) quanto a proposta de Stewart (2002) foram delineadas para fins de registrar os ativos intangíveis de uma organização, segundo uma classificação por eles proposta. Um avanço nos estudos dos intangíveis foi realizado por Guthrie e Petty (2000a), cuja proposta associou esta classificação à técnica de Análise de Conteúdo, na investigação dos RAs das organizações, com vistas à identificar a presença de elementos de CI.

Neste contexto, a proposta de Sveiby (ibid.) foi adaptada por Guthrie e Petty (2000a) em pesquisa realizada na Austrália e replicada por: Brennam (2001) na Irlanda; Bozzolan, Favotto e Ricceri (2003) na Itália; April, Bosma e Deglon (2003) na África do Sul; Chen Goh e Pheng Lim (2004) na Malásia; Abeysekera (2004) no Sri Lanka; Hevas (2005) Grécia; Petty e Cuganesan (2005) Hong Kong; Vandemaele, Vergauwen e Smits (2005) Holanda, Suécia e Reino Unido; e Gomes, Serra e Ferreira (2005) em Portugal. Nestes estudos, em alguns casos, a proposta de Guthrie e Petty (2000a) foi replicada na íntegra; em outros, foi adaptada.

Apresenta-se, no Quadro 14 o modelo utilizado por Guthrie e Petty (2000a); os elementos do modelo são apresentados em tradução para o português. Observe-se que esta é a estrutura utilizada na presente pesquisa.

Capital Intelectual	
1	Capital Interno
1.1	Propriedade intelectual
1.1.1	Patentes
1.1.2	Direitos Autorais
1.1.3	Marcas registradas
1.2	Recursos de infra-estrutura
1.2.1	Filosofia gerencial
1.2.2	Cultura corporativa
1.2.3	Processos gerenciais
1.2.4	Sistemas de informações
1.2.5	Sistemas de relacionamentos
1.2.6	Relações financeiras
2	Capital Externo
2.1	Tipos de Produtos e Serviços
2.2	Clientes
2.3	Fidelidade de clientes
2.4	Nome de companhia
2.5	Canal de distribuição
2.6	Colaboração dos negócios
2.7	Acordo licenciado
2.8	Contrato favorável
2.9	Acordo de franchising
3	Competência dos funcionários
3.1	Know-how
3.2	Educação
3.3	Qualificação vocacional
3.4	Conhecimento relacionado ao trabalho
3.5	Competências relacionadas ao trabalho
3.6	Espírito empreendedor
Total	

QUADRO 14 CATEGORIAS DE CI PARA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Fonte: Guthrie e Petty (2000a).

Destaca-se que o modelo apresentado é nitidamente inspirado na classificação proposta por Sveiby (1997).

Cumprir fazer uma última consideração no que tange à questão da utilização de um modelo “pronto” a ser aplicado em organizações contextualmente localizadas, tanto em espaço quanto em tempo, que, sem dúvida, possuem suas especificidades. O autor desta dissertação acredita que, em momento posterior de sua pesquisa surgirá à necessidade de “construir” novas propostas de categorização de CI, a partir das percepções dos *skateholders* de cada organização a ser investigada. Na verdade, este aspecto constitui-se como o cerne da continuidade da pesquisa a ser desenvolvida em um trabalho de doutoramento. Entretanto, como a pesquisa relatada na presente dissertação – pelo menos, no conhecimento do autor -

constitui-se como pioneira no contexto brasileiro, justifica-se a replicação do estudo em sua íntegra: os resultados aqui obtidos poderão vir a ser considerados um marco inicial para ancorar investigações de cunho mais *ad hoc*, em diferentes organizações do contexto nacional. A seguir, apresentam-se os resultados no Capítulo 4.

4 EVIDENCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DO CI NOS RAs DE COMPANHIAS BRASILEIRAS NOS ANOS 2000, 2002 E 2004

Este capítulo pretende atender ao objetivo geral desta dissertação, qual seja, apresentar os resultados do estudo longitudinal referente à evidenciação voluntária do Capital Intelectual (CI) nos Relatórios Anuais (RAs) de companhias brasileiras, nos anos 2000, 2002 e 2004. De posse destes resultados, faz-se um cotejamento da realidade brasileira com a realidade internacional, com vistas a uma confirmação ou refutação das hipóteses que conformam este estudo. Inicia-se com a descrição da pesquisa no contexto brasileiro, seguida dos resultados, tanto da análise longitudinal quanto da análise comparativa.

4.1 DESCRIÇÃO DA PESQUISA

Para identificar os elementos do CI evidenciados voluntariamente nos RAs das companhias brasileiras, realizou-se uma análise de conteúdo. A amostra de empresas selecionadas, conforme mencionado na metodologia da pesquisa, é representada pelas 20 (vinte) maiores empresas pelo critério da Receita Líquida, excluindo-se empresas pertencentes ao mesmo grupo.

Portanto, foram selecionadas: Petrobrás, Telefônica, Banco do Brasil, Vale do Rio Doce, Bradesco, Gerdau, Itaú banco, Telemar, Ambev, Unibanco, Usiminas, Pão de Açúcar, Belgo Mineira, Siderúrgica Nacional, Embraer, Cemig, Embratel, Sadia, Banespa e TAM. A amostra selecionada é não probabilística, não sendo possível realizar inferências sobre todo universo, mas somente sobre a amostra. Estas empresas foram analisadas por três períodos, longitudinalmente, com corte transversal, ou seja, respectivamente os anos de 2000, 2002 e 2004. O corte transversal se justifica pela pouca variação existente nos anos ímpares, conforme estudo preliminar feito em momento anterior a esta decisão metodológica.

4.2 RESULTADOS

Na seqüência, são apresentados, respectivamente os resultados da Petrobrás, Telefônica, Banco do Brasil, Vale do Rio Doce, Bradesco, Gerdau, Itaú

banco, Telemar, Ambev, Unibanco, Usiminas, Pão de Açúcar, Belgo Mineira, Siderúrgica Nacional, Embraer, Cemig, Embratel, Sadia, Banespa e TAM.

4.2.1 Petrobrás

Empresa : Petrobrás		Ano 2000	2002	2004	Total	(%)
Capital Intelectual						
1	Capital Interno	4	7	8	19	70%
1.1	Propriedade Intelectual	0	2	2	4	44%
1.1.1	Patentes	0	0	1	1	33%
1.1.2	Direitos Autorais	0	1	0	1	33%
1.1.3	Marcas Registradas	0	1	1	2	67%
1.2	Recursos De Infra-Estrutura	4	5	6	15	83%
1.2.1	Filosofia Gerencial	1	1	1	3	100%
1.2.2	Cultura Corporativa	1	1	1	3	100%
1.2.3	Processos Gerenciais	0	1	1	2	67%
1.2.4	Sistemas De Informações	0	0	1	1	33%
1.2.5	Sistemas De Relacionamentos	1	1	1	3	100%
1.2.6	Relações Financeiras	1	1	1	3	100%
2	Capital Externo	2	6	8	16	59%
2.1	Tipos De Produtos E Serviços	1	1	1	3	100%
2.2	Clientes	1	1	1	3	100%
2.3	Fidelidade De Clientes	0	1	1	2	67%
2.4	Nome De Companhia	0	1	1	2	67%
2.5	Canal De Distribuição	0	1	1	2	67%
2.6	Colaboração Dos Negócios	0	1	1	2	67%
2.7	Acordo Licenciado	0	0	1	1	33%
2.8	Contrato Favorável	0	0	1	1	33%
2.9	Acordo De Franchising	0	0	0	0	0%
3	Competência Dos Funcionários	4	3	6	13	72%
3.1	Know-How	0	1	1	2	67%
3.2	Educação	1	1	1	3	100%
3.3	Qualificação Vocacional	1	1	1	3	100%
3.4	Conhecimento Relacionado Ao Trabalho	1	0	1	2	67%
3.5	Competências Relacionadas Ao Trabalho	1	0	1	2	67%
3.6	Espírito Empreendedor	0	0	1	1	33%
Total		10	16	22	48	67%

TABELA 2: RESULTADOS DA EMPRESA PETROBRÁS

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que nos anos de 2000, 2002 e 2004, respectivamente, existem 10, 16 e 22 elementos de CI evidenciados pela Petrobrás. Destacam-se os itens: Filosofia gerencial, Cultura corporativa, Sistemas de relacionamentos, relações financeiras, Tipos de produtos e serviços, Clientes, Educação e Qualificação vocacional; sendo todos eles descritos em todos os relatórios. No geral, dos 72 elementos possíveis de evidenciação, observa-se 48 elementos evidenciados, ou seja, 67% dos atributos de CI foram evidenciados.

4.2.2 Telefônica

Empresa : Telefônica		Ano 2000	2002	2004	Total	(%)
Capital Intelectual						
1	Capital Interno	2	3	4	9	33%
1.1	Propriedade Intelectual					
1.1.1	Patentes	0	0	0	0	0%
1.1.2	Direitos Autorais	0	0	0	0	0%
1.1.3	Marcas Registradas	0	0	1	1	33%
1.2	Recursos De Infra-Estrutura	2	3	3	8	44%
1.2.1	Filosofia Gerencial	0	0	0	0	0%
1.2.2	Cultura Corporativa	0	0	0	0	0%
1.2.3	Processos Gerenciais	0	0	0	0	0%
1.2.4	Sistemas De Informações	0	1	1	2	67%
1.2.5	Sistemas De Relacionamentos	1	1	1	3	100%
1.2.6	Relações Financeiras	1	1	1	3	100%
2	Capital Externo	2	6	8	16	59%
2.1	Tipos De Produtos E Serviços	1	1	1	3	100%
2.2	Clientes	1	1	1	3	100%
2.3	Fidelidade De Clientes	0	0	1	1	33%
2.4	Nome De Companhia	0	0	1	1	33%
2.5	Canal De Distribuição	0	1	1	2	67%
2.6	Colaboração Dos Negócios	0	1	1	2	67%
2.7	Acordo Licenciado	0	1	1	2	67%
2.8	Contrato Favorável	0	1	1	2	67%
2.9	Acordo De Franchising	0	0	0	0	0%
3	Competência Dos Funcionários	0	0	2	2	11%
3.1	Know-How	0	0	0	0	0%
3.2	Educação	0	0	0	0	0%
3.3	Qualificação Vocacional	0	0	1	1	33%
3.4	Conhecimento Relacionado Ao Trabalho	0	0	0	0	0%
3.5	Competências Relacionadas Ao Trabalho	0	0	0	0	0%
3.6	Espírito Empreendedor	0	0	1	1	33%
Total		4	9	14	27	38%

TABELA 3: RESULTADOS DA EMPRESA TELEFÔNICA

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que nos anos de 2000, 2002 e 2004, respectivamente, existem 4, 9 e 14 elementos de CI evidenciados pela empresa Telefônica. Destacam-se os itens: Sistemas de relacionamentos, Relações financeiras, Tipos de produtos e serviços e Clientes; sendo eles evidenciados voluntariamente em todos os relatórios. No geral, apenas 38% dos atributos do CI foram evidenciados.

4.2.3 Banco do Brasil

Empresa : Banco Do Brasil		Ano	2000	2002	2004	Total	(%)
Capital Intelectual							
1	Capital Interno		2	1	3	6	22%
1.1	Propriedade Intelectual		0	0	0	0	0%
1.1.1	Patentes		0	0	0	0	0%
1.1.2	Direitos Autorais		0	0	0	0	0%
1.1.3	Marcas Registradas		0	0	0	0	0%
1.2	Recursos De Infra-Estrutura		2	1	3	6	33%
1.2.1	Filosofia Gerencial		0	0	0	0	0%
1.2.2	Cultura Corporativa		0	0	0	0	0%
1.2.3	Processos Gerenciais		0	0	0	0	0%
1.2.4	Sistemas De Informações		1	0	1	2	67%
1.2.5	Sistemas De Relacionamentos		0	0	1	1	33%
1.2.6	Relações Financeiras		1	1	1	3	100%
2	Capital Externo		3	3	6	12	44%
2.1	Tipos De Produtos E Serviços		1	1	1	3	100%
2.2	Cientes		1	1	1	3	100%
2.3	Fidelidade De Clientes		0	1	1	2	67%
2.4	Nome De Companhia		1	0	0	1	33%
2.5	Canal De Distribuição		0	0	1	1	33%
2.6	Colaboração Dos Negócios		0	0	1	1	33%
2.7	Acordo Licenciado		0	0	0	0	0%
2.8	Contrato Favorável		0	0	1	1	33%
2.9	Acordo De Franchising		0	0	0	0	0%
3	Competência Dos Funcionários		2	0	2	4	22%
3.1	Know-How		0	0	0	0	0%
3.2	Educação		1	0	1	2	67%
3.3	Qualificação Vocacional		0	0	0	0	0%
3.4	Conhecimento Relacionado Ao Trabalho		1	0	0	1	33%
3.5	Competências Relacionadas Ao Trabalho		0	0	1	1	33%
3.6	Espírito Empreendedor		0	0	0	0	0%
Total			7	4	11	22	31%

TABELA 4: RESULTADOS DA EMPRESA BANCO DO BRASIL

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que nos anos de 2000, 2002 e 2004, respectivamente, existem 7, 4 e 11 elementos de CI evidenciados pela empresa Banco do Brasil. Destacam-se os itens: Relações financeiras, Tipos de produtos e serviços e Clientes; sendo eles evidenciados voluntariamente em todos os relatórios. No geral, apenas 31% dos atributos de CI foram evidenciados.

4.2.4 Vale do Rio Doce

Empresa : Vale Do Rio Doce		Ano 2000	2002	2004	Total	(%)
Capital Intelectual						
1	Capital Interno	0	0	2	2	7%
1.1	Propriedade Intelectual	0	0	0	0	0%
1.1.1	Patentes	0	0	0	0	0%
1.1.2	Direitos Autorais	0	0	0	0	0%
1.1.3	Marcas Registradas	0	0	0	0	0%
1.2	Recursos De Infra-Estrutura	0	0	2	2	11%
1.2.1	Filosofia Gerencial	0	0	0	0	0%
1.2.2	Cultura Corporativa	0	0	0	0	0%
1.2.3	Processos Gerenciais	0	0	0	0	0%
1.2.4	Sistemas De Informações	0	0	0	0	0%
1.2.5	Sistemas De Relacionamentos	0	0	1	1	33%
1.2.6	Relações Financeiras	0	0	1	1	33%
2	Capital Externo	6	4	6	16	59%
2.1	Tipos De Produtos E Serviços	1	1	1	3	100%
2.2	Clientes	1	1	1	3	100%
2.3	Fidelidade De Clientes	0	0	0	0	0%
2.4	Nome De Companhia	0	0	0	0	0%
2.5	Canal De Distribuição	1	0	1	2	67%
2.6	Colaboração Dos Negócios	1	1	1	3	100%
2.7	Acordo Licenciado	1	0	1	2	67%
2.8	Contrato Favorável	1	1	1	3	100%
2.9	Acordo De Franchising	0	0	0	0	0%
3	Competência Dos Funcionários	0	0	4	4	22%
3.1	Know-How	0	0	1	1	33%
3.2	Educação	0	0	1	1	33%
3.3	Qualificação Vocacional	0	0	0	0	0%
3.4	Conhecimento Relacionado Ao Trabalho	0	0	0	0	0%
3.5	Competências Relacionadas Ao Trabalho	0	0	1	1	33%
3.6	Espírito Empreendedor	0	0	1	1	33%
Total		6	4	12	22	31%

TABELA 5: RESULTADOS DA EMPRESA VALE DO RIO DOCE

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que nos anos de 2000, 2002 e 2004, respectivamente, existem 6, 4 e 12 elementos de CI evidenciados pela empresa Vale do Rio Doce. Destacam-se os itens: Tipos de produtos e serviços, Clientes, Colaboração dos negócios e Contrato favorável; sendo eles evidenciados voluntariamente em todos os relatórios. No geral, apenas 31% dos atributos de CI foram evidenciados.

4.2.5 Bradesco

Empresa : Bradesco		Ano 2000	2002	2004	Total	(%)
Capital Intelectual						
1	Capital Interno	3	6	5	14	51%
1.1	Propriedade Intelectual	0	0	1	1	11%
1.1.1	Patentes	0	0	0	0	0%
1.1.2	Direitos Autorais	0	0	0	0	0%
1.1.3	Marcas Registradas	0	0	1	1	33%
1.2	Recursos De Infra-Estrutura	3	6	4	13	72%
1.2.1	Filosofia Gerencial	0	1	0	1	33%
1.2.2	Cultura Corporativa	0	1	0	1	33%
1.2.3	Processos Gerenciais	0	1	1	2	67%
1.2.4	Sistemas De Informações	1	1	1	3	100%
1.2.5	Sistemas De Relacionamentos	1	1	1	3	100%
1.2.6	Relações Financeiras	1	1	1	3	100%
2	Capital Externo	5	6	7	18	67%
2.1	Tipos De Produtos E Serviços	1	1	1	3	100%
2.2	Clientes	1	1	1	3	100%
2.3	Fidelidade De Clientes	1	1	0	2	67%
2.4	Nome De Companhia	1	1	1	3	100%
2.5	Canal De Distribuição	1	1	1	3	100%
2.6	Colaboração Dos Negócios	0	1	1	2	67%
2.7	Acordo Licenciado	0	0	1	1	33%
2.8	Contrato Favorável	0	0	1	1	33%
2.9	Acordo De Franchising	0	0	0	0	0%
3	Competência Dos Funcionários	1	2	6	9	50%
3.1	Know-How	0	0	1	1	33%
3.2	Educação	1	1	1	3	100%
3.3	Qualificação Vocacional	0	1	1	2	67%
3.4	Conhecimento Relacionado Ao Trabalho	0	0	1	1	33%
3.5	Competências Relacionadas Ao Trabalho	0	0	1	1	33%
3.6	Espírito Empreendedor	0	0	1	1	33%
Total		9	14	18	41	57%

TABELA 6: RESULTADOS DA EMPRESA BRADESCO

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que nos anos de 2000, 2002 e 2004, respectivamente, existem 9, 14 e 18 elementos de CI evidenciados pela empresa Bradesco. Destacam-se os itens: Sistemas de informações, Sistemas de Relacionamentos, Relações financeiras, Tipos de produtos e serviços, Clientes, Nome da companhia, canal de distribuição e Educação; sendo eles evidenciados voluntariamente em todos os relatórios. No geral, 57% dos atributos de CI foram evidenciados.

4.2.6 Gerdau

Empresa : Gerdau		Ano 2000	2002	2004	Total	(%)
Capital Intelectual						
1	Capital Interno	2	0	2	4	14%
1.1	Propriedade Intelectual	0	0	1	1	11%
1.1.1	Patentes	0	0	0	0	0%
1.1.2	Direitos Autorais	0	0	0	0	0%
1.1.3	Marcas Registradas	0	0	1	1	33%
1.2	Recursos De Infra-Estrutura	2	0	1	3	17%
1.2.1	Filosofia Gerencial	0	0	0	0	0%
1.2.2	Cultura Corporativa	0	0	0	0	0%
1.2.3	Processos Gerenciais	0	0	0	0	0%
1.2.4	Sistemas De Informações	0	0	0	0	0%
1.2.5	Sistemas De Relacionamento	1	0	1	2	67%
1.2.6	Relações Financeiras	1	0	0	1	33%
2	Capital Externo	5	2	6	13	48%
2.1	Tipos De Produtos E Serviços	1	1	1	3	100%
2.2	Clientes	1	1	1	3	100%
2.3	Fidelidade De Clientes	0	0	0	0	0%
2.4	Nome De Companhia	1	0	0	1	33%
2.5	Canal De Distribuição	1	0	1	2	67%
2.6	Colaboração Dos Negócios	1	0	1	2	67%
2.7	Acordo Licenciado	0	0	1	1	33%
2.8	Contrato Favorável	0	0	1	1	33%
2.9	Acordo De Franchising	0	0	0	0	0%
3	Competência Dos Funcionários	1	1	0	2	11%
3.1	Know-How	0	0	0	0	0%
3.2	Educação	1	1	0	2	67%
3.3	Qualificação Vocacional	0	0	0	0	0%
3.4	Conhecimento Relacionado Ao Trabalho	0	0	0	0	0%
3.5	Competências Relacionadas Ao Trabalho	0	0	0	0	0%
3.6	Espírito Empreendedor	0	0	0	0	0%
Total		8	3	8	19	26%

TABELA 7: RESULTADOS DA EMPRESA GERDAU

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que nos anos de 2000, 2002 e 2004, respectivamente, existem 8, 3 e 8 elementos de CI evidenciados pela empresa Gerdau. Destacam-se os itens: Tipos de produtos e serviços e Clientes; sendo eles evidenciados voluntariamente em todos os relatórios. No geral, apenas 26% dos atributos de CI foram evidenciados.

4.2.7 Itaú banco

Empresa : Itaú		Ano 2000	2002	2004	Total	(%)
Capital Intelectual						
1	Capital Interno	0	6	4	10	37%
1.1	Propriedade Intelectual	0	1	1	2	22%
1.1.1	Patentes	0	0	0	0	0%
1.1.2	Direitos Autorais	0	0	0	0	0%
1.1.3	Marcas Registradas	0	1	1	2	67%
1.2	Recursos De Infra-Estrutura	0	5	3	8	44%
1.2.1	Filosofia Gerencial	0	1	0	1	33%
1.2.2	Cultura Corporativa	0	1	0	1	33%
1.2.3	Processos Gerenciais	0	0	0	0	0%
1.2.4	Sistemas De Informações	0	1	1	2	67%
1.2.5	Sistemas De Relacionamento	0	1	1	2	67%
1.2.6	Relações Financeiras	0	1	1	2	67%
2	Capital Externo	3	5	7	15	56%
2.1	Tipos De Produtos E Serviços	1	1	1	3	100%
2.2	Clientes	1	1	1	3	100%
2.3	Fidelidade De Clientes	0	0	0	0	0%
2.4	Nome De Companhia	1	1	1	3	100%
2.5	Canal De Distribuição	0	0	1	1	33%
2.6	Colaboração Dos Negócios	0	0	1	1	33%
2.7	Acordo Licenciado	0	1	1	2	67%
2.8	Contrato Favorável	0	1	1	2	67%
2.9	Acordo De Franchising	0	0	0	0	0%
3	Competência Dos Funcionários	2	3	1	6	33%
3.1	Know-How	0	1	0	1	33%
3.2	Educação	1	1	1	3	100%
3.3	Qualificação Vocacional	1	1	0	2	67%
3.4	Conhecimento Relacionado Ao Trabalho	0	0	0	0	0%
3.5	Competências Relacionadas Ao Trabalho	0	0	0	0	0%
3.6	Espírito Empreendedor	0	0	0	0	0%
Total		5	14	12	31	43%

TABELA 8: RESULTADOS DA EMPRESA ITAÚ

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que nos anos de 2000, 2002 e 2004, respectivamente, existem 5, 14 e 12 elementos de CI evidenciados pela empresa Itaú. Destacam-se os itens: Tipos de produtos e serviços, Clientes e Nome da companhia; sendo eles evidenciados voluntariamente em todos os relatórios. No geral, apenas 43% dos atributos de CI foram evidenciados.

4.2.8 Telemar

Empresa : Telemar		Ano 2000	2002	2004	Total	(%)
Capital Intelectual						
1	Capital Interno	0	5	3	8	30%
1.1	Propriedade Intelectual	0	1	0	1	11%
1.1.1	Patentes	0	0	0	0	0%
1.1.2	Direitos Autorais	0	0	0	0	0%
1.1.3	Marcas Registradas	0	1	0	1	33%
1.2	Recursos De Infra-Estrutura	0	4	3	7	39%
1.2.1	Filosofia Gerencial	0	1	0	1	33%
1.2.2	Cultura Corporativa	0	0	0	0	0%
1.2.3	Processos Gerenciais	0	1	1	2	67%
1.2.4	Sistemas De Informações	0	1	1	2	67%
1.2.5	Sistemas De Relacionamentos	0	1	0	1	33%
1.2.6	Relações Financeiras	0	0	1	1	33%
2	Capital Externo	2	6	2	10	37%
2.1	Tipos De Produtos E Serviços	1	1	1	3	100%
2.2	Clientes	1	1	1	3	100%
2.3	Fidelidade De Clientes	0	1	0	1	33%
2.4	Nome De Companhia	0	0	0	0	0%
2.5	Canal De Distribuição	0	1	0	1	33%
2.6	Colaboração Dos Negócios	0	0	0	0	0%
2.7	Acordo Licenciado	0	1	0	1	33%
2.8	Contrato Favorável	0	1	0	1	33%
2.9	Acordo De Franchising	0	0	0	0	0%
3	Competência Dos Funcionários	0	2	0	2	11%
3.1	Know-How	0	0	0	0	0%
3.2	Educação	0	1	0	1	33%
3.3	Qualificação Vocacional	0	0	0	0	0%
3.4	Conhecimento Relacionado Ao Trabalho	0	0	0	0	0%
3.5	Competências Relacionadas Ao Trabalho	0	0	0	0	0%
3.6	Espírito Empreendedor	0	1	0	1	33%
Total		2	13	5	20	28%

TABELA 9: RESULTADOS DA EMPRESA TELEMAR

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que nos anos de 2000, 2002 e 2004, respectivamente, existem 2, 13 e 5 elementos de CI evidenciados pela empresa Telemar. Destacam-se os itens: Tipos de produtos e serviços e Clientes; sendo eles evidenciados voluntariamente em todos os relatórios. No geral, apenas 28% dos atributos de CI foram evidenciados.

4.2.9 Ambev

Empresa : Ambev		Ano 2000	2002	2004	Total	(%)
Capital Intelectual						
1	Capital Interno	0	1	4	5	19%
1.1	Propriedade Intelectual	0	0	1	1	11%
1.1.1	Patentes	0	0	0	0	0%
1.1.2	Direitos Autorais	0	0	0	0	0%
1.1.3	Marcas Registradas	0	0	1	1	33%
1.2	Recursos De Infra-Estrutura	0	1	3	4	22%
1.2.1	Filosofia Gerencial	0	0	0	0	0%
1.2.2	Cultura Corporativa	0	0	0	0	0%
1.2.3	Processos Gerenciais	0	0	1	1	33%
1.2.4	Sistemas De Informações	0	0	0	0	0%
1.2.5	Sistemas De Relacionamentos	0	0	1	1	33%
1.2.6	Relações Financeiras	0	1	1	2	67%
2	Capital Externo	3	3	6	12	44%
2.1	Tipos De Produtos E Serviços	1	1	1	3	100%
2.2	Clientes	1	1	1	3	100%
2.3	Fidelidade De Clientes	0	0	0	0	0%
2.4	Nome De Companhia	0	0	1	1	33%
2.5	Canal De Distribuição	0	1	1	2	67%
2.6	Colaboração Dos Negócios	1	0	1	2	67%
2.7	Acordo Licenciado	0	0	0	0	0%
2.8	Contrato Favorável	0	0	0	0	0%
2.9	Acordo De Franchising	0	0	1	1	33%
3	Competência Dos Funcionários	0	0	0	0	0%
3.1	Know-How	0	0	0	0	0%
3.2	Educação	0	0	0	0	0%
3.3	Qualificação Vocacional	0	0	0	0	0%
3.4	Conhecimento Relacionado Ao Trabalho	0	0	0	0	0%
3.5	Competências Relacionadas Ao Trabalho	0	0	0	0	0%
3.6	Espírito Empreendedor	0	0	0	0	0%
Total		3	4	10	17	24%

TABELA 10: RESULTADOS DA EMPRESA AMBEV

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que nos anos de 2000, 2002 e 2004, respectivamente, existem 3, 4 e 10 elementos de CI evidenciados pela empresa Ambev. Destacam-se os itens: Tipos de produtos e serviços e Clientes; sendo eles evidenciados voluntariamente em todos os relatórios. No geral, apenas 24% dos atributos de CI foram evidenciados.

4.2.10 Unibanco

Empresa : Unibanco		Ano 2000	2002	2004	Total	(%)
Capital Intelectual						
1	Capital Interno	3	3	4	10	37%
1.1	Propriedade Intelectual	0	0	0	0	0%
1.1.1	Patentes	0	0	0	0	0%
1.1.2	Direitos Autorais	0	0	0	0	0%
1.1.3	Marcas Registradas	0	0	0	0	0%
1.2	Recursos De Infra-Estrutura	3	3	4	10	56%
1.2.1	Filosofia Gerencial	0	0	0	0	0%
1.2.2	Cultura Corporativa	0	0	1	1	33%
1.2.3	Processos Gerenciais	0	0	0	0	0%
1.2.4	Sistemas De Informações	1	1	1	3	100%
1.2.5	Sistemas De Relacionamentos	1	1	1	3	100%
1.2.6	Relações Financeiras	1	1	1	3	100%
2	Capital Externo	4	6	5	15	56%
2.1	Tipos De Produtos E Serviços	1	1	1	3	100%
2.2	Clientes	1	1	1	3	100%
2.3	Fidelidade De Clientes	1	1	0	2	67%
2.4	Nome De Companhia	1	1	0	2	67%
2.5	Canal De Distribuição	0	1	1	2	67%
2.6	Colaboração Dos Negócios	0	1	1	2	67%
2.7	Acordo Licenciado	0	0	0	0	0%
2.8	Contrato Favorável	0	0	1	1	33%
2.9	Acordo De Franchising	0	0	0	0	0%
	Competência Dos Funcionários	2	2	5	9	50%
3.1	Know-How	0	0	1	1	33%
3.2	Educação	1	1	1	3	100%
3.3	Qualificação Vocacional	1	1	1	3	100%
3.4	Conhecimento Relacionado Ao Trabalho	0	0	1	1	33%
3.5	Competências Relacionadas Ao Trabalho	0	0	1	1	33%
3.6	Espírito Empreendedor	0	0	0	0	0%
	Total	9	11	14	34	47%

TABELA 11: RESULTADOS DA EMPRESA UNIBANCO

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que nos anos de 2000, 2002 e 2004, respectivamente, existem 9, 11 e 14 elementos de CI evidenciados pela empresa Unibanco. Destacam-se os itens: Sistemas de Informações, Sistemas de Relacionamentos, Relações financeiras, Tipos de produtos e serviços, Clientes, Educação e Qualificação vocacional; sendo eles evidenciados voluntariamente em todos os relatórios. No geral, apenas 47% dos atributos de CI foram evidenciados.

4.2.11 Usiminas

Empresa : Usiminas		Ano 2000	2002	2004	Total	(%)
Capital Intelectual						
1	Capital Interno	3	2	4	9	33%
1.1	Propriedade Intelectual	0	0	0	0	0%
1.1.1	Patentes	0	0	0	0	0%
1.1.2	Direitos Autorais	0	0	0	0	0%
1.1.3	Marcas Registradas	0	0	0	0	0%
1.2	Recursos De Infra-Estrutura	3	2	4	9	50%
1.2.1	Filosofia Gerencial	0	0	1	1	33%
1.2.2	Cultura Corporativa	0	0	1	1	33%
1.2.3	Processos Gerenciais	0	0	0	0	0%
1.2.4	Sistemas De Informações	1	0	0	1	33%
1.2.5	Sistemas De Relacionamentos	1	1	1	3	100%
1.2.6	Relações Financeiras	1	1	1	3	100%
2	Capital Externo	5	3	4	12	44%
2.1	Tipos De Produtos E Serviços	1	1	1	3	100%
2.2	Clientes	1	1	1	3	100%
2.3	Fidelidade De Clientes	1	1	1	3	100%
2.4	Nome De Companhia	1	0	0	1	33%
2.5	Canal De Distribuição	1	0	0	1	33%
2.6	Colaboração Dos Negócios	0	0	1	1	33%
2.7	Acordo Licenciado	0	0	0	0	0%
2.8	Contrato Favorável	0	0	0	0	0%
2.9	Acordo De Franchising	0	0	0	0	0%
3	Competência Dos Funcionários	2	1	3	6	33%
3.1	Know-How	0	0	1	1	33%
3.2	Educação	1	1	1	3	100%
3.3	Qualificação Vocacional	1	0	0	1	33%
3.4	Conhecimento Relacionado Ao Trabalho	0	0	0	0	0%
3.5	Competências Relacionadas Ao Trabalho	0	0	0	0	0%
3.6	Espírito Empreendedor	0	0	1	1	33%
Total		10	6	11	27	38%

TABELA 12: RESULTADOS DA EMPRESA USIMINAS

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que nos anos de 2000, 2002 e 2004, respectivamente, existem 10, 6 e 11 elementos de CI evidenciados pela empresa Usiminas. Destacam-se os itens: Sistemas de Relacionamentos, Relações financeiras, Tipos de produtos e serviços, Clientes e Fidelidade de clientes; sendo eles evidenciados voluntariamente em todos os relatórios. No geral, apenas 38% dos atributos de CI foram evidenciados.

4.2.12 Pão de Açúcar

Empresa : Pão De Açúcar		Ano 2000	2002	2004	Total	(%)
Capital Intelectual						
1	Capital Interno	3	4	6	13	48%
1.1	Propriedade Intelectual	0	0	1	1	11%
1.1.1	Patentes	0	0	0	0	0%
1.1.2	Direitos Autorais	0	0	0	0	0%
1.1.3	Marcas Registradas	0	0	1	1	33%
1.2	Recursos De Infra-Estrutura	3	4	5	12	67%
1.2.1	Filosofia Gerencial	0	1	1	2	67%
1.2.2	Cultura Corporativa	1	1	1	3	100%
1.2.3	Processos Gerenciais	0	0	1	1	33%
1.2.4	Sistemas De Informações	0	0	1	1	33%
1.2.5	Sistemas De Relacionamentos	1	1	0	2	67%
1.2.6	Relações Financeiras	1	1	1	3	100%
2	Capital Externo	3	6	6	15	56%
2.1	Tipos De Produtos E Serviços	1	1	1	3	100%
2.2	Clientes	1	1	1	3	100%
2.3	Fidelidade De Clientes	0	1	1	2	67%
2.4	Nome De Companhia	0	1	1	2	67%
2.5	Canal De Distribuição	0	0	1	1	33%
2.6	Colaboração Dos Negócios	1	1	1	3	100%
2.7	Acordo Licenciado	0	0	0	0	0%
2.8	Contrato Favorável	0	1	0	1	33%
2.9	Acordo De Franchising	0	0	0	0	0%
3	Competência Dos Funcionários	4	6	6	16	89%
3.1	Know-How	1	1	1	3	100%
3.2	Educação	1	1	1	3	100%
3.3	Qualificação Vocacional	1	1	1	3	100%
3.4	Conhecimento Relacionado Ao Trabalho	1	1	1	3	100%
3.5	Competências Relacionadas Ao Trabalho	0	1	1	2	67%
3.6	Espírito Empreendedor	0	1	1	2	67%
Total		10	16	18	44	61%

TABELA 13: RESULTADOS DA EMPRESA PÃO DE AÇÚCAR

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que nos anos de 2000, 2002 e 2004, respectivamente, existem 10, 16 e 18 elementos de CI evidenciados pela empresa Pão de Açúcar. Destacam-se os itens: Cultura corporativa, Relações financeiras, Tipos de produtos e serviços, Clientes, colaboração dos negócios, *Know-how*, Educação, Qualificação Vocacional e Conhecimentos relacionados ao trabalho; sendo eles evidenciados voluntariamente em todos os relatórios. No geral, 61% dos atributos de CI foram evidenciados.

4.2.13 Belgo Mineira

Empresa : Belgo Mineira		Ano 2000	2002	2004	Total	(%)
Capital Intelectual						
1	Capital Interno	4	7	8	19	70%
1.1	Propriedade Intelectual	0	1	2	3	33%
1.1.1	Patentes	0	0	0	0	0%
1.1.2	Direitos Autorais	0	0	1	1	33%
1.1.3	Marcas Registradas	0	1	1	2	67%
1.2	Recursos De Infra-Estrutura	4	6	6	16	89%
1.2.1	Filosofia Gerencial	0	1	1	2	67%
1.2.2	Cultura Corporativa	1	1	1	3	100%
1.2.3	Processos Gerenciais	1	1	1	3	100%
1.2.4	Sistemas De Informações	0	1	1	2	67%
1.2.5	Sistemas De Relacionamentos	1	1	1	3	100%
1.2.6	Relações Financeiras	1	1	1	3	100%
2	Capital Externo	2	6	5	13	48%
2.1	Tipos De Produtos E Serviços	1	1	1	3	100%
2.2	Clientes	1	1	1	3	100%
2.3	Fidelidade De Clientes	0	1	1	2	67%
2.4	Nome De Companhia	0	1	1	2	67%
2.5	Canal De Distribuição	0	1	0	1	33%
2.6	Colaboração Dos Negócios	0	1	1	2	67%
2.7	Acordo Licenciado	0	0	0	0	0%
2.8	Contrato Favorável	0	0	0	0	0%
2.9	Acordo De Franchising	0	0	0	0	0%
3	Competência Dos Funcionários	3	3	5	11	61%
3.1	Know-How	1	1	1	3	100%
3.2	Educação	1	1	1	3	100%
3.3	Qualificação Vocacional	1	0	1	2	67%
3.4	Conhecimento Relacionado Ao Trabalho	0	0	1	1	33%
3.5	Competências Relacionadas Ao Trabalho	0	1	1	2	67%
3.6	Espírito Empreendedor	0	0	0	0	0%
Total		9	16	18	43	60%

TABELA 14: RESULTADOS DA EMPRESA BELGO MINEIRA

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que nos anos de 2000, 2002 e 2004, respectivamente, existem 9, 16 e 18 elementos de CI evidenciados pela empresa Belgo Mineira. Destacam-se os itens: Cultura Corporativa, Processos Gerenciais, Sistemas de Relacionamento, Relações financeiras, Tipos de produtos e serviços, Clientes, *Know-how* e Educação; sendo eles evidenciados voluntariamente em todos os relatórios. No geral, 60% dos atributos de CI foram evidenciados.

4.2.14 Siderúrgica Nacional

Empresa : Siderúrgica Nacional		Ano 2000	2002	2004	Total	(%)
Capital Intelectual						
1	Capital Interno	2	1	0	3	11%
1.1	Propriedade Intelectual	0	0	0	0	0%
1.1.1	Patentes	0	0	0	0	0%
1.1.2	Direitos Autorais	0	0	0	0	0%
1.1.3	Marcas Registradas	0	0	0	0	0%
1.2	Recursos De Infra-Estrutura	2	1	0	3	17%
1.2.1	Filosofia Gerencial	1	0	0	1	33%
1.2.2	Cultura Corporativa	1	0	0	1	33%
1.2.3	Processos Gerenciais	0	0	0	0	0%
1.2.4	Sistemas De Informações	0	0	0	0	0%
1.2.5	Sistemas De Relacionamentos	0	0	0	0	0%
1.2.6	Relações Financeiras	0	1	0	1	33%
2	Capital Externo	2	5	4	11	41%
2.1	Tipos De Produtos E Serviços	1	1	1	3	100%
2.2	Clientes	1	1	1	3	100%
2.3	Fidelidade De Clientes	0	1	1	2	67%
2.4	Nome De Companhia	0	1	0	1	33%
2.5	Canal De Distribuição	0	0	1	1	33%
2.6	Colaboração Dos Negócios	0	1	0	1	33%
2.7	Acordo Licenciado	0	0	0	0	0%
2.8	Contrato Favorável	0	0	0	0	0%
2.9	Acordo De Franchising	0	0	0	0	0%
3	Competência Dos Funcionários	2	2	4	8	44%
3.1	Know-How	0	1	1	2	67%
3.2	Educação	1	1	1	3	100%
3.3	Qualificação Vocacional	1	0	1	2	67%
3.4	Conhecimento Relacionado Ao Trabalho	0	0	0	0	0%
3.5	Competências Relacionadas Ao Trabalho	0	0	1	1	33%
3.6	Espírito Empreendedor	0	0	0	0	0%
Total		6	8	8	22	31%

TABELA 15: RESULTADOS DA EMPRESA SIDERÚRGICA NACIONAL

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que nos anos de 2000, 2002 e 2004, respectivamente, existem 6, 8 e 8 elementos de CI evidenciados pela empresa Siderúrgica Nacional. Destacam-se os itens: Tipos de produtos e serviços, Clientes e Educação; sendo eles evidenciados voluntariamente em todos os relatórios. No geral, apenas 31% dos atributos de CI foram evidenciados.

4.2.15 Embraer

Empresa : Embraer		Ano 2000	2002	2004	Total	(%)
Capital Intelectual						
1	Capital Interno	3	7	7	17	63%
1.1	Propriedade Intelectual	0	3	1	4	44%
1.1.1	Patentes	0	1	0	1	33%
1.1.2	Direitos Autorais	0	1	0	1	33%
1.1.3	Marcas Registradas	0	1	1	2	67%
1.2	Recursos De Infra-Estrutura	3	4	6	13	72%
1.2.1	Filosofia Gerencial	1	1	1	3	100%
1.2.2	Cultura Corporativa	1	0	1	2	67%
1.2.3	Processos Gerenciais	0	1	1	2	67%
1.2.4	Sistemas De Informações	0	0	1	1	33%
1.2.5	Sistemas De Relacionamentos	0	1	1	2	67%
1.2.6	Relações Financeiras	1	1	1	3	100%
2	Capital Externo	7	3	8	18	67%
2.1	Tipos De Produtos E Serviços	1	1	1	3	100%
2.2	Clientes	1	1	1	3	100%
2.3	Fidelidade De Clientes	0	0	1	1	33%
2.4	Nome De Companhia	1	0	1	2	67%
2.5	Canal De Distribuição	1	0	1	2	67%
2.6	Colaboração Dos Negócios	1	1	1	3	100%
2.7	Acordo Licenciado	1	0	1	2	67%
2.8	Contrato Favorável	1	0	1	2	67%
2.9	Acordo De Franchising	0	0	0	0	0%
3	Competência Dos Funcionários	5	5	4	14	78%
3.1	Know-How	1	1	0	2	67%
3.2	Educação	1	1	1	3	100%
3.3	Qualificação Vocacional	1	1	1	3	100%
3.4	Conhecimento Relacionado Ao Trabalho	1	1	1	3	100%
3.5	Competências Relacionadas Ao Trabalho	0	0	1	1	33%
3.6	Espírito Empreendedor	1	1	0	2	67%
Total		15	15	19	49	68%

TABELA 16: RESULTADOS DA EMPRESA EMBRAER

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que nos anos de 2000, 2002 e 2004, respectivamente, existem 7, 4 e 11 elementos de CI evidenciados pela empresa Embraer. Destacam-se os itens: Filosofia Gerencial, Relações financeiras, Tipos de produtos e serviços, Clientes, Colaboração dos negócios, Educação, Qualificação vocacional e conhecimento relacionado ao trabalho; sendo eles evidenciados voluntariamente em todos os relatórios. No geral, 68% dos atributos de CI foram evidenciados.

4.2.16 Cemig

Empresa : Cemig		Ano 2000	2002	2004	Total	(%)
Capital Intelectual						
1	Capital Interno	3	3	3	9	33%
1.1	Propriedade Intelectual	0	0	0	0	0%
1.1.1	Patentes	0	0	0	0	0%
1.1.2	Direitos Autorais	0	0	0	0	0%
1.1.3	Marcas Registradas	0	0	0	0	0%
1.2	Recursos De Infra-Estrutura	3	3	3	9	50%
1.2.1	Filosofia Gerencial	0	0	0	0	0%
1.2.2	Cultura Corporativa	0	1	1	2	67%
1.2.3	Processos Gerenciais	0	0	0	0	0%
1.2.4	Sistemas De Informações	1	0	0	1	33%
1.2.5	Sistemas De Relacionamentos	1	1	1	3	100%
1.2.6	Relações Financeiras	1	1	1	3	100%
2	Capital Externo	4	6	8	18	67%
2.1	Tipos De Produtos E Serviços	1	1	1	3	100%
2.2	Clientes	1	1	1	3	100%
2.3	Fidelidade De Clientes	0	0	1	1	33%
2.4	Nome De Companhia	0	0	1	1	33%
2.5	Canal De Distribuição	1	1	1	3	100%
2.6	Colaboração Dos Negócios	1	1	1	3	100%
2.7	Acordo Licenciado	0	1	1	2	67%
2.8	Contrato Favorável	0	1	1	2	67%
2.9	Acordo De Franchising	0	0	0	0	0%
3	Competência Dos Funcionários	2	1	2	5	28%
3.1	Know-How	0	0	0	0	0%
3.2	Educação	1	1	1	3	100%
3.3	Qualificação Vocacional	1	0	1	2	67%
3.4	Conhecimento Relacionado Ao Trabalho	0	0	0	0	0%
3.5	Competências Relacionadas Ao Trabalho	0	0	0	0	0%
3.6	Espírito Empreendedor	0	0	0	0	0%
Total		9	10	13	32	44%

TABELA 17: RESULTADOS DA EMPRESA CEMIG

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que nos anos de 2000, 2002 e 2004, respectivamente, existem 9, 10 e 13 elementos de CI evidenciados pela empresa Cemig. Destacam-se os itens: Sistemas de Relacionamentos, Relações financeiras, Tipos de produtos e serviços, Clientes, Canal de distribuição, Colaboração dos negócios e Educação; sendo eles evidenciados voluntariamente em todos os relatórios. No geral, apenas 44% dos atributos de CI foram evidenciados.

4.2.17 Embratel

Empresa : Embratel		Ano 2000	2002	2004	Total	(%)
Capital Intelectual						
1	Capital Interno	2	0	3	5	19%
1.1	Propriedade Intelectual	0	0	0	0	0%
1.1.1	Patentes	0	0	0	0	0%
1.1.2	Direitos Autorais	0	0	0	0	0%
1.1.3	Marcas Registradas	0	0	0	0	0%
1.2	Recursos De Infra-Estrutura	2	0	3	5	28%
1.2.1	Filosofia Gerencial	0	0	0	0	0%
1.2.2	Cultura Corporativa	0	0	0	0	0%
1.2.3	Processos Gerenciais	0	0	0	0	0%
1.2.4	Sistemas De Informações	1	0	1	2	67%
1.2.5	Sistemas De Relacionamentos	0	0	1	1	33%
1.2.6	Relações Financeiras	1	0	1	2	67%
2	Capital Externo	4	4	6	14	52%
2.1	Tipos De Produtos E Serviços	1	1	1	3	100%
2.2	Clientes	1	1	1	3	100%
2.3	Fidelidade De Clientes	0	0	1	1	33%
2.4	Nome De Companhia	0	0	0	0	0%
2.5	Canal De Distribuição	1	1	1	3	100%
2.6	Colaboração Dos Negócios	1	1	1	3	100%
2.7	Acordo Licenciado	0	0	1	1	33%
2.8	Contrato Favorável	0	0	0	0	0%
2.9	Acordo De Franchising	0	0	0	0	0%
3	Competência Dos Funcionários	2	0	2	4	22%
3.1	Know-How	0	0	0	0	0%
3.2	Educação	1	0	1	2	67%
3.3	Qualificação Vocacional	1	0	1	2	67%
3.4	Conhecimento Relacionado Ao Trabalho	0	0	0	0	0%
3.5	Competências Relacionadas Ao Trabalho	0	0	0	0	0%
3.6	Espírito Empreendedor	0	0	0	0	0%
Total		8	4	11	23	32%

TABELA 18: RESULTADOS DA EMPRESA EMBRATEL

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que nos anos de 2000, 2002 e 2004, respectivamente, existem 8, 4 e 11 elementos de CI evidenciados pela empresa Embratel. Destacam-se os itens: Tipos de produtos e serviços, Clientes, Canal de distribuição e Colaboração dos negócios; sendo eles evidenciados voluntariamente em todos os relatórios. No geral, apenas 32% dos atributos de CI foram evidenciados.

4.2.18 Sadia

Empresa : Sadia		Ano 2000	2002	2004	Total	(%)
Capital Intelectual						
1	Capital Interno	3	3	0	6	22%
1.1	Propriedade Intelectual	0	1	0	1	11%
1.1.1	Patentes	0	0	0	0	0%
1.1.2	Direitos Autorais	0	0	0	0	0%
1.1.3	Marcas Registradas	0	1	0	1	33%
1.2	Recursos De Infra-Estrutura	3	2	0	5	28%
1.2.1	Filosofia Gerencial	0	0	0	0	0%
1.2.2	Cultura Corporativa	0	1	0	1	33%
1.2.3	Processos Gerenciais	0	0	0	0	0%
1.2.4	Sistemas De Informações	1	0	0	1	33%
1.2.5	Sistemas De Relacionamentos	1	0	0	1	33%
1.2.6	Relações Financeiras	1	1	0	2	67%
2	Capital Externo	5	6	4	14	52%
2.1	Tipos De Produtos E Serviços	1	1	1	3	100%
2.2	Clientes	1	1	1	3	100%
2.3	Fidelidade De Clientes	0	1	1	2	67%
2.4	Nome De Companhia	0	1	1	2	67%
2.5	Canal De Distribuição	1	1	0	2	67%
2.6	Colaboração Dos Negócios	1	0	0	1	33%
2.7	Acordo Licenciado	1	0	0	1	33%
2.8	Contrato Favorável	0	0	0	0	0%
2.9	Acordo De Franchising	0	0	0	0	0%
3	Competência Dos Funcionários	3	4	0	7	39%
3.1	Know-How	1	0	0	1	33%
3.2	Educação	1	1	0	2	67%
3.3	Qualificação Vocacional	1	1	0	2	67%
3.4	Conhecimento Relacionado Ao Trabalho	0	1	0	1	33%
3.5	Competências Relacionadas Ao Trabalho	0	0	0	0	0%
3.6	Espírito Empreendedor	0	1	0	1	33%
Total		11	12	4	27	38%

TABELA 19: RESULTADOS DA EMPRESA SADIA

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que nos anos de 2000, 2002 e 2004, respectivamente, existem 11, 12 e 4 elementos de CI evidenciados pela empresa Sadia. Destacam-se os itens: Tipos de produtos e serviços e Clientes; sendo eles evidenciados voluntariamente em todos os relatórios. No geral, apenas 38% dos atributos de CI foram evidenciados.

4.2.19 Banespa

Empresa : Banespa		Ano 2000	2002	2004	Total	(%)
Capital Intelectual						
1	Capital Interno	2	2	5	9	33%
1.1	Propriedade Intelectual	0	0	0	0	0%
1.1.1	Patentes	0	0	0	0	0%
1.1.2	Direitos Autorais	0	0	0	0	0%
1.1.3	Marcas Registradas	0	0	0	0	0%
1.2	Recursos De Infra-Estrutura	2	2	5	9	50%
1.2.1	Filosofia Gerencial	0	0	1	1	33%
1.2.2	Cultura Corporativa	0	0	1	1	33%
1.2.3	Processos Gerenciais	0	0	0	0	0%
1.2.4	Sistemas De Informações	1	1	1	3	100%
1.2.5	Sistemas De Relacionamentos	0	0	1	1	33%
1.2.6	Relações Financeiras	1	1	1	3	100%
2	Capital Externo	2	2	2	6	22%
2.1	Tipos De Produtos E Serviços	1	1	1	3	100%
2.2	Clientes	1	1	1	3	100%
2.3	Fidelidade De Clientes	0	0	0	0	0%
2.4	Nome De Companhia	0	0	0	0	0%
2.5	Canal De Distribuição	0	0	0	0	0%
2.6	Colaboração Dos Negócios	0	0	0	0	0%
2.7	Acordo Licenciado	0	0	0	0	0%
2.8	Contrato Favorável	0	0	0	0	0%
2.9	Acordo De Franchising	0	0	0	0	0%
3	Competência Dos Funcionários	2	2	2	6	33%
3.1	Know-How	0	0	0	0	0%
3.2	Educação	1	1	0	2	67%
3.3	Qualificação Vocacional	1	1	1	3	100%
3.4	Conhecimento Relacionado Ao Trabalho	0	0	1	1	33%
3.5	Competências Relacionadas Ao Trabalho	0	0	0	0	0%
3.6	Espírito Empreendedor	0	0	0	0	0%
Total		6	6	9	21	29%

TABELA 20: RESULTADOS DA EMPRESA BANESPA

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que nos anos de 2000, 2002 e 2004, respectivamente, existem 6, 6 e 9 elementos de CI evidenciados pela empresa Banespa. Destacam-se os itens: Sistemas de informações, Relações financeiras, Tipos de produtos e serviços, Clientes e Qualificação vocacional; sendo eles evidenciados voluntariamente em todos os relatórios. No geral, apenas 29% dos atributos de CI foram evidenciados.

4.2.20 TAM

Empresa : TAM		Ano 2000	2002	2004	Total	(%)
Capital Intelectual						
1	Capital Interno	3	4	6	13	48%
1.1	Propriedade Intelectual	0	0	0	0	0%
1.1.1	Patentes	0	0	0	0	0%
1.1.2	Direitos Autorais	0	0	0	0	0%
1.1.3	Marcas Registradas	0	0	0	0	0%
1.2	Recursos De Infra-Estrutura	3	4	6	13	72%
1.2.1	Filosofia Gerencial	0	0	1	1	33%
1.2.2	Cultura Corporativa	1	1	1	3	100%
1.2.3	Processos Gerenciais	0	0	1	1	33%
1.2.4	Sistemas De Informações	1	1	1	3	100%
1.2.5	Sistemas De Relacionamentos	1	1	1	3	100%
1.2.6	Relações Financeiras	0	1	1	2	67%
2	Capital Externo	3	3	8	14	52%
2.1	Tipos De Produtos E Serviços	1	1	1	3	100%
2.2	Clientes	1	1	1	3	100%
2.3	Fidelidade De Clientes	1	1	1	3	100%
2.4	Nome De Companhia	0	0	1	1	33%
2.5	Canal De Distribuição	0	0	1	1	33%
2.6	Colaboração Dos Negócios	0	0	1	1	33%
2.7	Acordo Licenciado	0	0	1	1	33%
2.8	Contrato Favorável	0	0	1	1	33%
2.9	Acordo De Franchising	0	0	0	0	0%
3	Competência Dos Funcionários	2	1	5	8	44%
3.1	Know-How	0	0	1	1	33%
3.2	Educação	1	0	1	2	67%
3.3	Qualificação Vocacional	1	1	1	3	100%
3.4	Conhecimento Relacionado Ao Trabalho	0	0	1	1	33%
3.5	Competências Relacionadas Ao Trabalho	0	0	1	1	33%
3.6	Espírito Empreendedor	0	0	0	0	0%
Total		8	8	19	35	49%

TABELA 21: RESULTADOS DA EMPRESA TAM

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que nos anos de 2000, 2002 e 2004, respectivamente, existem 7, 4 e 11 elementos de CI evidenciados pela empresa TAM. Destacam-se os itens: Cultura corporativa, Sistemas de informações, Sistemas de Relacionamentos, Tipos de produtos e serviços, Clientes, Fidelidade dos Clientes e Qualificação vocacional; sendo eles evidenciados voluntariamente em todos os relatórios. No geral, 49% dos atributos de CI foram evidenciados.

4.3 COMPILAÇÃO DOS RESULTADOS DAS EMPRESAS INVESTIGADAS

As sub-seções anteriores apresentaram os resultados da investigação de CI por empresa. Cumpre, agora, agrupar estes resultados em um único quadro, apresentando a compilação dos dados, de tal forma a permitir uma visualização global da evolução/comportamento das empresas brasileiras investigadas quanto à presença de elementos de CI em suas práticas (conforme informado nos RAs), nos anos 2000, 2002 e 2004.

Empresa	2000	2002	2004	Total	Média
Embraer	15	15	19	49	68%
Petrobrás	10	16	22	48	67%
Pão de Açúcar	10	16	18	44	61%
Belgo Mineira	9	16	18	43	60%
Bradesco	9	14	18	41	57%
TAM	8	8	19	35	49%
Unibanco	9	11	14	34	47%
Cemig	9	10	13	32	44%
Itaú banco	5	14	12	31	43%
Telefônica	4	9	14	27	38%
Usiminas	10	6	11	27	38%
Sadia	11	12	4	27	38%
Embratel	8	4	11	23	32%
Banco do Brasil	7	4	11	22	31%
Vale do Rio Doce	6	4	12	22	31%
Siderúrgica Nacional	6	8	8	22	31%
Banespa	6	6	9	21	29%
Telemar	2	13	5	20	28%
Gerdau	8	3	8	19	26%
Ambev	3	4	10	17	24%
Total	155	193	256	604	42%
Média	7,75	9,65	12,80	30,20	42%
Moda	9	4	18	27	38%
Mediana	8	9,5	12	27	38%
Máximo	15	16	22	49	68%
Mínimo	2	3	4	17	24%

TABELA 22: COMPILAÇÃO DOS RESULTADOS DAS EMPRESAS INVESTIGADAS
Fonte: Elaborado pelo autor.

A primeira coluna elenca as empresas analisadas; a segunda, terceira e quarta colunas, apresentam, respectivamente, os resultados referentes aos anos 2000, 2002, 2004, quanto ao número de elementos evidenciados (os elementos totalizam 24 (vinte e quatro)). Na quinta coluna, encontra-se o somatório das três antecedentes e, na última coluna encontra-se a média percentual de evidenciação – total de evidenciações dividido por 72 (24 X 3).

Observe-se que, se forem somados todos os elementos de CI evidenciados nos anos de 2000, 2002 e 2004, obtém-se um total de 604 elementos de CI. Este total corresponde a 42% dos elementos. Este percentual, distribuído ao longo dos anos investigados apresenta uma média de evidenciação de 7,75 em 2000; 9,65 em 2002 e 12,80 em 2004, o que demonstra uma tendência ascendente. Outras medidas estatísticas, tais como, moda, mediana, máximo, mínimo e desvio-padrão, confirmam esta tendência ascendente.

Dentre as organizações investigadas, a Embraer emerge como a organização que se destaca em termos gerais de evidenciação voluntária de CI, ao representar 68% dos elementos. Entretanto, esta liderança em termos gerais não se repete quanto do exame de cada ano em separado: em 2002 e 2004, esta empresa teve sua posição equiparada por várias empresas (Petrobrás, Belgo Mineira e Pão de Açúcar) e, em 2004, superada pela Petrobrás.

Dentre as organizações investigadas, a Ambev, no extremo oposto, emerge como a organização que se destaca como aquela que menos apresentou evidenciação voluntária de CI: 24% dos elementos. Esta posição mínima, é, entretanto, representada por diferentes empresas, nos diferentes anos: o mínimo em 2000, encontra-se na empresa Telemar, com apenas 2 (dois) elementos evidenciados; o mínimo, em 2002, encontra-se em várias empresas (Banco do Brasil, Vale do Rio Doce, Ambev, Embratel), com apenas 4 (quatro) elementos evidenciados; o mínimo, em 2004, encontra-se na Sadia, com apenas 4 (quatro) elementos.

Observa-se que a informação do desvio padrão mostra-se elucidativa, pois percebe-se uma ampliação dos valores (3,01 em 2000; 4,65 em 2002; 4,94 em 2004), o que demonstra uma diferença na preocupação das empresas com a evidenciação do CI.

O Quadro 34 apresenta o número de elementos de CI evidenciados por cada empresa, ao longo dos anos 2000, 2002 e 2004; a seguir, apresenta-se, uma visualização dos resultados da pesquisa, por elementos de CI evidenciado. Este procedimento se justifica pela necessidade de se conhecer o perfil da evidenciação no contexto brasileiro, para o futuro cotejamento com o perfil internacional.

		Ano 2000	2002	2004	Total	Média	Desvio padrão
Capital Intelectual							
1	Capital Interno						
1.1	Propriedade intelectual						
1.1.1	Patentes	0	1	1	2	3%	0,58
1.1.2	Direitos Autorais	0	2	1	3	5%	1,00
1.1.3	Marcas registradas	0	6	9	15	25%	4,58
1.2	Recursos de infra-estrutura						
1.2.1	Filosofia gerencial	3	7	7	17	28%	2,31
1.2.2	Cultura corporativa	6	8	9	23	38%	1,53
1.2.3	Processos gerenciais	1	5	8	14	23%	3,51
1.2.4	Sistemas de informações	9	8	13	30	50%	2,65
1.2.5	Sistemas de relacionamentos	11	12	16	39	65%	2,65
1.2.6	Relações financeiras	14	16	17	47	78%	1,53
2	Capital Externo						
2.1	Tipos de produtos e serviços	20	20	20	60	100%	0,00
2.2	Clientes	20	20	20	60	100%	0,00
2.3	Fidelidade de clientes	4	11	12	27	45%	4,36
2.4	Nome de companhia	7	8	11	26	43%	2,08
2.5	Canal de distribuição	8	10	15	33	55%	3,61
2.6	Colaboração dos negócios	8	11	16	35	58%	4,04
2.7	Acordo licenciado	3	4	10	17	28%	3,79
2.8	Contrato favorável	2	6	11	19	32%	4,51
2.9	Acordo de franchising	0	0	1	1	2%	0,58
3	Competência dos funcionários						
3.1	Know-how	4	6	9	19	32%	2,52
3.2	Educação	16	14	14	44	73%	1,15
3.3	Qualificação vocacional	13	9	12	34	57%	2,08
3.4	Conhecimento relacionado ao trabalho	4	3	8	15	25%	2,65
3.5	Competências relacionadas ao trabalho	1	2	10	13	22%	4,93
3.6	Espírito empreendedor	1	4	6	11	18%	2,52
Total		155	193	256	604	42%	59,14

TABELA 23: COMPILAÇÃO DOS RESULTADOS POR ELEMENTO

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que nos anos de 2000, 2002 e 2004, respectivamente, existem 155, 193 e 256 elementos de CI evidenciados pelas empresas, totalizando 604 evidenciações, conforme já apontado no Quadro 34.

Com base no Quadro 35, é possível verificar os elementos que mais se destacaram no contexto brasileiro. Destacam-se os seguintes elementos: 2.1 - Tipos de produtos e serviços e 2.2 – Clientes, evidenciados voluntariamente em todos os relatórios (100%). No extremo oposto, os elementos 2.9 - Acordos de franchising, 1.1.1 - Patentes e 1.1.2- Direitos autorais são os menos evidenciados com, respectivamente, 2%,3% e 5% de incidência.

Os dados obtidos até o presente momento possibilitam uma constatação interessante: a categoria de CI mais evidenciada no contexto nacional é o “Capital Externo”, o que está em consonância com os resultados obtidos no contexto internacional, onde o quadro se repete.

Cumpra, agora, examinar estes dados sob uma perspectiva longitudinal, com vistas a observar a existência, ou não, de uma tendência ascendente de evidenciação voluntária do CI nos relatórios anuais das companhias brasileiras, o que, na verdade, constitui-se como a H2 (segunda hipótese) (ver 1.5) desta pesquisa. A próxima sub-seção examina este aspecto.

4.4 ANÁLISE LONGITUDINAL

A análise longitudinal – que busca observar o desenvolvimento do fenômeno ‘evidenciação voluntária do CI’ ao longo dos intervalos periódicos de 2 (dois) anos - é uma ferramenta de grande importância para corroborar ou refutar a H2, pois é por meio da análise longitudinal, que será possível observar a tendência de evidenciação voluntária do CI nos relatórios das companhias brasileiras. A tabela apresenta a análise longitudinal por empresa.

Empresa / Ano	2000	2002	2004	Inclinação
Petrobrás	10	16	22	6
Telefônica	4	9	14	5
Banco do Brasil	7	4	11	2
Vale do Rio Doce	6	4	12	3
Bradesco	9	14	18	5
Gerdau	8	3	8	0
Itaú banco	5	14	12	4
Telemar	2	13	5	2
Ambev	3	4	10	4
Unibanco	9	11	14	3
Usiminas	10	6	11	1
Pão de Açúcar	10	16	18	4
Belgo Mineira	9	16	18	5
Siderúrgica Nacional	6	8	8	1
Embraer	15	15	19	2
Cemig	9	10	13	2
Embratel	8	4	11	2
Sadia	11	12	4	(4)
Banespa	6	6	9	2
TAM	8	8	19	6
Total	155	193	256	51

TABELA 24: ANÁLISE LONGITUDINAL

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na primeira coluna encontra-se o nome da empresa. Na segunda, terceira e quarta, respectivamente, apresenta-se o número de evidenciações nos anos de 2000, 2002 e 2004. Por fim, na quinta coluna, calcula-se a inclinação da reta, com base nos três valores antecedentes.

Uma inclinação positiva significa um número ascendente de elementos evidenciados; uma inclinação negativa, um número descendente de elementos evidenciados; uma inclinação nula significa um número igual a 0 (zero) de elementos evidenciados, o que se traduz por uma ausência de tendência definida. (CORRAR; THEÓPHILO, 2004)

Dentre as 20 (vinte) empresas analisadas, 18 (dezoito) apresentaram inclinação positiva; 1 (uma) empresa apresentou inclinação negativa (Sadia -4); 1(uma) empresa apresentou com inclinação nula (Gerdau 0). Com este resultado, confirma-se a H2, ou seja, existe uma tendência ascendente de evidenciação voluntária do CI nos relatórios das companhias brasileiras.

Na seqüência, apresenta-se uma análise da inclinação das empresas em conjunto, por meio gráfico.

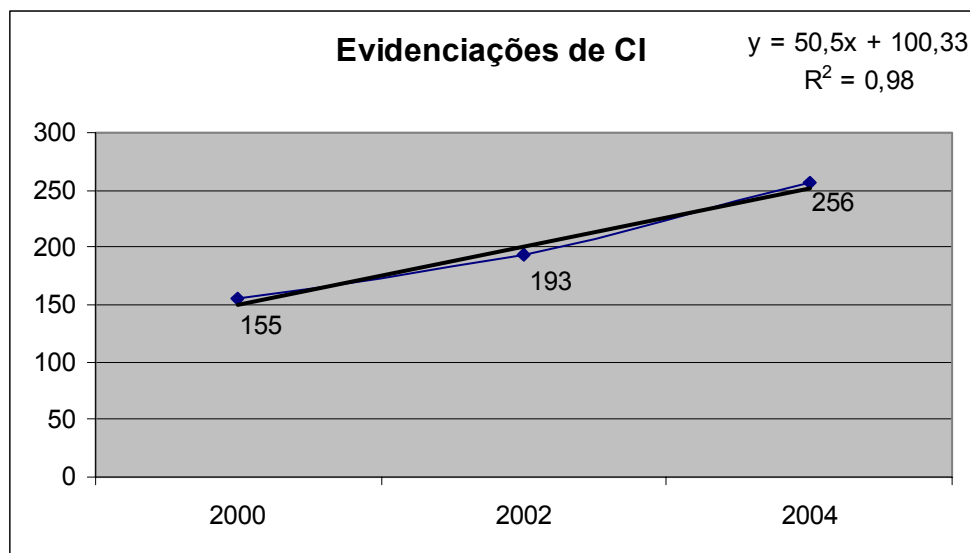


GRÁFICO 8: EVIDENCIAÇÕES DE CI
Fonte: Elaborado pelo autor.

No Gráfico 8, pode-se verificar que, em 2000, 2002, 2004 foram evidenciados, respectivamente, 155, 193 e 256 elementos de CI. A partir destes dados traçou-se uma linha de tendência, calculou-se a equação da linha e o R^2 . Com o R^2 , pode-se verificar que a linha de tendência representa os valores (R^2 0,98) reais. Na equação

da reta, destaca-se que a tendência de elementos evidenciados é positiva, pois o coeficiente angular é positivo (50,5). Portanto H2 – Existe uma tendência ascendente de evidenciação voluntária do CI nos relatórios das companhias brasileiras - é considerada verdadeira, tanto analisando individualmente por empresas, quanto no global de elementos de CI evidenciados.

4.5 ANÁLISE COMPARATIVA

Na análise comparativa, busca-se confrontar os resultados do contexto brasileiro com o observado nos estudos internacionais, com vistas a aceitar ou rejeitar H1, ou seja, que os resultados sobre evidenciação voluntária do CI das companhias brasileiras tendem a comportar-se de maneira similar àqueles do contexto internacional. Inicialmente, analisa-se a categoria mais representativa do CI.

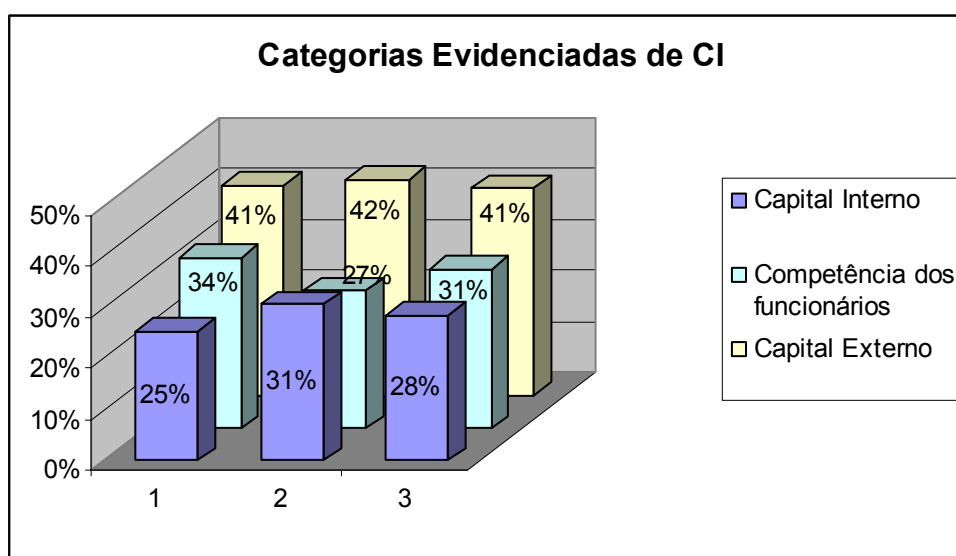


GRÁFICO 9: CATEGORIAS DE CI
Fonte: Elaborado pelo autor.

Analisando-se a categoria mais representativa do CI nos anos 2000, 2002 e 2004, verifica-se que, no contexto brasileiro, o Capital Externo é a categoria mais evidenciada com, respectivamente, 41%, 42% e 41%; o que evidencia um comportamento longitudinal constante.

A categoria Competências dos Funcionários é a segunda categoria mais representativa nos anos 2000 (34%) e 2004 (31%); entretanto, em 2002 a categoria Capital Interno ocupou o segundo lugar, com a incidência de 31%.

Na seqüência, analisam-se os três anos em conjunto.

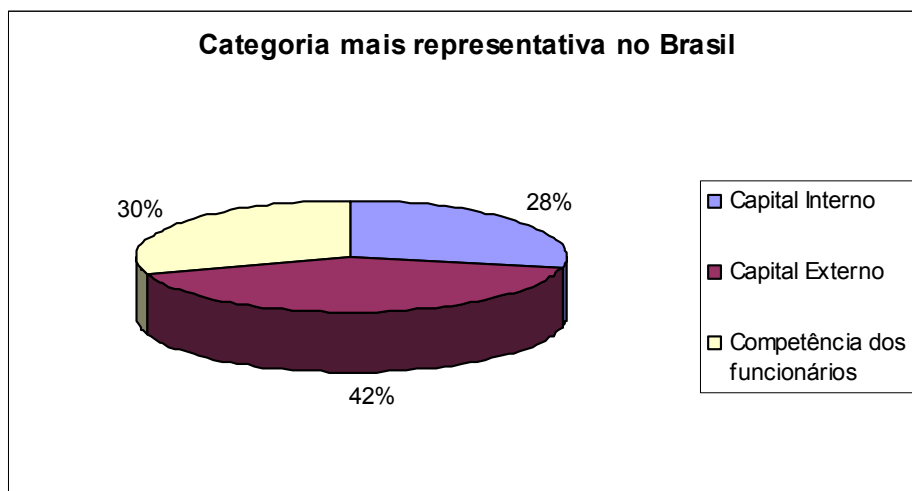


GRÁFICO 10: CATEGORIAS DE CI NO BRASIL
Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando-se os três anos em conjunto, o Capital Externo destaca-se como a categoria mais representativa, com 42%; em segundo lugar, a categoria Competências dos Funcionários, com 30%; e, em terceiro lugar, a categoria Capital Interno, com a incidência de 28%. Na seqüência, para fins de cotejamento, apresenta-se uma informação similar, com relação ao contexto internacional.

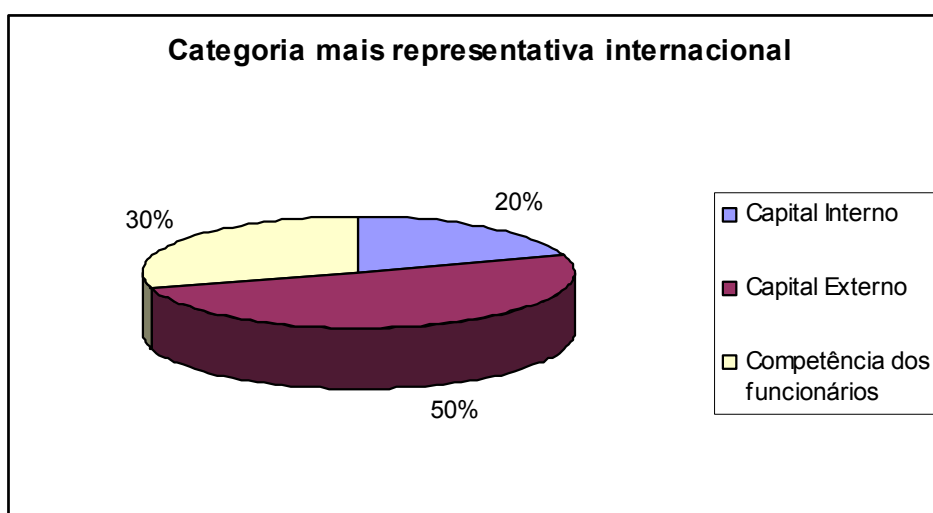


GRÁFICO 11: CATEGORIAS DE CI INTERNACIONAL
Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir do Gráfico 11 é possível afirmar que o comportamento do contexto brasileiro é similar àquele do contexto internacional, em que a categoria mais

representativa é o Capital Externo (50%), seguida de Competência dos Funcionários (30%) e de Capital Interno (20%).

Interessante observar que embora a seqüência de representatividade seja similar, existentes diferenças nos percentuais relativos a cada categoria em cada contexto (Gráfico 10 e 11), exceto, competência dos funcionários.

Outros aspectos merecem atenção:

- Nas pesquisas analisadas, no contexto internacional, 70% das evidenciações de CI eram predominantemente qualitativas, ou seja, em tom narrativo; e 30% predominantemente quantitativas (em termos monetários ou não); estas relacionados, sobretudo, a investimentos em pesquisa, desenvolvimento, treinamento e educação. Nos relatórios brasileiros, os resultados são muito similares, pois, praticamente, a totalidade das evidenciações voluntárias de CI são em tom narrativo, com raras exceções, estas limitadas a demonstrar investimentos.
- Apesar de, na maioria dos trabalhos, os pesquisadores mencionarem ser baixa a evidenciação de CI, verifica-se uma preocupação crescente com evidenciação voluntária destes intangíveis. Esta tendência é também observada no contexto brasileiro, no qual verifica-se o aumento desta evidenciação, ao longo dos anos investigados.

Nos dois contextos as informações evidenciadas sobre o CI dizem respeito, principalmente, ao capital externo, em tons narrativo, e demonstrando uma tendência longitudinal ascendente. Então, considera-se verdadeira a hipótese de pesquisa 1, ou seja, os resultados sobre evidenciação voluntária do CI das companhias brasileiras comportam-se de maneira similar àqueles do contexto internacional.

Após a discussão dos dados, passa-se às conclusões sobre a pesquisa e às recomendações para futuras investigações.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os ativos financeiros e físicos são apenas parte dos ativos totais de uma companhia, pois um outro grupo, os recursos intangíveis, aqui denominados Capital Intelectual, adquirem relevância no ambiente organizacional. Neste contexto, este trabalho objetivou realizar um estudo longitudinal referente a evidenciação voluntária do Capital Intelectual (CI) nos Relatórios Anuais de algumas companhias brasileiras, nos anos 2000, 2002 e 2004.

A importância torna-se evidente, pois se observa que o real valor de uma empresa não se limita aos tijolos, argamassa e máquinas, mas sobretudo refere-se aos produtos, tecnologias, procedimentos, clientes e à marca da organização. Portanto, espera-se que as empresas busquem evidenciar os ativos intangíveis de alguma forma para seus usuários, especialmente usuários externos, pois possuem informações societárias limitadas.

Assim sendo, frente à relevância dos recursos intangíveis no atual contexto empresarial, surge a necessidade de as empresas buscarem formas de evidenciação desses ativos para seus usuários, entre eles: clientes, funcionários, fornecedores, acionistas, financiadores e governo. Com uma evidenciação ampla dos ativos, oferece-se uma transparência organizacional requerida no complexo ambiente corporativo.

Esta pesquisa, inicialmente, apresentou os resultados de uma investigação de caráter revisionista sobre o estado da pesquisa em evidenciação voluntária de Capital Intelectual (CI), no contexto internacional, por meio da análise de uma amostra de vinte trabalhos empíricos publicados em diversos periódicos entre o período de 2000 a 2005, com o objetivo de verificar como os pesquisadores estão procedendo para mapear as formas de evidenciação de CI nas empresas.

Alguns aspectos foram analisados: país investigado, ano de publicação, periódico, quantidade de empresas investigadas, fonte de dados utilizada, metodologia empregada, classificação de CI adotada, categoria mais representativa, natureza da evidenciação e para quem reportar o CI.

Sobre estes aspectos, no grupo dos artigos analisados, as conclusões são as seguintes: sobre a quantidade de empresas investigadas variou-se consideravelmente o número de empresas investigadas, mesmo dividindo-as em

intervalos, o que não permite inferir conclusões incisivas; já sobre a fonte de dados utilizada os relatórios anuais das companhias foram a principal fonte de dados das pesquisas.

Também destaca-se que sobre a metodologia empregada a técnica de Análise de Conteúdo foi a técnica mais utilizada, individualmente ou em combinação com outras metodologias.

Ainda sobre esta análise, observa-se que a classificação de CI adotada proposta de Sveiby (1997) destacou-se como a classificação mais adotada na versão adaptada por Guthrie *et al* (1999) para a análise de conteúdo e replicada ou adaptada em vários estudos, sendo que na categoria mais representativa houve destaque para o Capital Externo.

Sobre a natureza da divulgação, a maior parte da evidênciação do CI se deu em tom narrativo; observou-se, entre vários autores, a manifestação da importância da construção de um modelo de mensuração que permita a comparação entre as empresas e a flexibilidade para as peculiaridades das entidades. Ainda, quando questionado para quem reportar o CI, na maioria dos trabalhos analisados reforça-se a importância do reporte do CI para os usuários externos, considerando-se que possuem informações limitadas e que os conhecimentos sobre o CI são relevante para a tomada de decisão.

Na seqüência, analisaram-se as empresas nacionais, num esforço para responder a pergunta de pesquisa que informa este estudo, qual seja: *Qual é o comportamento das companhias brasileiras investigadas em relação à evidênciação voluntária de seu Capital Intelectual ?*

Para solucionar esta pergunta destaca-se que na metodologia para a leitura dos relatórios anuais recorreu-se a Análise de Conteúdo; quanto ao *framework* para categorização dos elementos de CI utilizou-se a proposta de Sveiby (1997), adaptada por Guthrie e Petty (2000a) e replicada em diversos países; já quanto à amostragem são as 20 (vinte) maiores empresas de capital aberto do Brasil foram selecionadas pela receita, nos anos de 2000, 2002 e 2004, totalizando 60 elementos amostrais.

Ainda observa-se que quanto à fonte de dados os relatórios anuais das companhias constituíram a fonte de dados; quanto à categoria mais representativa: o Capital Externo (42%), seguido da categoria Competências dos Funcionários com 30%, e da categoria Capital Interno com a incidência de 28%. Colocados os

elementos acima, pode-se passar à consideração final sobre as hipóteses da pesquisa.

- H1 – Os resultados sobre evidenciação voluntária do CI das companhias brasileiras tendem a comportar-se de maneira similar àqueles do contexto internacional;
- H2 – Existe uma tendência ascendente de evidenciação voluntária do CI nos relatórios das companhias brasileiras.

Com relação à hipótese de pesquisa um (H1), considera-se aceita, pois os resultados demonstram um comportamento similar aos do contexto internacional, conforme discutido amplamente no Capítulo 4, sobretudo na seção 4.5, na qual o Gráfico 10 e o Gráfico 11 demonstram similaridade com relação à categoria mais representativa e menos representativa nos dois contextos.

Com relação a hipótese de pesquisa dois (H2), os resultados demonstram uma tendência ascendente de evidenciação voluntária de elementos de CI nos anos observados. Das 20 (vinte) empresas analisadas, 18 (dezoito) mostraram uma inclinação ascendente na evidenciação voluntária de elementos de CI, sendo elas: Petrobrás, Telefônica, Banco do Brasil, Vale do Rio Doce, Bradesco, Itaú banco, Telemar, Ambev, Unibanco, Usiminas, Pão De Açúcar, Belgo Mineira, Siderúrgica Nacional, Vicunha, Embraer, Cemig, Embratel, Banespa; uma empresa mostrou tendência descendente (Sadia) e uma mostrou tendência nula (Gerdau).

Analisando-se todas as empresas em conjunto, traçou-se uma linha de tendência com o coeficiente de determinação de 0,98 e equação da reta de tendência igual a $50,5X + 100,33$ o que corrobora a tendência ascendente. Portanto, considera-se a H2 também aceita, ou seja, existe uma tendência ascendente de evidenciação voluntária do CI nos relatórios das companhias brasileiras.

Recomenda-se para futuras pesquisas: (i) no estudo revisionista do contexto internacional, sugere-se ampliar o número de artigos analisados; (ii) no contexto brasileiro, sugere-se ampliar o número de empresas investigadas, bem como incluir o ano de 2006, uma vez que haverá relatório anual disponível para investigação; (iii) realizar novos estudos incluindo outras fontes de dados, além dos relatórios anuais, por exemplo, dados resultantes de aplicação de questionários e entrevistas; (iv) explorar uma outra metodologia para identificação dos elementos de CI, de tal forma a conseguir captar as especificidades de cada organização, por meio da

investigação das percepções dos *stakeholders* de cada empresa, utilizando-se uma abordagem construtivista na elaboração de um modelo de CI; sugere-se, especificamente, a metodologia Multicritério em Apoio à Decisão Construtivista (MCDA-C).

REFERÊNCIAS

- ABEYSEKERA, I.. IC eye. **Financial Management**; May 2004. p. 28-29.
- ANTUNES, M. T. P.. **Capital Intelectual**. São Paulo: Atlas, 2000.
- ANTUNES, M. T. P.; MARTINS, E.. Capital Intelectual: Verdades e Mitos. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo, n. 29, p. 41 - 54, maio / ago 2002.
- APRIL, K. A.; BOSMA, P.; DEGLON, A D.. IC measurement and reporting: establishing a practice in AS mining. **Journal of Intellectual Capital**. Bradford: 2003 Vol. 4. N. 2. p. 165-180.
- BAILEY, K. D. **Methods of social research**. New York: Free Press, 1982.
- BACKES, R. G.; WIETHAEUPER, D.; OTT, E.. **A Evidenciação do Capital Intelectual por Companhias Abertas Brasileiras**: Uma Análise de Conteúdo. IX Congresso Internacional de Custos – Florianópolis, SC, Brasil – 28 a 30 de novembro de 2005.
- BARBOSA, J. G. P. ; GOMES, J. S.. Um Estudo Exploratório do Controle Gerencial de Ativos e Recursos Intangíveis em Empresas Brasileiras. **RAC**. v. 6. n. 2, Maio/Ago 2002. p. 29-48.
- BARDIN, L.. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: edições 70, 2004.
- BONTIS, N.. IC Disclosure in Canadian Corporations. **Journal of Human Resource Costing & Accounting**. McMaster University: Hamilton, April 14, 2002.
- BOZBURA, F. T.. Measurement and application of intellectual capital in Turkey. **The Learning Organization**. 2004. Vol.11. N. 4/5. p. 357-367.
- BOZZOLAN, S.; FAVOTTO, F.; RICCERI, F.. Italian annual intellectual capital disclosure: an empirical analysis. **Journal of Intellectual Capital**. Bradford: 2003. Vol. 4, N. 4; p. 543-558.
- BRENNAN, N.. Reporting intellectual capital in annual reports: Evidence from Ireland. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. Bradford: 2001. Vol. 14, N. 4; p. 423-437.
- BROOKING, A.. **Intellectual Capital**: Core Asset for the Third Millennium Enterprise. Thomson Business Press. London: 1996.
- BUKH, P.N.; LARSEN, H.T.; MOURITSEN, J. Constructing intellectual capital statements. **Scandinavian Journal of Management**. Pergamon: 2001.N.17. p.87-108.
- CÂNDIDO, G. A.; ARAÚJO, N. M.. As tecnologias de informação como instrumento de viabilização da gestão do conhecimento através da montagem de mapas cognitivos. **Revista Ciência da Informação**. Brasília, v. 32, n. 3, p. 38-45, 2003.

CARVALHO, F. N.; ENSSLIN, S. R.. **A Evidenciação Voluntária do capital intelectual**: um estudo revisionista do contexto. 6º Congresso USP Controladoria e Contabilidade. p.658 – 671. São Paulo. 2006a.

CARVALHO, F. N.; ENSSLIN, S. R.. **Evidenciação voluntária do capital intelectual no contexto brasileiro**: cotejamento com os contextos internacional e australiano. 30º Encontro ANPAD. Salvador. 2006b.

CARVALHO, F. N.; ENSSLIN, S. R.; IGARASHI, D. C. C.; BORBA, J. A.. **Evidenciação do Capital Intelectual nos Relatórios de Administração**: Uma Investigação no Contexto Brasileiro. XXIV Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica. Gramado. 2006c.

CARVALHO, F. N.; ENSSLIN, S. R.; IGARASHI, D. C. C.; BORBA, J. A.. **A evidenciação voluntária do capital intelectual no contexto brasileiro**: Uma investigação informada pelo contexto internacional. III Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Niterói. 2006d.

CARVALHO, F. N.; ENSSLIN, S. R.. **A Revisionist Study of Intellectual Capital Disclosure in the International Context**. IX Congresso Internacional de Custos, XII Congresso Brasileiro de Custos e II Congresso Mercosul de Custos e Gestão. Itapema. 2005.

CERVO, A. L.; BERVIAN, A.. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CHEN GOH, P.; PHENG LIM, K.. Disclosing intellectual capital in company annual reports: Evidence from Malaysia. **Journal of Intellectual Capital**. Bradford: 2004. Vol. 5, N. 3; p. 500-511.

CHIANG, C. C.; MENSAH, Y. M. The Determinants of Investor Valuation of R&D Expenditure in the Software Industry. **Review of Quantitative Finance and Accounting**. Jun, 2004. Vol. 22. N. 4. pg. 293-313.

COLAUTO, R. D.; BEUREN, I. M.. Proposta para Avaliação da Gestão do Conhecimento em Entidade Filantrópica: o Caso de uma Organização Hospitalar. **RAC**, v. 7, n. 4, Out./Dez. 2003. p.163-185.

CORRAR, L.J.; THEÓPHILO, C. R. **Pesquisa Operacional em contabilidade e administração**: contabilometria. São Paulo, Atlas, 2004.

DAVENPORT, T. H., PRUSAK, L. **Conhecimento Empresarial**. Rio de Janeiro: Campus, 1998

DEMO, P.. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

EDVINSSON, L; MALONE, M. **Capital Intelectual**. São Paulo: Makron Books, 1997.

FRANCO, M. L. P. B.. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Plano, 2003.

GALAS, E. S.; PONTE, V. M. R.. O Balanced Scorecard e o alinhamento estratégico da tecnologia da informação: um estudo de casos múltiplos. **Revista Contabilidade & Finanças**. – USP, São Paulo. n. 40. Jan./Abr. 2006. p. 37 – 51.

GALLEGO, I.; RODRÍGUEZ, L.. Situation of intangibles assets in Spanish firms: an empirical analysis. **Journal of Intellectual Capital**. Bradford: 2005(a). V. 6. N. 1. p. 105-126.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, P.; SERRA, S.; FERREIRA, E.. **Medida e divulgação do capital intelectual**: as empresas portuguesas cotadas na Euronext. IX Congresso Internacional de Custos - Florianópolis, SC, Brasil - 28 a 30 de novembro de 2005.

GUTHRIE, J.. High-involvement work practices, turnover, and productivity: Evidence from New Zealand. **Academy of Management Journal**; Feb 2001; 44, 1; pg. 180-190.

GUTHRIE, J.; PETTY, R.; FERRIER, F.; WELLS, R. **There is no accounting for intellectual capital in Australia**: review of annual reporting practices and internal measurement of intangibles within Australian organization. International Symposium of Measuring and Reporting Intellectual Capital. Amsterdam, 1999.

GUTHRIE, J.; PETTY, R.. Intellectual capital: Australian annual reporting practices. **Journal of Intellectual Capital**. Bradford: 2000a. V. 1. N. 3. p. 241-250.

GUTHRIE, J.; PETTY, R.. Intellectual capital literature review: measurement, reporting and management. **Journal of Intellectual Capital**. Bradford: 2000b. Vol.1. N.2. p. 155-176.

HEVAS, D. L. The Value Relevance of Start Up Costs and Other Balance Sheet Items: Some Greek evidence. **Managerial Finance**. 2005. Vol. 31. N.2. p. 55-65.

JÓIA, L. A.. Medindo o capital intelectual. **RAE - Revista de Administração de Empresas** . Abr./Jun. 2001 São Paulo, v. 41 . n. 2 . p. 54-63.

KAUFMANN, L.; SCHNEIDER, Y. Intangibles: a synthesis of current research. **Journal of Intellectual Capital**. Bradford: 2004. V.5.N.3.p.366-388.

KAYO, E. K.; FAMA, R.. A estrutura de capital e o risco das empresas tangível-intensivas e intangível-intensivas. **RAUSP**. Vol. 39. N. 2 abril / junho, 2004.

LEITE, J. B. D.; PORSSE, M. C. S.. Competição Baseada em Competências e Aprendizagem Organizacional: em Busca da Vantagem Competitiva. **RAC**, Edição Especial 2003. p.121-141.

LEV, B.. **Intangibles**: management, measurement, and reporting. Washington: The Brookings Institution, 2001.

LOW, J. The value creation index. **Journal of Intellectual Capital**. Bradford: 2000. V. 1. N. 3. p. 252-262.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da Contabilidade**: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1982.

MARQUES, M.; LAZZARINI, S. N.. Capital humano e TI gerando vantagem competitiva. **RAE-eletrônica**, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002.

MAVRIDIS, D. G. The intellectual capital performance of the Japanese banking sector. **Journal of Intellectual Capital**. 2004; Vol. 5. n.1. p. 92-115.

MEER-KOOISTRA, J. V. D.; ZIJLTRA, S. M. Reporting on intellectual capital. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. Bradford: 2001. Vol. 14, N. 4; p. 456-476.

NUNAN, D.. **Research Methods**. Cambridge University Press, 1992.

OLIVEIRA, A. B. S. (Coordenação). **Métodos e técnicas de pesquisa em Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

OLIVEIRA, J. M.; BEUREN, I. M.. O tratamento contábil do capital intelectual em empresas com valor de mercado superior ao valor contábil. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo, n. 32, maio/agosto 2003. p. 81 – 98.

PABLOS, P. O.. Organizational learning and knowledge strategies: the case of Spanish firms. **Journal of Intellectual Capital**. Bradford: 2004. V.5. N.1. p. 116-129.

PABLOS, P. O.. Intellectual capital reports in India: lessons from a case study. **Journal of Intellectual Capital**. Bradford: 2005. V.6. N.1. p. 141-149.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R.. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. **Revista Contabilidade & Finanças. – USP**, São Paulo. n. 40. Jan./Abr de 2006. p.7-24.

PETTY. R.; CUGANESAN, S.. Voluntary disclosure of intellectual capital by Hong Kong companies: examining size, industry and growth effects over time. **Australian Accounting Review**; Jul 2005; Vol.15.N. 2. p. 40-50.

PONTE, V. M. R.; OLIVEIRA, M. C.. A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo, n. 36, p. 7 - 20, setembro / dezembro 2004.

SÁ, A. L.. **Historia Geral e das Doutrinas da Contabilidade**. São Paulo : Atlas, 1997.

SÁNCHEZ, C. CHAMINADE, M. OLEA . Management of Intangibles: An attempt to build a Theory. **Journal of Intellectual Capital**. Vol. 1, nº 4, p. 312-327, 2000.

SCHNORRENBARGER, Darci. **Identificando e avaliando os ativos tangíveis e intangíveis de uma organização visando seu gerenciamento: uma ilustração na área econômico-financeira**. Tese do doutorado do Programa de Pós-graduação da Engenharia de Produção - Florianópolis, 2005.

SEVERINO, A. J.. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 1996. 272 p.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M.. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância (LED) da UFSC, 2000. 118 p.

SKANDIA. **Visualizing Intellectual Capital at Skandia**: supplement to Skandia's 1994 Annual Report.

SVEIBY, K. E. **A nova riqueza das organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOLLEIRO, J. L.; CASTAÑÓN, R.. Intellectual capital management in Mexican R&D centers. **REAd** – Special Issue 42 Vol. 10 Nº 6, December 2004.

VANDEMAELE, S. N.; VERGAUWEN, P. G. M. C.; SMITS A J, Intellectual capital disclosure in The Netherlands, Sweden and the UK: A longitudinal and comparative study. **Journal of Intellectual Capital**. 2005. Vol. 6. N. 3. p. 417-426.

VERGAUWEN, P. G. M. C; ALEM, F. J. C. Annual report IC disclosure in the Netherlands, France and Germany. **Journal of Intellectual Capital**. Bradford: 2005. V. 6. N. 1. p. 89-104.

WERNKE, R.; BORNIA, A. C.. Estudo de caso aplicando modelo para identificação de potenciais geradores de intangíveis. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo. n. 33, setembro/dezembro 2003. p. 45 – 64.